



RELATORIO E CONTAS
I - RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

2012

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	2
1 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2012	3
2 SÍNTESE DE INDICADORES	8
3 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	10
4 MODELO DE GOVERNO	14
5 ESTRATÉGIA E OBJETIVOS	17
5.1 PLANO ESTRATÉGICO 2013-2016.....	19
5.2 OBJETIVOS.....	21
6 DESEMPENHO ECONÓMICO	22
6.1 PROVEITOS.....	23
6.2 CUSTOS DE FUNCIONAMENTO E PLANO DE REDUÇÃO.....	27
6.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS.....	33
7 GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS	35
7.1 ESTUDOS E PROJETOS.....	36
7.2 CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS.....	37
7.2.1 GESTÃO DE CONSERVAÇÃO DE ESTRUTURAS	38
7.2.2 GESTÃO DE CONSERVAÇÃO DE VIAS	38
7.3 CONSERVAÇÃO CORRENTE.....	40
7.4 CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO.....	41
7.5 EXPROPRIAÇÕES.....	41
7.6 CONCESSÕES DO ESTADO.....	42
7.7 SUBCONCESSÕES.....	43
8 PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO	46
9 INICIATIVAS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	49
10 SUSTENTABILIDADE	50
10.1 SEGURANÇA RODOVIÁRIA.....	50
10.2 AMBIENTE.....	54
10.3 QUALIDADE DOS SERVIÇOS.....	55
10.4 RECURSOS HUMANOS.....	57
10.5 INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	59
11 POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO	62
11.1 RISCO FINANCEIRO.....	62
11.1.1 RISCO DE LIQUIDEZ	62
11.1.2 RISCO DE TAXA DE JURO	64
11.1.3 RISCO DE CRÉDITO	65
11.2 GESTÃO DO CAPITAL.....	65
12 EVENTOS SUBSEQUENTES	66
13 APLICAÇÃO DE RESULTADOS	67
14 AGRADECIMENTOS	68
15 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	69
16 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	73
17 PARECERES	137
RELATÓRIO E PARECERES DO CONSELHO FISCAL.....	137
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	137
RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	137

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2012 foi um ano difícil para a EP - Estradas de Portugal, SA., por duas ordens de razões:

Primeiro, porque as restrições ao financiamento da economia portuguesa em geral e às empresas públicas em particular, tornou clara a inviabilidade de alguns investimentos projetados ou em execução, exigindo uma pronta atuação no sentido de evitar compromissos futuros insustentáveis.

Segundo, porque o ajustamento financeiro que se verifica em Portugal (e na Europa) tem naturais implicações na redução da procura e indicia níveis de receitas diretas (portagens) e indiretas (contribuição do serviço rodoviário) aquém das estimativas sobre as quais assentava o modelo de financiamento do sistema rodoviário nacional.

Neste sentido a Estradas de Portugal, SA, procurou antes de mais proceder à renegociação urgente das subconcessões ainda em construção com o objetivo de reduzir drasticamente o endividamento futuro. Essas renegociações, já iniciadas em 2011, permitiram durante agosto e setembro de 2012 assinar um conjunto de MoU's que atingem uma poupança global de cerca de 1.3 mil milhões de euros.

Simultaneamente a empresa continuou o seu objetivo de reduzir custos e melhorar os seus índices de eficiência, com uma redução de 23% dos custos operacionais face a 2011.

Do lado dos proveitos, este foi o primeiro ano completo de portagens de ex-Scuts, com uma receita antes do IVA de 212 Milhões, pese embora a redução generalizada do tráfego e a descida de preços das portagens em novembro de 2012.

Em 2012 houve uma alteração do Conselho de Administração, que a despeito da sua marca própria, procurou evitar qualquer descontinuidade. Não podemos, nem devemos deixar de agradecer o trabalho, a competência e o empenho dos administradores que a meio do ano cessaram funções.

Como não podemos, nem devemos deixar de salientar o trabalho e a adaptação dos colaboradores aos novos desafios que eram, a curto prazo, transformar uma empresa de projetos e gestão de investimentos, numa empresa de serviços, conservação e manutenção.

Ainda uma palavra de esperança aos clientes e outros stakeholders, garantindo que esta nova fase da EP vai permitir um nível de sustentabilidade e qualidade de serviço da infraestrutura rodoviária nacional.

E finalmente um agradecimento aos restantes órgãos sociais que através de uma colaboração vigilante, garantem um escrutínio permanente à gestão desta Empresa.

1 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2012

JANEIRO



- Início da obra de Reabilitação e Reforço Estrutural da Ponte Açude e Viadutos de Acesso no IC2, com duração prevista de 18 meses, que consiste na execução de tratamentos de betões, intervenções nos pilares, impermeabilização do tabuleiro, pavimentações e beneficiação nos equipamentos existentes.
- É concluída a empreitada de reabilitação da ponte metálica da Régua, com um investimento de cerca de 1,7 milhões de euros.
- A EP passa a operar e manter as vias de alta ocupação da Concessão da Grande Lisboa, cerca de 180km de vias com perfil de autoestrada.
- Conclusão do Lanço da ER261-5 (Sines) entre o km0+000 e o km+2+050, com uma extensão de 2,1 km, integrado na Subconcessão do Baixo Alentejo

FEVEREIRO



- Segundo a análise comparativa realizada pela Plimsoll Global Analysis – Bridge, Túnel & Highway Construction Industry, a EP foi considerada a 56ª maior empresa e a 31ª mais lucrativa no setor.
- Desde 2010, a EP consta do ranking de classificação das maiores empresas, sendo a 12.ª maior empresa portuguesa, bem como a maior nos setores das “Atividades auxiliares de Transportes”, “Construção” e “Serviços” (Diário Económico/Focus, Dezembro 2011).
- A EP foi reconhecida como uma das 5 entidades públicas com prazos mais curtos de pagamentos a fornecedores.
- A EP disponibilizou um novo portal com informação atualizada sobre as intervenções realizadas no IP3, com objetivo dar a conhecer o extenso trabalho de beneficiação, reabilitação, substituição e reforço das obras de arte, que está a ser realizado.

MARÇO



- A EP assumiu a gestão integral da A21 a partir do dia 11 de Março. Esta importante via de acesso ao litoral oeste junta-se agora às principais acessibilidades da Grande Lisboa, designadamente o IC19, a CRIL e o Eixo Norte/Sul, permitindo o reforço das competências internas da empresa na gestão direta de vias de grande capacidade.
- A EP foi premiada com o projeto SIG de Excelência 2011, atribuído pela ESRI Portugal, SA. Este prémio é o reconhecimento da assinalável evolução que o Sistema de Informação Geográfica (SIG) Empresarial da EP alcançou, no domínio da interpretação do mundo geográfico.
- A EP promove a iniciativa de sensibilização e promoção ambiental e científica Ponte Viva, pintando imagens de algumas das espécies que caracterizam a diversidade biológica das águas territoriais nacionais, nomeadamente mamíferos marinhos e aves aquáticas, nas sapatas dos pilares do Ponte sobre o Tejo.
- Realiza-se a 22ª Meia Maratona na Ponte 25 de Abril.

ABRIL

- O Dr. António Ramalho assume funções como Presidente do Conselho de Administração da EP, por deliberação do acionista da empresa, a partir do dia 16.
- Entrada em serviço do lanço Nazaré/Alcobaça/EN1 do IC9, que integra a Subconcessão Litoral Oeste. Este lanço, com cerca de 17 km, estabelece a ligação entre a EN242 (Nazaré), Alcobaça e a EN1, a nascente de Aljubarrota.
- Conclusão do troço do IC32 entre Berverde e Coina, integrado na Subconcessão do Baixo Tejo, numa zona de grande ocupação urbana, este troço, com uma extensão de cerca de 8 quilómetros, tem perfil de autoestrada.
- Adjudicação da empreitada do IP3-Ponte sobre a Foz do Dão – Substituição da obra de arte, incluindo o desmantelamento, no valor de 11,6M€

MAIO



- Lançamento de empreitadas de colocação de sistemas de retenção rodoviários, a nível nacional, num valor global de 2,3M€
- Conclusão das obras do lanço do IC9, numa extensão de 40km, ficando concluída a rede de 110 km que integra a Subconcessão Litoral Oeste. A conclusão do IC9 possibilita a ligação, entre a Nazaré (EN242) e Tomar (IC3) com ganhos para os clientes pela redução da extensão do percurso em cerca de 34 quilómetros e em cerca de 20 minutos, conjugado com o aumento substancial das condições de conforto e segurança rodoviária.
- Abertura ao tráfego os lanços do IC5, entre Carlão e o Nó de Pombal e entre Nozelos e Mogadouro, com extensões de 12,8 e 46,1km, respetivamente, ficando concluída a Subconcessão do Douro Interior. O IC5 é um itinerário transversal que se desenvolve entre os distritos de Vila Real e Bragança, ligando Murça a Miranda do Douro, numa extensão aproximada de 132km.
- Realização do II Encontro do Fórum de Auditores de Segurança Rodoviária, em colaboração com o Fórum de Auditores de Segurança Rodoviária, com a presença do Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), do Bastonário da Ordem dos Engenheiros, do Presidente da European Union Road Federation, do Presidente da Prevenção Rodoviária Portuguesa, bem como de vários representantes de instituições de ensino superior e de investigação, nacionais e estrangeiros.
- Pela primeira vez a empresa apoiou a 7.^a Meia Maratona do Douro Vinhateiro – Globalsport - evento que agrega uma vertente cultural ligada às tradições da região do Douro.



JUNHO



- A EP obtém a primeira certificação de construção sustentável em obra rodoviária. Este certificado foi atribuído pelo Sistema de Avaliação da Sustentabilidade Lider A pelo trabalho desenvolvido na empreitada de reabilitação de várias obras de

arte na EN6 Marginal Lisboa/Cascais, tendo obtido a classificação A das classes de Eficiência Ambiental.

- A EP associa-se mais uma vez, à iniciativa Ciência Viva - Engenharia no Verão 2012 e convida todos os interessados a conhecer mais de perto algumas das atividades que diariamente são desenvolvidas pela Empresa no Núcleo de Controlo de Tráfego, ou a visitar o interior da ponte 25 de abril.
- Conclusão da empreitada IP3 – Obras de Arte inseridas na rede viária da Aguieira e EN234-6 Ponte sobre a Ribeira de São João de Areias – Reforço estrutural da superestrutura e encontros, num valor de investimento de 9,2M€
- Instalação do sistema automático de cobrança de portagens a veículos de matrícula estrangeira (Easy Toll) em Vila Real de Santo António, Vilar Formoso, Vila Nova de Cerveira e Vila Verde de Raia, no valor global de 1,0M€



JULHO

- Realização da Assembleia Geral Anual onde foram aprovadas as contas de 2011, e designado o Conselho de Administração para o mandato 2012-2014, tendo sido reconduzido o Dr. António Ramalho, que já tinha assumido a Presidência em abril, e nomeados o Dr. José Serrano Gordo, como Vice-Presidente e a Eng.^a Vanda Nogueira e o Eng. João Grade como Vogais executivos.
- Entram ao serviço mais 2 troços da A4, integrados na Subconcessão Autoestrada Transmontana, numa extensão de 20km, entre o Nó de Justes e o Nó de Pópulo e entre o Nó de Mirandela Norte e o Nó de Romeu.
- Abertura ao tráfego do lanço da A33 entre Palhais e Belverde, integrado na Subconcessão do Baixo Tejo, numa extensão de 6,1km.

AGOSTO



- A EP e a Ascendi acordaram os termos da redução do objeto da Subconcessão do Pinhal Interior em cerca de 500 milhões de euros.
- A EP e a Autoestradas XXI, subconcessionária da Autoestrada Transmontana, acordaram os termos da redução do objeto do contrato de subconcessão, em cerca de 80 milhões de euros.
- Abertura ao tráfego de um novo troço na A4, entre o Nó de Palheiros e Lamas de Orelhão, com uma extensão de 10km, que integra a Subconcessão Autoestrada Transmontana.
- A EP e a AELO acordaram os termos da redução do objeto da Subconcessão do Litoral Oeste em cerca de 48 milhões de euros.
- A EP consigna a empreitada de construção da nova Ponte sobre a foz do rio Dão, no IP3. A conclusão desta obra, prevista para o 3º trimestre de 2014, representa um investimento de cerca de 11,5M€

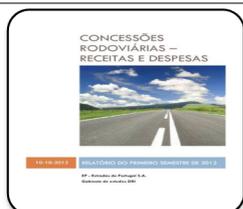
- A EP e a Subconcessionária do Baixo Tejo acordaram os termos da redução do objeto da subconcessão em cerca de 241M€
- Realizou-se um aumento de Capital Social no valor de 134M€

SETEMBRO

- A EP e a SPER, Subconcessionária do Baixo Alentejo, acordaram os termos da redução do objeto daquela subconcessão, num montante de cerca de 338 milhões de euros.
- Conclusão de empreitadas a nível nacional de segurança rodoviária relacionadas com marcas rodoviárias e dispositivos retrorrefletores, num total de 7,0M€
- Abertura ao tráfego do lanço da ER238 Cernache de Bonjardim/Sertã, com a extensão de 4,1km.
- O Caramulo Motorfestival, organizado pelo Museu do Caramulo, foi também uma iniciativa patrocinada pela EP em 2012. Trata-se de um evento dedicado aos automóveis e motociclos clássicos e desportivos, que combina a parte de competição com um conjunto de ações lúdicas e turísticas.



OUTUBRO



- Em 26 de outubro foi publicada a Portaria nº 342/2012 que define o novo regime de redução das taxas de portagem (desconto universal de 15%) a cobrar em lanços e sublanços das concessões ex-scut, terminando o sistema de discriminação positiva que estava em vigor.
- A EP e a Subconcessionária do Algarve Litoral acordam os termos da redução do objeto do contrato daquela subconcessão, em cerca de 155 milhões de euros.
- A EP lança o primeiro de alguns estudos regulares, que têm por finalidade descrever e divulgar alguns indicadores de gestão selecionados, dedicado às Concessões Rodoviárias – Receitas e Despesas, visando contribuir para uma análise fundamentada, sobre um dos assuntos mais comentados dos últimos anos - as Parcerias Público Privadas Rodoviárias.
- Adjudicação da empreitada EN234 Pontes Criz I e Criz II e EN234-6 Ponte de São João de Areias – Reforço Estrutural e Reabilitação dos Pilares, no valor de 5,3M€
- Conclusão da empreitada EN201 Ponte de Nossa senhora da Guia em Ponte de Lima, no valor de 1,3M€
- Conclusão da Nova Ponte sobre o Rio Lima na zona do Nó de Jolda, incluindo os respetivos acesso, no total de 7,4M€
- Abertura do Lanço da Subconcessão Transmontana IP4/A4 Lanço Murça/Lamas Orelhão - Sublanço Nó de Murça / Nó de Palheiros, com a extensão de 4 Km.



- Abertura do Lanço da Subconcessão Transmontana IP4/A4 Lanço Mirandela Norte / Amendoeira - Sublanço Nó de Romeu/ Nó da Amendoeira, com a extensão de 7 Km.

NOVEMBRO

- Concluída a reabilitação e reforço estrutural da ponte Açude, sobre o rio Mondego e viadutos de acesso ao IC2. O forte empenho de todas as entidades envolvidas possibilitou a antecipação da conclusão da obra em cerca de 5 meses,
- Fica concluída a A33, autoestrada entre o IC20 – Via Rápida da Caparica (com ligação à Trafaria) e o Barreiro. A A33 insere-se numa zona de grande ocupação urbana, atravessando os concelhos de Almada, Seixal e Barreiro, e permite a distribuição do tráfego da margem esquerda do Tejo, designadamente os itinerários que utilizam as pontes 25 de Abril e Vasco da Gama.
- Lançados os concursos de conservação corrente e operação do Grande Porto e da Grande Lisboa 2013/2015, pelo valor total de 7,8M€.
- Lançamento do concurso da empreitada EN10 Ponte de Sacavém sobre o Rio Trancão, pelo valor base de 3,4M€
- Adjudicação da empreitada EN15 Beneficiação Penafiel (Km 29+444) / Amarante (Km57+800), pelo valor de 3,7M€
- Conclusão da empreitada IC2 Km190+100 – Ponte Açude sobre o Rio Mondego e viaduto de acesso à Ponte Açude em Coimbra – Reabilitação e reforço estrutural, num total de 4,2M€
- Abertura dos lanços da Subconcessão do Pinhal Interior IC8 Lanço Proença-a-Nova/ Perdigão, numa extensão de 16,1 km e Lanço Condeixa/Nó de Condeixa, com a extensão de 9,6 km.
- Abertura ao tráfego do lanço da ER238 Sertã/Oleiros, com a extensão de 24,1 km.

DEZEMBRO



- Abre ao tráfego o último lanço do IC8, entre Proença-a-Nova e Perdigão, numa extensão de 16km, pertencente à subconcessão Pinhal Interior.
- Abrem ao tráfego os lanços da A13 – Avelar Norte (Penela)/Condeixa; Tomar/Avelar Sul e o Nó do IC9/Alviobeira e da A13-1 – Condeixa/Nó de Condeixa (IC3), que integram a subconcessão Pinhal Interior, numa extensão de 55,8 km.
- Abre ao tráfego o troço da A4 – Autoestrada Transmontana, entre o Nó de Bragança Nascente e Quintanilha, com uma extensão aproximada de 14km.
- Abertura do Lanço da Subconcessão Transmontana IP4/A4 Lanço Justes / Murça - Sublanço Nó de Pópulo / Nó de Murça, com a extensão de 7km.
- Conclusão da Empreitada “Novas Instalações da EP no Parque de Antanhol, Coimbra”, com entrada em funcionamento de todos os serviços da empresa sediados em Coimbra no edifício remodelado, permitindo libertar as instalações arrendadas na Quinta das Varandas, no total de 0,67M€.



2 SÍNTESE DE INDICADORES

Indicadores financeiros	2011	2012	Δ%
m€			
Exploração			
Total dos Proveitos (1)	2.071.547	1.699.584	-18%
- Contribuição Serviço Rodoviário (CSR)	546.042	511.745	-6%
- Receitas de portagens	132.533	211.885	60%
- Outros proveitos operacionais	1.153.444	975.955	-15%
EBITDA (2)	554.017	533.260	-4%
Margem EBITDA (%)	26,7%	31,4%	18%
EBIT (3)	432.750	365.599	-16%
Margem EBIT (%)	20,9%	21,5%	3%
Resultado Líquido	143.772	36.688	-74%
Balanço			
Capital Próprio	778.495	949.183	22%
Passivo	16.818.473	18.066.350	7%
- Subsídios ao investimento (não reembolsáveis)	10.371.714	10.357.212	0%
- Outros	6.446.759	7.709.138	20%
Ativo Total Líquido	17.595.968	19.015.533	8%
Capital Próprio/Ativo Líquido Total Líquido de Subsídios	0,11	0,11	0%
Rendimento do Capital Próprio (ROE)	22,3%	4,7%	-79%
Rendimento do Ativo (líquido de Subsídios) (ROA)	2,0%	0,4%	-80%
Dívida			
Dívida Financeira Líquida (4)	2.630.227	2.904.431	10%
Dívida Financeira Líquida / EBITDA	4,75	5,45	15%
EBITDA /Encargos Financeiros Bancários	4,79	4,44	-7%
Esforço Financeiro Público			
Subsídios ao Investimento	6.734	35.357	425%
FEDER	68	0	-100%
Fundo de Coesão	7.183	34.622	382%
Outros Comunitários	-517	734	-242%
Dotações de capital	0	134.000	-
Suprimentos do Estado	1.705.000	880.600	-48%
Total	1.711.734	1.049.957	-39%
Esforço Financeiro do OE (bruto)	1.705.000	1.049.957	-38%
Dividendos Pagos	10.251	0	-100%
Esforço Financeiro do OE (líquidos)	1.694.749	1.049.957	-38%
Garantia de empréstimos			
Stock de garantias concedidas	200.659	200.659	0%

(1) Total de Proveitos operacionais líquido de proveitos com subsídios

(2) EBITDA = Resultados antes de ganhos e perdas financeiros, impostos, amortizações e subsídios.

(3) EBIT = Resultados antes de ganhos e perdas financeiros e impostos

(4) Dívida financeira líquida de caixa e especializações de encargos financeiros

Indicadores de Atividade (km)	2011	2012
Rede nova construída	216,9	306,9
Rede intervencionada		
Intervenções de construção e requalificação	20,6	0
Intervenções de conservação e segurança rodoviária	193,6	54,9
Intervenções em obras de arte (nº empreitadas)	63	45

Indicador de Rede (km)	2011	2012
Rede sob Gestão Direta	13.450	13.515
Rede Subconcessionada	1.822	1.766(a)
Outras Concessionárias do Estado	2.700	2.650(b)
(a) Retificação efetuada em função dos projetos de execução definitivos		
(b) Redução resultante da passagem para a EP de autoestradas da Grande Lisboa		

Indicadores de performance ambiental	2011	2012
Nº de semáforos solares instalados na rede	139	357
Nº de semáforos equipados com tecnologia LED	-	740
Energia consumida (GJ)	31.746	75.789
Água consumida (m3)	30.000	36.500
Combustível consumido (l)	855.694	899.349
Investimento em Ambiente (em obra), m€	3.620	183
Investimento em Inovação, m€	1.226	2.548

Indicadores de performance social	2011	2012
Indicador de Gravidade (em acid.rodoviários)	23.780	22.495
Nº de vítimas mortais (em acid. rodoviários)	285	231
Índice de satisfação dos clientes (entre 1 e 4)	3,5	3,5
Total colaboradores	1.162	1.170
% Efetivos	96,5%	90,9%
% Mulheres	45,4%	41,4%
% Mulheres em cargos diretivos	36,4%	37,0%
Encargos com Pessoal (m€)	35.725	33.498
Taxa de sinistralidade no local de trabalho	1,89%	2,31%
Nº de mortos no trabalho	0	0
Taxa de absentismo	5,4%	4,4%
Taxa de Mobilidade Total (1)	6,8%	22,3%
Formação (horas)	25.056	29.447
% colaboradores em formação (2)	162,3%	222,8%

(1) Taxa de Mobilidade Total=Entradas + Saídas + Mob.interna / Efetivo Final x 100

(2) % colaboradores em formação=total participações/total colaboradores

3 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2012 registou-se, a nível global, um abrandamento do crescimento económico, sendo prevista pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), uma recuperação gradual a partir de 2013, ano que deverá apresentar um crescimento de 3,3% na atividade económica global.

No que concerne às economias avançadas, também foi registado um abrandamento em 2012, estimando-se um crescimento médio de 1,2% até final de 2013, prevendo-se uma expansão 1,9% para os EUA e de 1,6% para o Japão, decorrente do esforço efetuado após o sismo de 2011. Para as economias de mercado emergentes, estima-se um crescimento médio de 5,3%.

No que diz respeito à área do euro, registou-se uma queda ligeira da atividade económica em 2012, estimando-se uma contração de 0,3% em 2013, num quadro caracterizado pelo elevado grau de incerteza decorrente das tensões dos mercados financeiros induzidas pelos serviços das dívidas soberanas.

De acordo com as informações emanadas pelo Ministério da Economia e do Emprego, pelo Banco de Portugal e pela Comissão Europeia, são apresentadas as perspetivas macroeconómicas para a economia portuguesa através dos indicadores constantes no quadro seguinte.

Principais indicadores

(taxa de variação anual, %)

	2011	2012	2013 (p)
1. Despesa e PIB (variação em volume)			
Consumo Privado	-4,0	-5,6	-3,8
Consumo Público	-3,8	-4,4	-2,4
Investimento (FBCF)	-11,3	-14,5	-7,1
Procura Interna	-5,7	-6,8	-4,2
Exportações	7,5	3,3	2,2
Importações	-5,3	-6,9	-2,9
PIB	-1,7	-3,2	-2,3
2. Preços (taxas de variação, em %)			
Deflator do PIB	0,5	-0,1	1,8
Taxa de Inflação (a)	3,6	2,8	0,7
3. Emprego e Desemprego			
Emprego total (taxa de variação)	-1,5	-4,2	-3,3
Taxa de desemprego (%)	12,7	15,5	18,2

(p) previsão

(a) medida pela variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor

Fontes: Ministério da Economia e do Emprego - Síntese Estatística da Conjuntura, n.º 18/2013;

Banco de Portugal - Boletim Económico - Primavera 2013;

Comissão Europeia – European Economic Forecast - Spring 2013

Em Portugal, o ano de 2012 terminou com uma quebra da atividade económica de 3,2%, decorrente, essencialmente, do contributo regressivo da procura interna. No que se refere ao mercado de trabalho,

este tem vindo a ser fortemente afetado pela crise económica, dado que a taxa de desemprego atingiu, em 2012, o valor de 15,5%.

Para o ano de 2013, as atuais projeções apontam quer para uma contração do PIB de 2,3%, quer para uma subida da taxa de desemprego em 2,5 pontos percentuais, estimando-se que se aproxime do valor de 18,2%.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor registou uma taxa de variação média de 2,8% face a 2011, resultado não só da variação do preço das matérias-primas e dos produtos energéticos nos mercados internacionais, como também do aumento do IVA e dos preços administrativos no atual quadro de esforço de consolidação orçamental.

De acordo com o organismo governamental norte-americano “EIA – Energy Information Administration”, para as estatísticas oficiais do setor da energia, e tendo em consideração a cotação do Euro face ao Dólar, publicada pelo Banco de Portugal, a cotação média do Petróleo Bruto (BRENT) variou 8,3% face a 2011.

Este facto refletiu-se no preço médio dos combustíveis para transporte rodoviário que apresentou, em Portugal, os valores constantes no quadro seguinte.

Evolução do Preço Médio Anual dos Combustíveis em Portugal

Tipo	2011	2012	Varição (%)
Gasolina 95	1,54	1,64	6,5
Gasóleo	1,37	1,45	5,8

Unidade: Euro/Litro
Fonte: DGEG

Relativamente ao consumo de combustíveis rodoviários, de acordo com a informação disponibilizada pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), este tem vindo a sofrer um agravamento, tendo-se registado, entre 2010 e 2011, quebras de 11,8% na gasolina e de 6,9% no gasóleo.

No ano de 2012, manteve-se a tendência de redução verificada em 2011, tendo-se registado, respetivamente, quebras de 9,4% e 9% no consumo de gasolina e gasóleo.

Evolução dos Consumos das Gasolinas e dos Gasóleos

Tipo	2011	2012	Varição (%)
Gasolinas	1 246 950	1 129 957	-9,4
Gasóleos	4 595 524	4 182 969	-9,0

Unidade : Ton
Fonte: DGEG

A crise económica em Portugal tem-se refletido igualmente no mercado automóvel, que registou uma quebra acentuada na comercialização de veículos novos entre 2010 e 2011. Até final de 2012 verificou-se um agravamento no setor, com uma quebra de vendas de cerca de 40,7% relativamente ao ano de 2011.

Evolução Anual da Venda de Veículos Novos

Tipo	2011	2012	Variação (%)
Automóveis Ligeiros de Passageiros	153 404	95 309	-37,9
Comerciais Ligeiros	34 963	16 011	-54,2
Pesados de Mercadorias	2 665	1 892	-29,0
Autocarros	330	223	-32,4
TOTAL	191 362	113 435	-40,7

* Valores provisórios

Fonte: ACAP

Relativamente à estratificação percentual da tipologia de veículos adquiridos em 2011 e 2012, verificou-se uma oscilação pouco sensível no que concerne a veículos pesados. A proporção de veículos comerciais ligeiros diminuiu em cerca de 4%, enquanto que a de ligeiros de passageiros aumentou de igual valor percentual.

Evolução da Tipologia de Veículos Adquiridos

Anos	Ligeiros		Pesados	
	Ligeiros de Passageiros	Comerciais Ligeiros	Pesados de Mercadorias	Autocarros
2011	80,2%	18,3%	1,4%	0,2%
2012	84,0%	14,1%	1,7%	0,2%

Fonte adaptada: ACAP

De acordo com as últimas publicações do Instituto Nacional de Estatística (INE), relativa ao setor das Estatísticas dos Transportes, do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), e do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), a idade do parque automóvel de passageiros em circulação era, em 2011, de cerca de 11 anos, sendo de prever, face ao cenário de vendas apresentado, uma tendência de agravamento do envelhecimento, como ilustrado nos quadros seguintes:

Parque de Veículos Motorizados de Passageiros por Escalões de Idade, em 2011

Idade dos Veículos	Ligeiros		Pesados	
	Nº	Idade Média	Nº	Idade Média
<2 anos	379 218	0,6	901	0,6
2 a <5 anos	615 438	3,1	2 001	3,1
5 a <10 anos	1 105 379	7,1	3 463	7,1
10 anos ou mais	2 612 319	15,3	8 816	15,9
TOTAL	4 712 354	10,6	15 181	11,3

Fonte: IMT (informação não disponível para os anos anteriores)

Distribuição Percentual do Parque Automóvel Seguro por escalões de idade

Ano	-1 Ano	1 Ano	2 Anos	3 Anos	4 Anos	Entre 5 a 10 anos	Mais de 10 anos
2010	3,5%	4,5%	4,6%	4,4%	4,1%	31,4%	47,5%
2011	3,0%	4,3%	3,5%	4,5%	4,5%	28,7%	51,4%

Fonte: ISP

4 MODELO DE GOVERNO

Um modelo pautado pela ética, rigor e transparência

A EP – Estradas de Portugal, S.A. é uma Sociedade anónima de capitais públicos, criada a 7 de Novembro, através do Decreto-Lei nº 374/2007, com um capital social de 464.000.000 euros, detido em 100% pelo Estado, representado por 92.800 ações nominativas, de 5.000 euros cada.

Em 23 de novembro de 2007, o Estado celebrou com a EP um Contrato de Concessão por um período de 75 anos, cujas bases foram aprovadas pelo Decreto-Lei nº 380/2007, de 13 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 110/2009, de 18 de maio.

O Contrato de Concessão tem por objeto o financiamento, a conservação, a exploração, a requalificação e o alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional (RRN) atual e a conceção, projeto, construção, financiamento, a conservação, a exploração, a requalificação e o alargamento das vias da RRN futura, obrigando-se a EP ao desenvolvimento do Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000) e a manter as vias em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, nos termos e condições estabelecidas no contrato e pelo período do mesmo.

O novo modelo de financiamento da Rede Rodoviária Nacional, prevê que o seu financiamento seja essencialmente garantido pela Contribuição de Serviço Rodoviário, criada pela Lei nº 55/2007, de 31 de Agosto e pelo valor das taxas cobradas nas vias portajadas, para além de outros rendimentos decorrentes do próprio contrato e da legislação.

O modelo de governo da EP é o designado “Latino/clássico reforçado”, constituído por Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O **Conselho de Administração** (CA) designado para o mandato 2012-2014, em Assembleia Geral realizada a 17 de julho de 2012, é constituído por um Presidente, um Vice-presidente e dois Vogais.

Todos os membros são executivos e têm áreas de responsabilidade especificamente atribuídas.



António Ramalho
Presidente



José Serrano Gordo
Vice-presidente



Vanda Nogueira
Vogal



João Grade
Vogal

-
- ✓ Identidade e Representação
 - ✓ Dir. Concessões
 - ✓ Financeiro
 - ✓ Corporativo
 - ✓ Comunicação
 - ✓ Auditoria Geral

-
- ✓ Delegações Regionais
 - ✓ Contratação e Logística
 - ✓ Recursos Humanos
 - ✓ Expropriações
 - ✓ Jurídico
 - ✓ Relações Institucionais
 - ✓ Projeto "Mais Poupança"

-
- ✓ Sistemas de Informação
 - ✓ Planeamento, Controlo e Desenvolvimento
 - ✓ Operações de Rede
 - ✓ Desenvolvimento Imobiliário
 - ✓ Qualidade e Segurança
 - ✓ Projeto "Mais Receita"

-
- ✓ Centros Operacionais
 - ✓ CRIL
 - ✓ Projetos
 - ✓ Ambiente
 - ✓ Construção e Manutenção
 - ✓ Segurança Rodoviária

O **Conselho Fiscal** é composto por três elementos efetivos e um suplente, nomeados também em Assembleia Geral de 17 de Julho 2012 para o mandato 2012-2014.

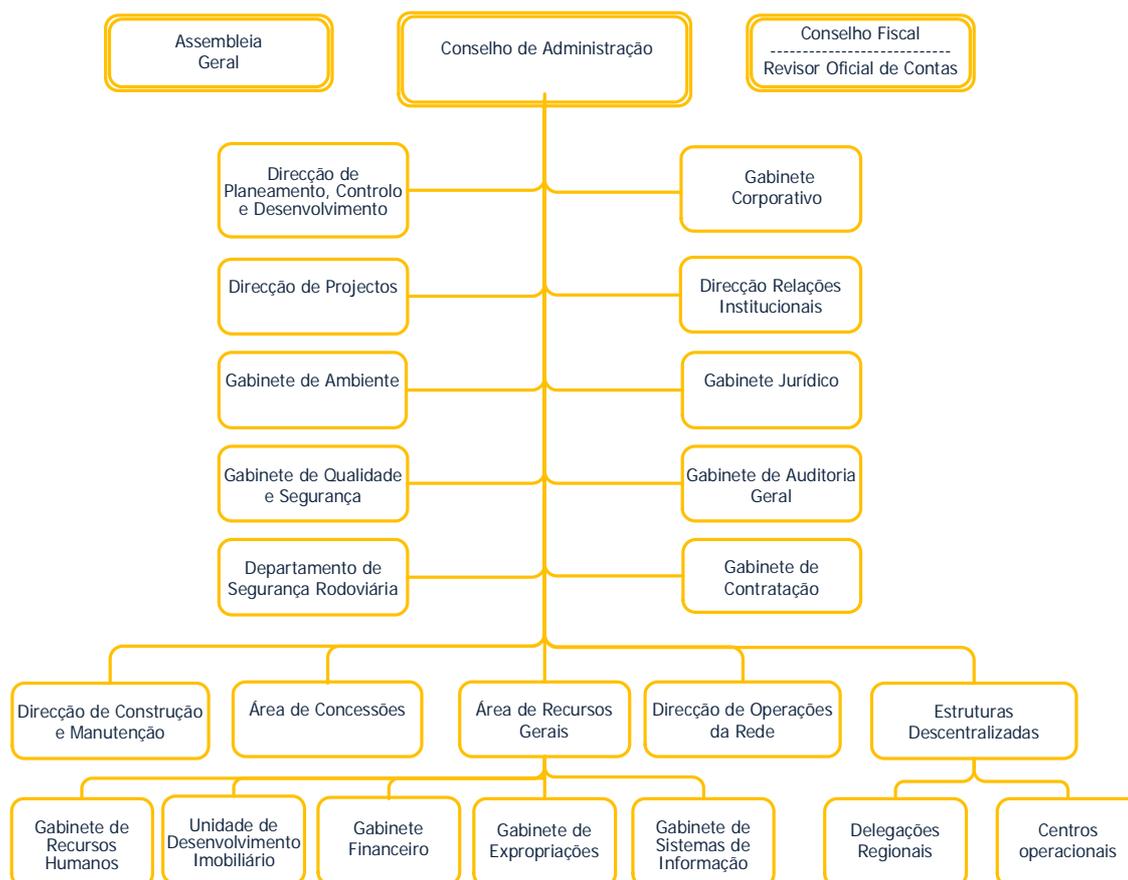
O cargo de **Revisor Oficial de Contas** é exercido por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nomeada pelo acionista, por designação do Conselho Fiscal.

No Relatório de Governo da Sociedade, consta informação mais detalhada sobre os órgãos sociais da empresa, bem como o respetivo estatuto remuneratório e remunerações anuais detalhadas.

Durante o ano de 2012 não foram efetuados quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores.

MACROESTRUTURA ORGÂNICA

O organograma da EP reflete a estrutura orgânica preconizada para responder aos desafios que se apresentam aos seus dirigentes e alcançar os objetivos estratégicos.



A EP deu início em 2012 a um processo de reestruturação orgânica da empresa, que culminará em 2013 com a adoção de uma nova estrutura, em linha com a estratégia que vier a ser adotada.

O Relatório do Governo da Sociedade contém informação mais detalhada sobre este capítulo.

5 ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

Ser reconhecida como uma “Empresa de prestação de serviços de acessibilidade de proximidade”

A EP rege-se pelas orientações estratégicas destinadas à globalidade do sector empresarial do Estado, observando as restrições decorrentes das orientações estratégicas para 2011 determinadas pelo Despacho 1315/2010 do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças

Princípios orientadores da gestão

- A implementação de uma filosofia de gestão profissionalizada, baseada nas competências adequadas e no incremento da capacidade produtiva segundo os mais exigentes parâmetros de qualidade, em prol do cumprimento da sua missão, traduzidas em objetivos ambiciosos (mas atingíveis) e mensuráveis anual e plurianualmente.
- A adoção das melhores práticas de gestão, segundo os princípios de bom governo das empresas públicas traduzidas em objetivos ambiciosos (mas atingíveis) e mensuráveis anual e plurianualmente.
- O desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, através da utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à empresa o sucesso no caminho da procura da sustentabilidade empresarial, assente, fundamentalmente, numa nova filosofia de gestão que contemple as dimensões económicas, ambiental e social.

Linhas de orientação estratégica

- Assegurar a sustentabilidade financeira da EP no quadro do modelo de financiamento do sistema rodoviário;
- Prosseguir os objetivos de redução dos níveis de sinistralidade e de sustentabilidade ambiental fixados no Contrato de Concessão;
- Relativamente à Construção:
 - Promover a extensão da rede viária nacional prevista no Plano Rodoviário Nacional, num quadro de conectividade nacional e internacional;
 - Contratualizar a rede viária fundamental de ligação às capitais de distrito e 90% da rede de autoestradas;
 - Dinamizar a conclusão da rede de Itinerários Complementares;

- Assegurar a execução do PRN2000 de acordo com a calendarização definida pelo Governo.
- Relativamente à Conservação e Exploração:
 - Prosseguir níveis de eficiência de custos de exploração e manutenção, em linha com as melhores práticas;
 - Disponibilizar a via aos clientes de acordo com os níveis de serviço estipulados para cada tipo de estrada.

Orientações estratégicas aprovadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de abril

- Proceder à definição de objetivos de natureza financeira, alinhados com as melhores práticas de empresas congéneres do sector a nível europeu e aferir, através de indicadores apropriados, o grau de cumprimento dos mesmos;
- Elaborar e apresentar ao Estado propostas de contratualização da prestação do serviço público, associando metas quantitativas a custos auditáveis e que reflitam um esforço de comparação permanente com as melhores práticas de mercado. Os contratos devem ser equilibrados e estabelecer direitos e obrigações recíprocos entre Estado e a empresa, bem como as correspondentes penalizações em caso de incumprimento;
- Adotar metodologias que lhe permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes/utentes, analisando o perfil e variação das reclamações e realizando inquéritos que possibilitem avaliar os resultados obtidos nessa matéria;
- Conceber e implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e a situação económica e financeira da empresa, e conceber e implementar planos de igualdade, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- Proceder, nos casos em que tal não haja sucedido, à segregação das responsabilidades já existentes com pensões dos trabalhadores, incluindo a programação do respetivo financiamento, propondo ao Ministro das Finanças e aos ministros responsáveis pelos sectores de atividade a adoção dos instrumentos adequados para o efeito;
- Implementar políticas de inovação científica e tecnológica consistentes, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;

- A empresa deve adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes assumidos, suscetíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito, designadamente, a Inspeção-Geral de Finanças e o Tribunal de Contas;
- Adotar os princípios da Estratégia Nacional para as Compras Ecológicas 2008-2010, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007, de 7 de maio, em articulação com a Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E., e com a Agência Portuguesa do Ambiente.

5.1 PLANO ESTRATÉGICO 2013-2016

Os novos desafios que se deparam à EP no que respeita à sustentabilidade dos seus negócios, ao modelo de governação e às exigências de qualidade de serviço prestado, constituem a base da elaboração do Plano Estratégico (K'16 - Plano Estratégico 2013-2016),

A empresa pretende vir a ser reconhecida como uma empresa de prestação de serviços de acessibilidade de proximidade, tendo definido um plano que se organiza em torno de três linhas de orientação decisivas para o futuro da empresa, cada vez mais vocacionada para a prestação de serviços, no quadro de um modelo de financiamento do sistema rodoviário em que se revela essencial a sua sustentabilidade financeira. Estes objetivos só serão atingidos através da internalização de uma gestão empresarial mais moderna, de um modelo de governação adequado e da motivação dos colaboradores. O K16 assenta em três pilares essenciais:



Esta mudança de paradigma será acompanhada por uma forte ação na área de comunicação interna e externa, com vista à revitalização da marca EP.

AÇÕES EM CURSO

De acordo com o modelo estratégico definido, a EP lançou vários projetos, grupos de trabalho e atividades que constituem a estrutura base para a implementação do Plano, que deverá estar concluído no 1º semestre de 2013:

Foram lançados os seguintes projetos/grupos de trabalho:

- “**Plano de Proximidade**”, que procura adequar os níveis de serviço da rede e as intervenções necessárias às necessidades dos clientes;
- “**Portagens**”, para caracterização dos modelos existentes na EP, identificação de gaps de melhoria, análise de alternativas tecnológicas e propostas de soluções alternativas com vantagens competitivas para a EP;
- “**Mais Receita**”, tendo como objeto a identificação de ativos e competências com potencialidade de gerar negócios potenciais para a empresa;
- “**Mais Poupança**”, com vista à identificação de melhorias em processos internos que resultem numa redução de custos e meios utilizados;
- “**Mais Equipa**”, para encontrar opções de reorganização de espaços dos edifícios da empresa, tendo em vista a melhoria da produtividade e do clima organizacional da empresa;
- “**Equipa K-Energia**”, com vista à elaboração de um planeamento energético que vise a redução dos consumos de energia em infraestruturas e edifícios da empresa.
- “**Mais Responsável**”, com o objetivo de estabelecer um plano de ações de responsabilidade social a desenvolver em 2013 e 2014.

Outras atividades de relevante importância para a adequação do governo da empresa à estratégia definida foram também lançadas em 2012:

- Desenvolvimento de trabalhos conducentes à adequação do modelo organizativo e de governo da empresa à estratégia definida para os próximos anos;
- Mapeamento de competências internas, por forma a identificar necessidades de desenvolvimento e potencialidades de criação de valor;
- Desenvolvimento do sistema de indicadores de gestão;
- Definição de um plano de mudança, visando um modelo de objetivos, de incentivos e de controlo de gestão
- Desenvolvimento de um plano de comunicação e de gestão da mudança.

5.2 OBJETIVOS

No âmbito do Contrato de Concessão, foram definidos objetivos a cumprir relativamente a níveis de serviço, ambiente e segurança. Estes objetivos são acompanhados pela entidade reguladora das infraestruturas rodoviárias.

NÍVEIS DE SERVIÇO

Entre os anos de 2007 e 2010 e de acordo com a metodologia preconizada no Contrato de Concessão da EP, o grau de cumprimento dos níveis de serviço foi aferido por amostragem, por tipo de via, tendo incidido nas secções de estrada amostrais definidas que se mantiveram na jurisdição da empresa. A partir de 2011, este objetivo passou a ser aferido em toda a rede rodoviária.

Em 2012 e à semelhança do verificado em 2011, considerando a informação que se encontra já disponível, prevê-se uma percentagem de insuficiência de capacidade na rede de cerca de 5%.

AMBIENTE

Relativamente ao ambiente, os objetivos definidos relativamente à Qualidade do Ar, Ruído, Recursos Hídricos e Fauna, foram totalmente atingidos.

SEGURANÇA

Os indicadores de sinistralidade rodoviária são calculados com base em informação fornecida pela Autoridade Nacional para a Segurança Rodoviária, que à data do relatório não tinha ainda divulgado os valores a dezembro de 2012.

Objectivos para o Ano 2012:

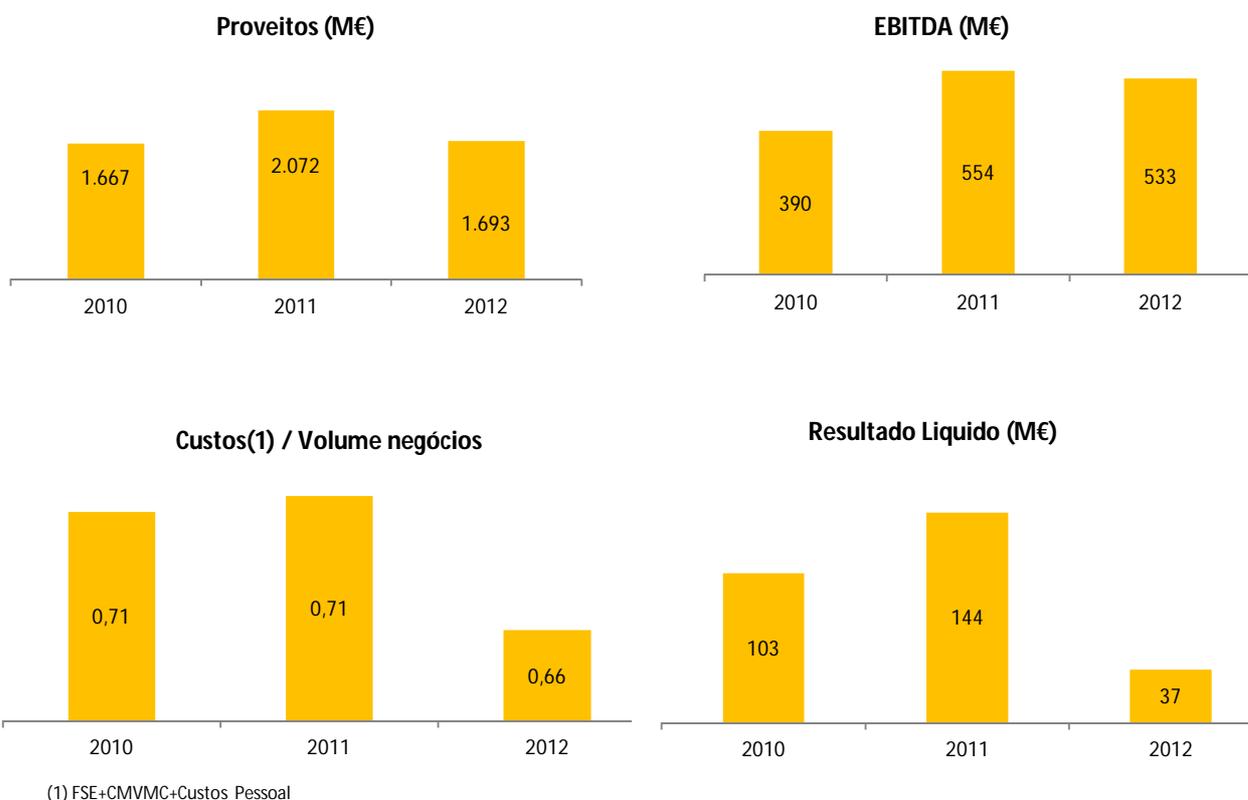
INDICADORES	Unid	Fórmula de Cálculo	Obj. fixados em 2012	Executado em 2012	Observações
Nível de Serviço	%	De acordo com metodologia "Highway Capacity Manual"	Cumprir NS em 95% de Rede	Dados indisponíveis	Prevê-se uma insuficiência de capacidade da rede de cerca de 5% relativamente ao objetivo
Sinistralidade		Nº Vítimas Mortais	399	231	Cumprimento a 100%
		Nº de Pontos Negros	31	18	Cumprimento a 100%
Externalidades ambientais		Cumprir níveis dos Indicadores do CC do Contrato Cocessão	100%	100%	Cumprimento de 100%
Índice de Gravidade	nº	$\text{Índice de Gravidade} = 100 \times \text{VM} + 10 \times \text{FG} + 3 \times \text{FL}$	24.641	22.495	Cumprimento a 100%

6 DESEMPENHO ECONÓMICO

Apesar da situação económica, os resultados líquidos apresentam um valor positivo de 37M€

Os proveitos da EP apresentam em 2012 um decréscimo face aos anos anteriores em consequência do ciclo de exploração em que se encontra o contrato de concessão da EP, caracterizado até meados de 2012 por uma intensa atividade de construção, nomeadamente por via das subconcessões, e que entra agora numa fase de exploração inicial, caracterizada por uma reduzida capacidade de arrecadação de receitas e um peso crescente dos encargos financeiros não capitalizáveis.

Adicionalmente, os gastos de amortização do Direito de Concessão aumentaram significativamente face a 2011, o que explica a redução do Resultado Líquido, apesar de o EBITDA não ter uma variação tão significativa.



O principal proveito da EP resulta dos contratos de construção, em especial dos referentes a subconcessões e da respetiva capitalização de encargos financeiros. De notar em 2012, o aumento dos proveitos de portagens que passaram de 45M€ em 2010 e 133M€ em 2011 para 212M€.

De referir que o ciclo da Concessão da EP é ainda caracterizado por um forte investimento tendo sido efetuados pagamentos de cerca de 742M€ em 2012 (810M€ em 2011), principalmente em Concessões do Estado, o que tem subjacentes necessidades de financiamento significativas. Em 2012, o endividamento líquido da EP aumentou em cerca de 274M€.

Devido às condições dos mercados financeiros, as necessidades de financiamento da EP foram supridas com recurso a suprimentos do acionista Estado, tendo-se verificado um aumento de capital de 134M€ no mês de agosto. Adicionalmente a EP recebeu, em 2012, cerca de 31M€ de subsídios ao investimento de fundos comunitários, comparativamente com os 7M€ recebidos em 2011.

6.1 PROVEITOS

	2009	2010	2011	2012	$\Delta\%$ 2011/2012
Contratos de Construção	544.588	1.016.302	1.356.659	939.486	-30%
Rede Subconc.-Construção	264.452	765.228	1.080.655	709.889	-34%
Const. novas infraestruturas	245.304	169.144	72.790	19.403	-73%
Encargos Fin. Capitalizados	34.832	81.930	203.214	210.194	3%
Contribuição Serviço Rodoviário	562.768	556.324	546.042	511.745	-6%
Portagens	0	45.189	132.533	211.885	60%
Outros Proveitos Exploração	26.729	49.097	36.313	30.326	-16%
Licenciamento	3.081	7.453	7.555	6.342	-16%
Canal Técnico Rodoviário	726	572	750	1.177	57%
Áreas de Serviço	913	1.168	1.233	1.765	43%
Imobiliário	1.104	12.085	2.919	4.229	45%
Outros	20.905	27.819	23.856	16.813	-30%

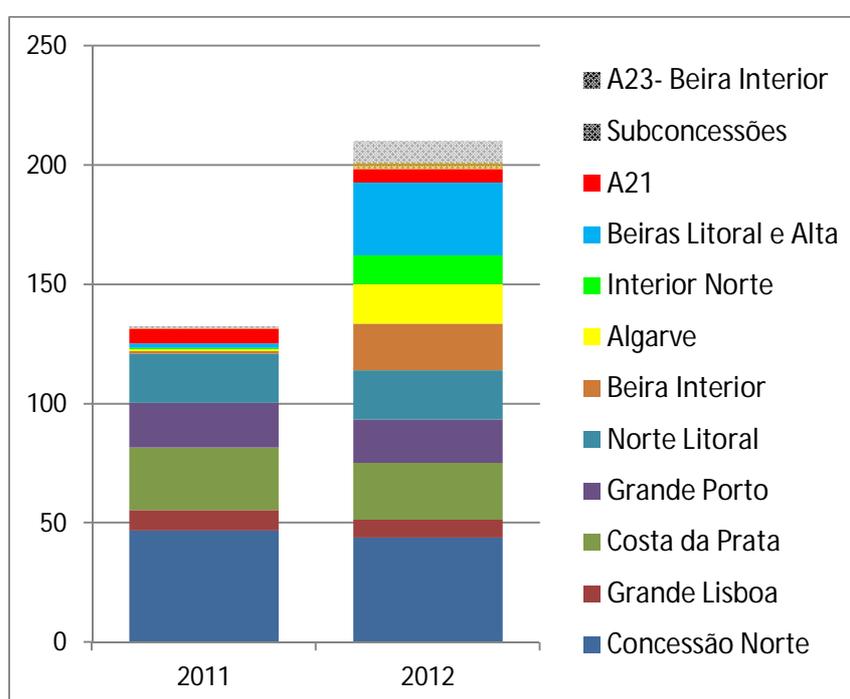
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO RODOVIÁRIO

A contribuição do serviço rodoviário apresentou em 2012 uma variação de cerca de 34M€ o que representa um decréscimo de cerca de 6% face a 2011. Esta descida é resultado de uma quebra de tráfego no ano de 2012, o que representou uma redução dos consumos de combustível superior a 9% face ao ano anterior.

PORTAGENS

Os proveitos de portagem registaram um aumento de 60% face ao ano anterior. Este crescimento deve-se principalmente ao facto de 2012 ter sido o primeiro ano completo de receitas resultantes das portagens introduzidas nas concessões Beira Interior, Algarve, Interior Norte e Beiras Litoral e Alta, em dezembro de 2011. Estas ex-SCUT foram responsáveis por proveitos de portagens no montante de 79M€ em 2012, face a cerca de 4M€ em 2011.

As concessões Norte, Grande Lisboa, Costa da Prata, Grande Porto e Norte Litoral, que representaram em 2011 cerca de 91% do total de proveitos de portagens, atingiram o valor de 114M€ em 2012, inferior aos 121M€ registados em 2011.

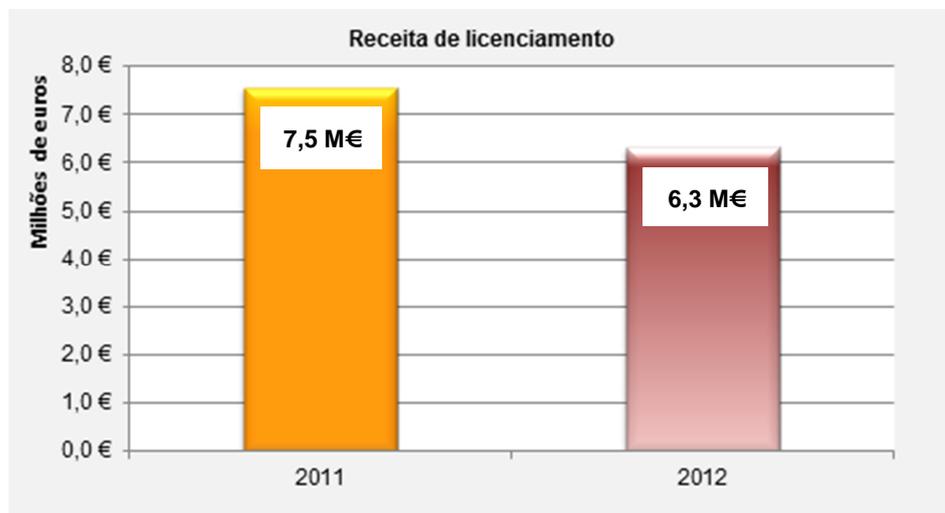


LICENCIAMENTO

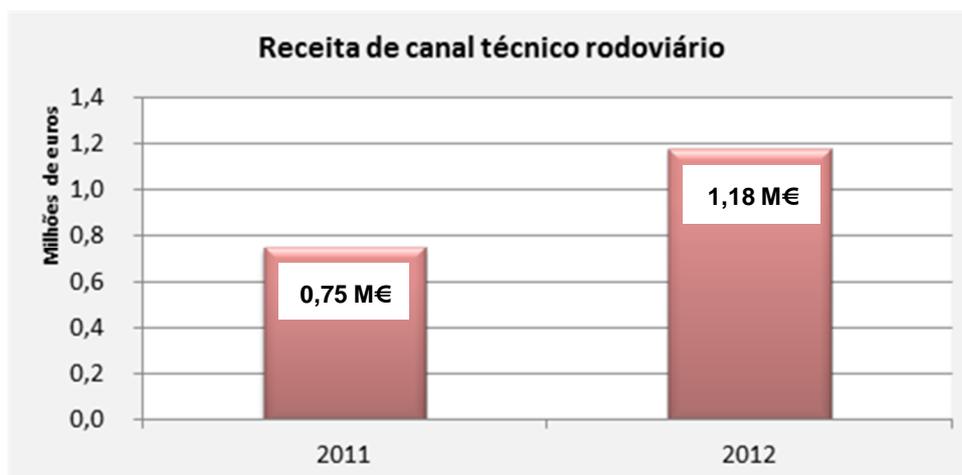
A estratégia adotada no reforço do cumprimento das obrigações contratuais definidas no contrato de concessão celebrado com o Estado em matéria de proteção às estradas sob jurisdição da EP, levou a um enfoque especial neste período no levantamento dos acessos industriais e do canal técnico rodoviário existente na rede dos diversos distritos.

Prevendo-se um ano pouco favorável em termos de crescimento de receita, nomeadamente a relacionada com a atividade de licenciamento, devido à contração da atividade económica, alcançou-se ainda assim o valor de 6,3M€ nesta componente de receita, correspondendo a um decréscimo de 16% na receita por comparação com o ano de 2011.

Será importante realçar que a exclusão das seis maiores operações de 2011, as quais ascenderam quase a 1M€, e que poderemos considerar como excecionais, levaria a que a quebra de receita ficasse nos 3%.

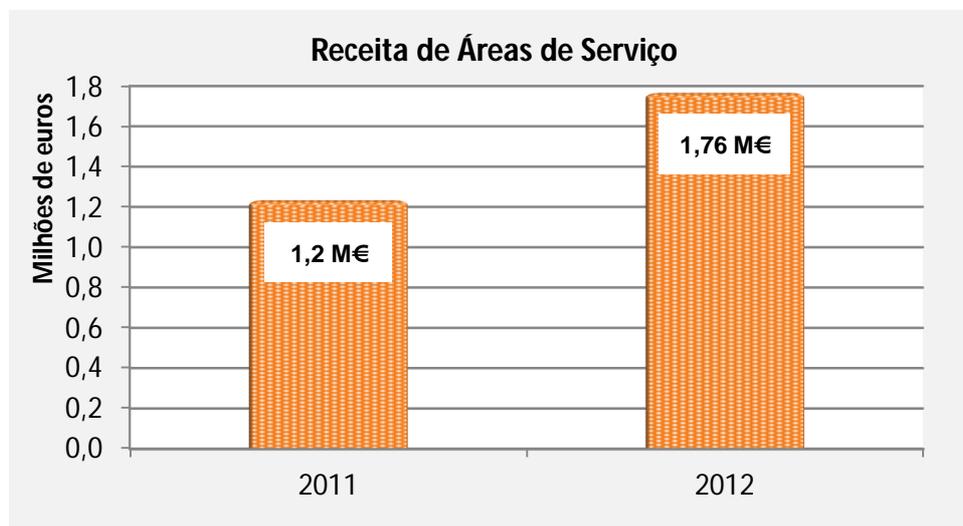


Como resultado do trabalho desenvolvido foi possível incrementar a receita de canal técnico rodoviário que atingiu 1,2M€ com um crescimento de 57% relativamente a 2011. No caso dos acessos industriais, decorreu um levantamento nacional das situações não regularizadas distribuídas ao longo da rede, o que certamente se refletirá de forma positiva na receita futura.



Em matéria de receita de áreas de serviço (AS), importa referir um crescimento de 43% relativamente à receita verificada em 2011, reflexo do início do contrato, em fevereiro de 2012, da AS IC17/CRIL em

Odivelas, apesar da tendência decrescente da componente variável da receita das restantes cinco AS em operação.



GESTÃO DO IMOBILIÁRIO

No âmbito da reconstituição patrimonial, a EP continua a dar seguimento aos processos em curso, tendo em vista a cobertura nacional de todo o espólio imobiliário sob gestão da empresa.

A EP tem vindo a identificar um vasto conjunto de imóveis (edifícios e terrenos), considerados desnecessários à atividade, pelo que, nesse âmbito, foram levadas a cabo diversas atividades orientadas para a identificação e registo dos bens (reconstituição patrimonial) e para a alienação desses imóveis, não deixando de salientar no entanto o registo de afetação de imóveis ao domínio público decorrente das obrigações legais, no âmbito dos processos expropriativos concluídos e em curso, e ainda do contrato de concessão celebrado com o Estado.

No que respeita à alienação de bens, promoveram-se medidas conducentes à melhoria da divulgação dos mesmos no mercado, nomeadamente a realização de contratos de mediação imobiliária tendo em vista um reforço dos métodos de oferta ao mercado através de operadores especializados e lançaram-se 62 leilões públicos. Foi ainda celebrado um protocolo com mediadora para colocação global de imóveis, que se pretende estender para os restantes operadores.

De forma a manter a interação e informação com o mercado e potenciais interessados, têm sido operadas melhorias no site institucional, divulgando mais informação sobre os prédios. Manteve-se a “newsletter” periódica que divulga a potenciais interessados quais os imóveis em processo de alienação, “newsletter” essa que conta atualmente com 3.476 subscrições.

Apesar do esforço na divulgação e promoção da alienação de bens, verificou-se durante o ano de 2012 um decréscimo significativo da procura, fortemente marcado pela atual conjuntura económica, que pretendemos colmatar com uma maior oferta ao mercado de bens para arrendamento em 2013.

Durante o ano de 2012 foram realizadas escrituras de 52 imóveis no montante de 4,3M€, conforme gráfico abaixo apresentado.



6.2 CUSTOS DE FUNCIONAMENTO E PLANO DE REDUÇÃO

O Plano de Redução de Custos, aprovado em Maio de 2011 e elaborado com o objetivo de dar resposta ao Despacho 807/2011 do SETF de 31 de Maio de 2011, estipula a necessidade de uma redução de custos de 15% em 2011 face a 2009. Na elaboração do Orçamento para 2012 e atualização do plano de redução de custos para 2012, a EP manteve como referência o ano de 2009, pelo que apresentamos os resultados desse plano tendo como comparativo o ano de 2009.

A EP ultrapassou largamente os resultados exigidos ao reduzir os custos em cerca de 68% face a 2009, devido principalmente ao esforço de contenção da execução de obra própria e de custos com o pessoal.

A EP atinge largamente essa meta, mas concentramo-nos em consegui-lo através de redução dos custos operacionais – Custos de Pessoal e Outros Fornecimentos e Serviços Externos.

A redução do investimento próprio – 93% de redução entre 2009 e 2012, por contraponto com o aumento da conservação corrente é uma situação que decorre da maturidade das obras que constituem o PRN, e que conjuntamente tem necessariamente reflexos num aumento dos custos de conservação.

O plano estratégico a que já aludimos irá definir o marco financeiro que a EP contará para fazer face aos seus planos em termos de conservação periódica, corrente e despesas em segurança rodoviária.

Em termos dos encargos com pessoal a EP continuou os esforços já desenvolvidos ao longo dos últimos anos e manteve a sua linha decrescente. A redução acumulada destes encargos, comparando 2012 com o *baseline* de 2009 é já de 33%.

Já nos Fornecimentos e Serviços Externos a redução também é significativa, sobretudo quando corrigimos os valores de 2012 para os níveis de atividade (*baseline*) de 2009. De fato o fecho da CRIL e a entrada em funcionamento dos tuneis de Benfica e Venda Nova, acrescido da passagem para a esfera da EP da Rede de Auto Estradas da Grande Lisboa (RAEGL) e da A21, torna necessário efetuar correções ao nível dos consumos de eletricidade e combustível gasto, bem assim como do quadro adicional de pessoal afeto a estas atividades que só se iniciaram em 2012.

Desta forma a redução real entre 2009 e 2012 é de 20% acumulada, já que os custos inerentes às atividades mencionadas totalizam 850m€ em 2012, que devem ser retirados ao total para efeitos de comparação.

O quadro seguinte sintetiza a redução dos Gastos Operacionais prevista pelo Plano e a situação da execução do mesmo no final de 2012:

	(m€)		
	Execução 2012	Execução 2009	% redução 2009/2012
Pessoal	36.939	54.988	-33%
Encargos com Pessoal	33.498	39.676	-16%
Indemnizações Plano Social	2.669	11.371	-77%
Pensões	772	3.941	-80%
CMVM	18.136	264.452	-93%
Investimento Próprio	18.136	264.452	-93%
FSE	62.353	53.328	17%
Conservação Corr.+ Seg. Rod.	51.814	41.106	26%
FSE s/ Cobr. Portagens, CSR , Conser. Periódica e O&M Subconc.	10.540	12.222	-14%
CUSTOS OPERACIONAIS	117.428	372.768	-68%

Analisa-se de seguida, separadamente, os componentes que contribuem para a redução dos Gastos Operacionais:

CUSTOS COM PESSOAL

As medidas de redução dos encargos associados à gestão do capital humano da empresa permitiram a diminuição dos encargos em 33%, na comparação dos resultados de 2012 com o *baseline* de 2009.

Salienta-se que a tendência decrescente se manteve de 2011 para 2012, na ordem dos 7%, apesar do exercício de 2011 ter sido já muito marcado pela aplicação das medidas restritivas estabelecidas na Lei do Orçamento do Estado, tendência que apenas foi anulada pelo registo em 2012 do acréscimo de gastos para o pagamento de subsídios de férias em 2013.

Esta diminuição consistente da despesa não se confina ao estrito cumprimento das diretrizes externas, antes reflete o esforço da empresa no sentido da racionalização de custos e da otimização das formas de organização do trabalho – o que é evidenciado na redução dos custos relativos a deslocações em serviço.

	2009 (€)	2012 (€)	% redução 2009/2012
Ajudas de Custo (território nacional)	826.621	321.493	- 61%
Deslocações e estadas	262.273	148.035	-44%

Na prossecução do objetivo de redução do efetivo, incluído no Plano de Redução de Custos, a empresa lançou em 2012 mais uma edição do Plano Social de Racionalização de Quadros (PSRQ).

O PSRQ da EP foi concebido como medida orientada a minimizar os custos sociais da diminuição do efetivo, assente na cessação da relação laboral por mútuo acordo, partindo da adesão voluntária do colaborador e concretizada pela possibilidade da sua dispensa por parte da empresa.

A execução do PSRQ em 2012 viabilizou a saída da empresa de 58 colaboradores, a que correspondeu o encargo de 2.669m€ com compensações.

A evolução do efetivo denota também a racionalização na gestão dos recursos humanos uma vez que para o mesmo nível de atividade se registaria, face a 2009, uma diminuição de 3,9% do conjunto de colaboradores ao serviço da empresa no final de 2012. A circunstância da EP ter sido incumbida do desenvolvimento de novas atividades, em resultado da assunção da operação da Rede de Auto Estradas da Grande Lisboa (RAEGL) e da A21, com a necessária alocação de recursos humanos, fez com que o efetivo se apresente semelhante ao de 2009.

	2009	2012	% redução 2009/2012
Efetivo 31 dez	1.169(*)	1.123	- 3,9%
Novas atividades	0	47	
TOTAL	1.169(*)	1.170	0,8%

(*) O efetivo de 2011 não inclui dois membros do Conselho de Administração

CUSTOS COM CONSERVAÇÃO CORRENTE E PERIÓDICA

A conservação corrente da rede de estradas sob administração direta da EP está ancorada, essencialmente, em 18 contratos distritais plurianuais, CCC 2010-2013, avaliados em 162,2M€.

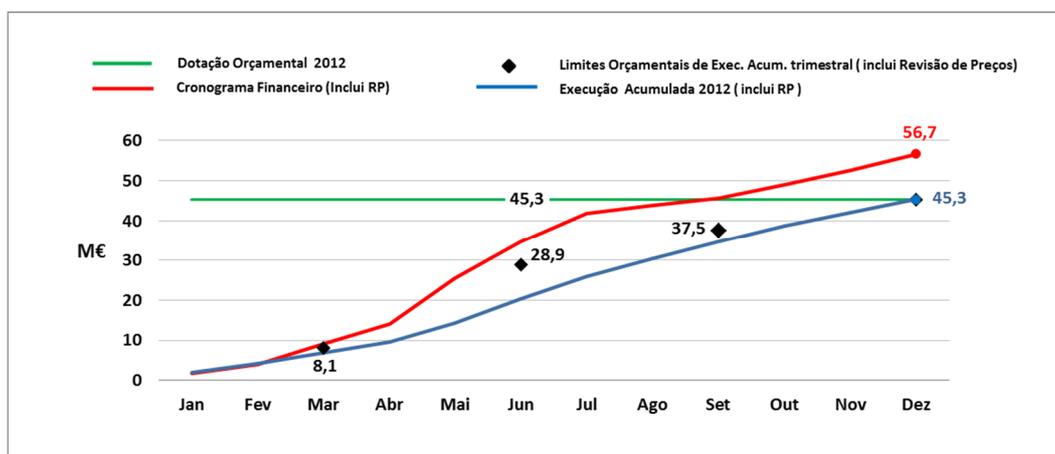
Às verbas associadas aos contratos plurianuais de conservação corrente acima mencionados acrescem verbas da Administração Direta, que se destinam à satisfação de necessidades operacionais das Brigadas de Intervenção, bem como verbas relativas a pequenas obras individualizadas de conservação corrente.

Os limites orçamentais para 2012 impuseram que os Cronogramas Financeiros (CF) dos 18 CCC fossem afetados com uma taxa de 85%, para que a execução global dos contratos não ultrapassasse a verba inscrita no Plano de Investimentos (PI) 2012, de 45,3M€, que também deveria dar cobertura às despesas com revisões de preços, de forma a dar resposta ao plano de redução de custos.

Trimestralmente procedeu-se à reprogramação da despesa mensal, de acordo com os desvios verificados nos três meses anteriores e de acordo com as atualizações dos índices de revisão de preços que foram sendo conhecidos ao longo do ano, com vista a assegurar o cumprimento do limite orçamental de 45,3M€.

A evolução da despesa em 2012, face ao previsto nos CF e face ao limite orçamental, está patente no gráfico seguinte.

Execução Financeira 2012 dos CCC 2010-2013



A análise do gráfico revela que o atraso na execução que se verificou nos 2º e 3º trimestres veio a ser recuperado até ao final do ano de 2012, que terminou com uma execução orçamental de 100%.

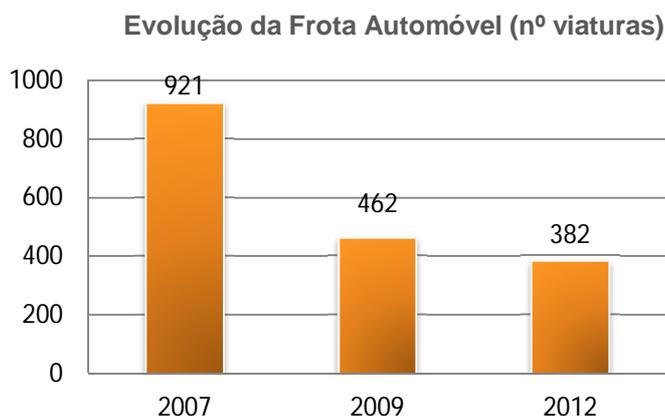
O rigor da Gestão Contratual dos 18 CCC 2010-2013 permitiu assegurar o cumprimento do orçamento e dar resposta às necessidades da rede, apesar das restrições orçamentais impostas.

O quadro seguinte indica a evolução dos custos de conservação por km de estrada da rede

	2011	2012	Var. Homóloga
Rede sob Gestão Direta (Km)	13.450	13.515	0%
Custo por Km (mil €)	7,6	5,9	-22%
- Cons. Periódica	3,6	2,1	-42%
- Cons. Corrente	3,6	3,6	-1%
- Segurança Rodoviária	0,4	0,3	-40%

OUTROS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

- FROTA AUTOMÓVEL**



A frota automóvel da EP sofreu uma forte redução nos últimos anos, conforme é possível aferir no gráfico anterior. No ano de 2012, aproveitando o facto dos contratos operacionais terminarem na sua maioria em 2013, foram desenvolvidos os estudos conducentes à substituição da frota nos anos de 2013 e 2014, a qual contempla uma nova redução de pelo menos 36 viaturas e de redução dos custos operacionais, comparados com 2012 em cerca de 20%.

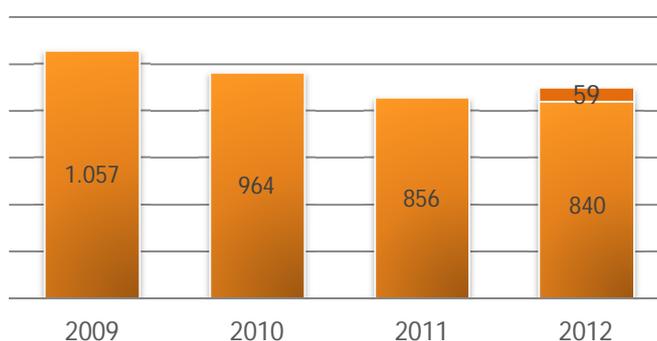
Evolução da Despesa (€)

	2009	2012	2012 ^(a)	Variação (%) 2009 / 2012	Variação (%) 2009 / 2012 ^(a)
Manutenção	210.895	207.719	191.890	- 2,0	- 9,0
Combustível	994.035	1.189.983	1.098.167	+ 19,7	+ 8,8
Rendas AOV	1.878.464	1.817.214	1.817.214	- 3,3	- 3,3
TOTAL	3.083.394	3.214.916	3.107.271	+ 4,3	+ 0,7

(a) Valores corrigidos: não consideração da despesa associada à RA EGL

Entre 2009 e 2011 os custos associados à frota estiveram praticamente estagnados, considerando o mesmo nível de atividade de 2009. Ou seja, a EP assumiu em 2012 a gestão da Rede de AE da Grande Lisboa o que implicou um aumento direto de € 100m nos custos acima referidos. Os valores comparáveis de 2009 a 2012 representam um ligeiro aumento de 0.8%, motivado sobretudo pelos aumentos de preços dos combustíveis, mitigado pela redução do seu consumo, menos 15% face a 2009, ou de 21%, para igual período, caso se tenha por base o mesmo nível de atividade de 2009 (não consideração da RA EGL), conforme se encontra representado no gráfico seguinte.

Consumo de Combustível (milhares de litros)



(a) Valor de 59 mil litros corresponde à RA EGL

- FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA**

Verificou-se no ano de 2012 um forte aumento do consumo e respetivo custo total com o fornecimento de energia elétrica, o que se deveu à integração em Janeiro de 2012, na rede da EP, da rede de autoestradas da Grande Lisboa, onde se incluem os túneis da CRIL.

No entanto, e conforme se pode verificar no quadro que se segue, aplicando o conceito do mesmo nível de atividade de 2009 (não consideração da RA EGL), concluiu-se que houve uma redução de cerca 19 % nos custos associados ao fornecimento de energia elétrica.

Evolução da Despesa (€)

	2009	2012	2012 ^(a)	Variação (%) 2009 / 2012	Variação (%) 2009 / 2012 ^(a)
Instalações	432.230	481.069	464.504	+ 11,3	+ 7,5
Iluminação Rodoviária	443.085	891.969	229.455	+ 101,3	- 48,2
Outros (vias)	147.881	167.627	137.011	+ 13,4	- 7,3
TOTAL	1.023.196	1.540.665	830.970	+ 50,6	- 18,8

(a) Valores corrigidos: não consideração da despesa associada à RA EGL

- **COMUNICAÇÕES**

Verificou-se desde o ano de 2009 uma redução de cerca 39% na despesa com comunicações fixas e móveis.

Esta redução de custos é devida em grande parte às condições muito vantajosas para a EP do atual contrato de telecomunicações, que foi renegociado pela última vez em dezembro de 2012, o que perspetiva uma nova redução de despesa para o ano de 2013.

Evolução da Despesa (€)

	2009	2012	Variação (%) 2009/2012
Telefone e Fax	96.914	70.076	- 27,7
Telemóveis	160.979	88.305	- 45,1
TOTAL	257.893	158.381	- 38,6

6.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS

Apresenta-se de seguida a execução do plano de investimentos, cujos valores globais das medidas/projetos têm por base a faturação do investimento realizado e inclui os montantes associados à Conservação da Rede (empreitadas, estudos, projetos, fiscalização e assistência técnica), contabilizados em fornecimentos e serviços externos.

A redução da execução orçamental em 2012, face ao ano anterior, resultou das fortes restrições orçamentais originadas pela conjuntura económica e financeira que o país atravessa.

MEDIDA / PROJECTO	EXECUÇÃO	
	2011	2012
	(m€)	
I. EXPANSÃO DA REDE	66.215	28.038
1. Construção de IP	37	0
2. Construção de IC	34.188	12.282
3. Construção de EN e ER	6.552	950
4. Expropriações da EP	12.619	4.865
5. Expropriações de Concessões	12.819	9.941
II. MODERNIZAÇÃO DA REDE	35.410	14.818
1. Requalificação de IP e IC	3.785	1.747
2. Requalificação de EN e ER	5.114	650
3. Requalificação\Substituição de Obras de Arte	16.958	11.199
4. Construção de Variantes a Centros Urbanos	9.553	1.222
III. CONSERVAÇÃO DA REDE	44.747	28.965
1. Conservação Periódica\Beneficiação de Estradas	10.176	12.288
2. Reabilitação de Obras de Arte	34.571	16.677
TOTAL CONSTRUÇÃO	50.330	14.454
TOTAL CONSERVAÇÃO PERIÓDICA	19.075	14.685
TOTAL OBRAS ARTE	51.529	27.876
IV. ESTUDOS, PROJECTOS, FISCALIZAÇÃO E A. TÉCNICA	10.667	5.199
1. Estudos e Projectos de Construção	2.640	1.284
2. Estudos e Projectos de Conservação	506	259
3. Estudos e Projectos de OA	2.755	725
4. Fiscalização, Controlo e Acompanhamento de Construção	788	108
5. Fiscalização, Controlo e Acompanhamento de Conservação	48	1
6. Fiscalização, Controlo e Acompanhamento de OA	1.989	1.257
7. Outros Estudos, Assistência Técnica e Jurídica	1.941	1.565
V. INSTALAÇÃO E MELHORIA DE EQUIPAMENTOS	1.838	3.529
1. Maquinaria, Edifícios e Equipamento	506	829
2. Sistemas de Informação	534	1.264
3. Telemática Rodoviária	798	1.436
SUB-TOTAL	158.877	80.549
VI. CONCESSÕES	678.405	686.017
TOTAL	837.282	766.566

7 GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS

A infraestrutura existente foi uma prioridade em 2012

A EP atua diretamente em cerca de 13.515 km de vias da Rede Rodoviária Nacional, que inclui cerca de 3.000 km de estradas desclassificadas pelo PRN 2000, por ainda não ter sido possível proceder à sua integração nas redes municipais.

Distrito	Rede EP	Distrito	Rede EP
Aveiro	680	Leiria	487
Beja	1243	Lisboa	859
Braga	755	Portalegre	744
Bragança	966	Porto	791
Castelo Branco	581	Santarém	977
Coimbra	616	Setúbal	783
Évora	901	Viana do Castelo	602
Faro	337	Vila Real	598
Guarda	776	Viseu	820
TOTAL Rede EP		13515	

Indiretamente, a EP atua ainda em cerca de 1.766 km de rede subconcessionada, distribuída por 7 subconcessões.

Rede Subconcessionada	Total
Douro Interior	242
AE Transmontana	194
Baixo Alentejo	342
Baixo Tejo	74
Algarve Litoral	282
Litoral Oeste	112
Pinhal Interior	520
Total	1.766

A rede concessionada do Estado, apresenta cerca de 2.650 km distribuídos por 15 Concessões, totalmente em serviço. Relativamente a 9 destas Concessões, a EP realiza os pagamentos e recebimentos, embora contudo a responsabilidade da sua gestão esteja cometida à da entidade reguladora.

7.1 ESTUDOS E PROJETOS

O aumento progressivo da recessão económica portuguesa conduziu à revisão da abordagem ao negócio da EP. A implementação de um novo pacto orçamental, visando uma maior concertação e supervisão da aplicação de investimentos entre organismos do Estado, institucionalizou limites adicionais à atividade da empresa, implicando uma forte aposta no desenvolvimento de soluções técnicas cimentadas na análise custo/benefício e enquadradas numa ótica de sustentabilidade orçamental.

Neste sentido, da atividade de estudos e projetos desenvolvidos em 2012, destacam-se os decorrentes dos Sistemas de Gestão de Conservação e Plano de Segurança Rodoviária.

A atuação da área de estudos e projetos da EP no que concerne à conservação da rede, pautou-se pelo crescente peso das intervenções ao nível da denominada plataforma da estrada, estruturas de contenção e obras de arte.

Para além deste tipo de projetos, houve lugar à elaboração de especificações técnicas para intervenções no âmbito dos Contratos de Conservação Corrente.

Compete ainda à área de estudos e projetos, no âmbito da sua missão, assegurar o desenvolvimento de soluções técnicas visando a eliminação de pontos negros e reformulação geométrica de intersecções previstas no Plano de Segurança Rodoviária e garantir o acompanhamento dos projetos relativos às subconcessões rodoviárias.

Neste sentido, há que relevar a potenciação de sinergias técnicas e operacionais ao nível da empresa, com a consequente reestruturação e consolidação dos processos transversais a toda a organização, nomeadamente através do repensar de processos, redesenhar procedimentos e alterar abordagens.

A proximidade da empresa ao cliente implica uma resposta célere e continuada, o que obriga ao desenvolvimento do trabalho colaborativo e direto com as estruturas operacionais, que vai desde a deteção das anomalias, passando pelo diagnóstico, pelo estudo de soluções e consequente resolução.

Para que esta atividade seja profícua contribui o *know-how* de engenharia existente na empresa associado à consultoria externa sempre que a dimensão e complexidade dos estudos assim o exija.

Por último, de referir para além do redirecionamento da atividade de projeto para a Manutenção e Operação, conforme se pode observar nos quadros em anexo, há que salientar a não somenos importante atividade desenvolvida com os *stakeholders*, nomeadamente autarquias, universidades, laboratórios nacionais entre outros.

Estudos e Projetos de Construção(*)									
	Concursos lançados			Estudos Adjudicados/Iniciados			Estudos Concluídos		
	Nº eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)	Nº eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)	Nº eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)
2009	11	113,9	1,92	24	154,7	4,12	17	532,8	10,43
2010	3	2,5	0,37	15	88,4	1,9	11	296,3	3,72
2011	5	3,75	0,40	5	6,3	0,34	5	2,8	0,64
2012	1	0,8	0,05	8	2,3	0,11	8	29,8	0,80

(*) Valor total dos eventos independentemente da sua plurianualidade

Estudos e Projetos de Conservação e Manutenção (*)									
	Concursos Lançados			Estudos Adjudicados/Iniciados			Estudos Concluídos		
	Nº eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)	Nº eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)	Nº eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)
2009	51	60,9	3,85	99	321,9	2,6	84	220	1,88
2010	53	249	2,68	102	189,2	3,58	116	100	1,37
2011	26	9,58	0,85	91	97,16	1,38	89	69,3	2,18
2012	26	179,1	1,47	76	90,5	0,98	68	56,6	2,06

(*) Valor total dos eventos independentemente da sua plurianualidade

7.2 CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS

A Empresa prosseguiu em 2012 a implementação, consolidação e evolução das metodologias inerentes ao Modelo de Gestão da Conservação das Estradas, que definiu em 2010, nas seguintes vertentes:

O Modelo da Gestão de Conservação da Estradas de Portugal				
Modelos	Sistemas de Gestão	O Estádio de Desenvolvimento		
		Implementação	Consolidação	Evolução
Gestão de Conservação de Estruturas	Obras de Arte		X	X
	Obras de Contenção	X		
	Obras Hidráulicas	X		
Gestão de Conservação de Vias	Pavimentos	X	X	X
	Equipamentos	X	X	

A consolidação dos Modelos de Gestão de Conservação permitirá que a Empresa assegure, a nível nacional, a racionalidade dos investimentos nas ações de conservação, entendida como a conjugação

da Manutenção/Conservação Corrente, com a Reabilitação/Conservação Periódica, numa lógica de custo/benefício, procurando que as intervenções sejam racionais, eficientes e atempadas.

7.2.1 GESTÃO DE CONSERVAÇÃO DE ESTRUTURAS

Neste âmbito releva-se a manutenção do objetivo estratégico de prosseguir as atividades necessárias ao aprofundamento do conhecimento do património de Obras de Arte da Empresa, como suporte ao modelo de decisão relativamente às intervenções de que esta necessita.

Este fato originou que em 2012 se verificasse a melhoria da qualidade do inventário, que se traduziu no aumento do mesmo em 3,4% face a 2011.

De igual modo, e no âmbito das Inspeções à Rede, o ano de 2012 significou o atingir de objetivos que evidenciaram a consolidação de procedimentos internos, e às metodologias iniciadas em 2006, com a implementação efetiva do SGOA, e que se traduziram no completar do 3º ciclo de Inspeções bianuais de rotina à totalidade das OA sob a gestão da EP e que interferem com as suas vias, tendo em vista a deteção de necessidades de manutenção. Em conformidade com a decisão tomada em 2010 de internalizar todas as Inspeções Principais ao Património de Obras de Arte, registou-se em 2012 o completar do primeiro ciclo de Inspeções Principais quinquenais ao Património da Empresa, tendo em vista a avaliação do respetivo estado de conservação e avaliação necessidades de conservação. Neste âmbito deu-se sequência a uma estratégia mista preventiva/reactiva de decisão relativamente às intervenções de reabilitação a ter lugar sobre o Património da Empresa, com consequências na qualidade da segurança da exploração e minimização dos custos de reabilitação.



7.2.2 GESTÃO DE CONSERVAÇÃO DE VIAS

GESTÃO DE PAVIMENTOS

A consolidação das metodologias associadas à Gestão de Pavimentos, como forma de assegurar a existência na Empresa de uma ferramenta com a fiabilidade necessária para suportar o apoio ao processo de decisão no âmbito da conservação destes ativos, foi um objetivo cuja prossecução foi assegurada em 2012.

Assim sendo, neste ano foi prosseguido o objetivo de manter atualizado o inventário da rede sob gestão direta da EP, bem como o histórico das intervenções nos pavimentos, de que decorreu, uma variação de +0,68% relativamente a 2011, integrando nesta variação, as alterações decorrentes de correções na

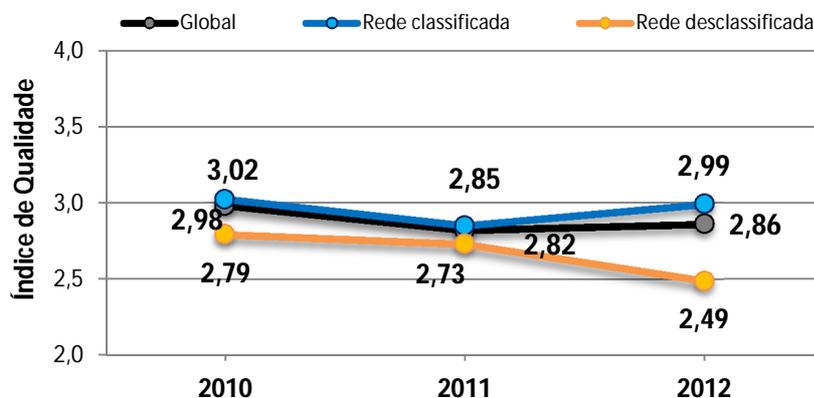
definição de secções e da transferência de troços para as redes municipais. Regista-se como dado fundamental para a presente variação, a integração, logo no início do ano, na rede classificada dos troços da rede de Autoestradas da Grande Lisboa.

Relativamente ao programa de Inspeções, concluiu-se em 2012 o 2º ciclo das Inspeções de Rotina, correspondente a 50% de toda a rede sob gestão direta da empresa, num processo integrado que abrange as OA, assim como os componentes da Rede de Estradas (pavimentos, drenagem, taludes, componentes ambientais, iluminação, etc.), atividade esta fundamental para a deteção de problemas de conservação que podem ser resolvidos com os meios operacionais da Empresa, ou então despoletar a intervenção dos Serviços Técnicos centrais, para a sua análise e proposta de resolução.

No que concerne às Inspeções Principais, o ano de 2012 marcou de forma definitiva o incremento da fiabilidade da recolha de informação relativa à qualidade dos Pavimentos da Empresa, que se traduziu no recurso exclusivo à componente mecânica, o Perfilómetro a Laser, passando esta Inspeção a ser efetuada, pela primeira vez, a toda a rede sob a gestão direta da Empresa.



No gráfico seguinte apresenta-se a evolução do Índice de Qualidade médio dos pavimentos por tipo de rede, cuja avaliação abrange 99% da rede diretamente gerida pela EP, verificando-se em 2012 uma tendência de evolução positiva relativamente a 2011.



GESTÃO DE EQUIPAMENTOS

Este Sistema está vocacionado para intervenções de pura Manutenção, a implementar através dos Contratos de Conservação Corrente Plurianuais, agindo sobre os órgãos de drenagem, taludes, iluminação e outros Equipamentos da Via.

Em 2012 prosseguiu este Inventário, que permite a imediata georreferenciação dos eventos e a sua imediata disponibilização no SIG-Empresarial, sendo que neste mesmo ano prosseguiu-se a sua Inspeção de Rotina, nos termos já referidos para a Gestão de Pavimentos.

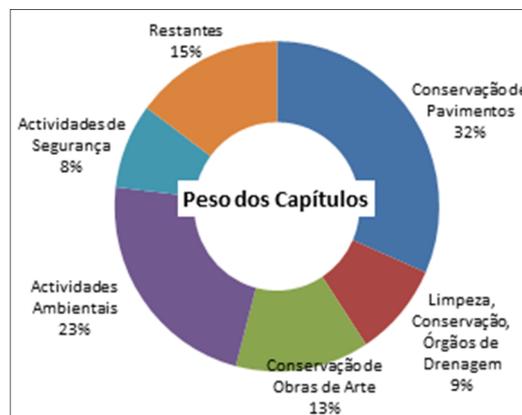
7.3 CONSERVAÇÃO CORRENTE

A Conservação Corrente intervém na estrada e zona adjacente com o objetivo de manter as condições de conforto de circulação e segurança, evitando a degradação das infraestruturas e das condições de serviço.

A Conservação Corrente integra atividades diversas, das quais se destacam a selagem de fendas e a tapagem de covas nos pavimentos, a limpeza da estrada e zona adjacente, a limpeza dos órgãos de drenagem, a ceifa de vegetação e a poda de árvores, entre outras.

Encontram-se em execução empreitadas de Conservação Corrente por Contrato, a nível distrital, abrangendo o período 2010-2013, num total de 18 Contratos.

Os Contratos de Conservação Corrente 2010-2013 tiveram por base a experiência adquirida com a anterior geração de contratos, mas revelou-se necessário e oportuno aprofundar e diversificar as tipologias de intervenção, de forma consistente com o aumento do rigor da utilização dos recursos e com a clarificação de procedimentos internos de responsabilização dos adjudicatários.



Tendo presente que importará prosseguir o processo de evolução e aprimoramento do modelo concebido em 2009, realizou-se em Outubro de 2012 um Seminário, tendo em vista o debate interno do modo como os contratos foram prosseguidos, e a recolha de contributos para o ajustamento da próxima geração de contratos, a lançar no início do próximo ano.

Teve lugar em 2012, constituindo um experiência inovadora para o biénio 2013-2015, o primeiro Contrato de Conservação Corrente e Operação para a rede de Autoestradas do Grande Porto, abrangendo as vias que serão transferidas da AEDL para a EP no final de Fevereiro de 2013, e na qual a empresa espera ensaiar, depois da experiência da Grande Lisboa, um modelo totalmente em outsourcing, para a Conservação e Operação de uma rede de 45 km de Autoestrada, com um valor estimado de 4,9 M€.

7.4 CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

Em 2012 o investimento em obras de construção nova e de obras individualizadas de requalificação da rede rodoviária não teve expressão. Foram adjudicadas 6 obras no valor de 1,7 M€, com uma extensão de cerca de 1,8 km.

Construção e Requalificação de Vias									
	Concursos lançados			Obras Adjudicadas			Obras Concluídas		
	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)
2009	3	20,9	26,0	17	116,1	91,3	18	146,5	139,0
2010	3	6,0	8,5	1	3,0	8,2	15	151,7	156,3
2011	2	1,8	0,7	0	0,0	0	5	20,6	148,1
2012	4	0,0	1,0	6	1,8	1,7	5	0,0	1,1

(*) Valor total dos eventos independentemente da sua plurianualidade

Relativamente às obras de arte, foram adjudicadas 7 obras no valor de 17,4 M€. O número de obras adjudicadas é inferior ao de 2011, no entanto o investimento associado é idêntico, o que se deve à adjudicação da Ponte sobre a foz do rio Dão, no IP3 que representa um investimento de cerca de 11,5 milhões de euros e cuja conclusão está prevista para o 3º trimestre de 2014.

Construção de Obras de Arte									
	Concursos Lançados			Obras Adjudicadas			Obras Concluídas		
	N.º eventos	N.º O.A.	Investimento (M€)	N.º Eventos	N.º O.A.	Investimento (M€)	N.º Eventos	N.º O.A.	Investimento (M€)
2009	12	21	5,6	6	7	1,8	6	10	2,0
2010	10	16	9,4	10	16	11,8	9	10	4,1
2011	15	18	34,0	12	17	7,2	9	16	2,8
2012	2	3	8,7	6	7	17,4	10	15	15,3

(*) Valor total dos eventos independentemente da sua plurianualidade

7.5 EXPROPRIAÇÕES

O investimento em 2012 no pagamento de indemnizações por expropriação, de parcelas cuja gestão do processo expropriativo pertence à EP, ascendeu ao montante global aproximado de 21M€.

(M€)

	2010	2011	2012
Pago EP	19,9	13,2	6,5
N.º Parcelas Expropriadas	999	690	290
Pago Concessionária	19,8	12,5	14,6
N.º Parcelas Expropriadas	429	391	383
Total Pago	39,7	25,7	21,1
N.º Parcelas Expropriadas	1.428	1.081	673

Manteve-se o esforço de resolução de processos expropriativos amigáveis cujas Declarações de Utilidade Pública se encontram publicadas há dois ou mais anos, relativo a parcelas com processos ainda não encerrados. Estes processos pendentes decorrem da impossibilidade de realização das escrituras de expropriação, por os registos dos prédios se não encontrarem atualizados em nome dos legítimos titulares, fato imprescindível para a sua regularização.

Em resultado do trabalho desenvolvido, tem vindo a reduzir-se o número de processos de parcelas amigáveis por concluir, pelo que no final do ano de 2012, este conjunto de processos correspondia apenas a 2,7% (258 parcelas) do total do acervo de processos de parcelas amigáveis pendentes em aberto. Por outro lado, em 82% dos processos por concluir, o seu não encerramento é responsabilidade dos expropriados e demais interessados, resultando essencialmente de problemas de atualização documental, como se referiu. Encontram-se por isso ainda pendentes, 9.593 parcelas amigáveis.

Finalmente, cabe referir que temos vindo a proceder à elaboração de projetos de expropriação por meios internos, realizando-se em seguida a execução dos respetivos processos expropriativos. O número de projetos elaborados pelo gabinete representou já uma percentagem de 47,8% do número total de projetos anualmente aprovado em 2012, que se cifrou em 23 projetos.

7.6 CONCESSÕES DO ESTADO

Nos termos do Modelo de Gestão e Financiamento do Sector Rodoviário Nacional, cabe ao InIR (sucendendo-lhe, nas atribuições, o IMT) a gestão destes 15 contratos, em nome do Concedente.

A rede concessionada do Estado apresenta 2650 km, totalmente em serviço, com exceção de 25 km referentes ao Túnel do Marão.

Relativamente a 9 das 15 concessões do Estado que envolvem 1.114 km de autoestradas, a EP, de acordo com o seu Contrato de Concessão (CC), realiza os pagamentos e arrecada os recebimentos em nome do Estado, como forma de obter direitos sobre os benefícios económicos atuais e futuros destas infraestruturas, que passam a ser da EP, após o termo dos atuais contratos. Nestas 9 concessões foram aplicadas em 2012 deduções aos pagamentos por disponibilidade no valor de 10,0M€.

A tarefa principal da EP em 2012, relativamente às 7 concessões contratadas pelo Estado em regime SCUT, mais tarde convertidas em regime de portagem real, designadamente, Interior Norte, Norte Litoral, Grande Porto, Costa de Prata, Beira Interior, Beiras Litoral e Alta e Algarve, que representam uma extensão de cerca de 913 km, foi assegurar a gestão adequada na cobrança de portagens, salientando-se que em consequência do processo de introdução de portagens nas ex-SCUT e nas subconcessões, a rede de autoestradas portajadas aumenta para cerca 90% da rede total.

A conjuntura económica desfavorável foi a principal condicionante no ano de 2012, com implicações ao nível da diminuição de tráfego, com especial incidência nas vias com portagem.

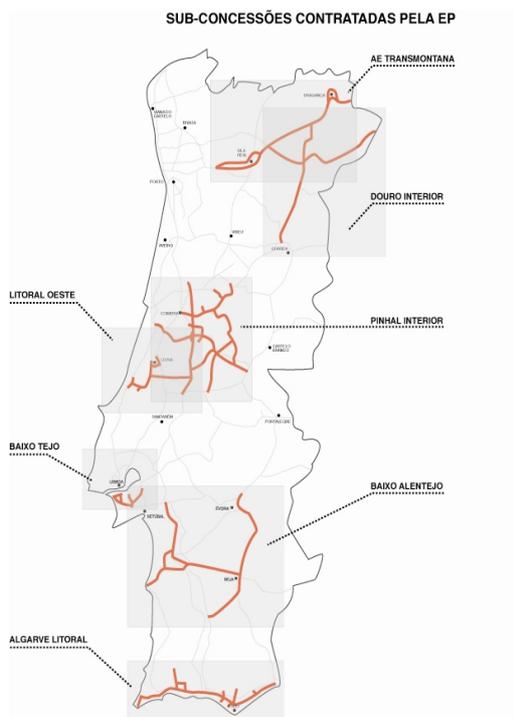
Em 26 de outubro foi publicada a Portaria nº 342/2012 que define o novo regime de redução das taxas de portagem (desconto universal de 15%) a cobrar em lanços e sublanços das concessões ex-SCUT em substituição do regime de discriminação positiva para as populações e empresas locais.

Destaca-se ainda em 2012 a reintegração na Concessão EP, da componente da rede concessionada da Grande Lisboa, destinada apenas a conservação e exploração, por 5 anos, o que provocou uma reorganização interna da empresa para criação das estruturas necessárias à gestão das vias em causa.

O Anexo III – Relatório de Parcerias Público-Privadas contém informação mais detalhada

7.7 SUBCONCESSÕES

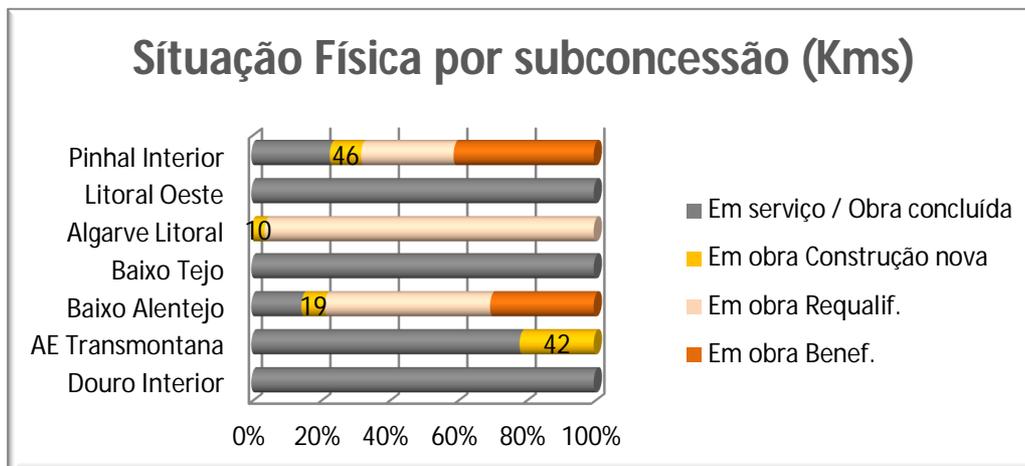
Encontram-se em execução 7 contratos de Subconcessão, totalizando cerca de 1.800km, dos quais mais de 1.500km se encontram em serviço (ainda que decorram em alguns lanços obras de requalificação/beneficiação), o que representa cerca de 90% da rede subconcessionada prevista.



RESUMO DA REDE SUBCONCESSIONADA (km)

Subconcessão	Em serviço / Obra concluída	Em obra			não Construir (MoU)	Total
		Construção nova	Requalif.	Benef.		
Douro Interior Liga os distritos de Vila Real, Bragança e Guarda é constituída pelo conjunto de lanços do IP2, entre Macedo de Cavaleiro e Celorico da Beira, e o IC 5, entre Murça e Miranda do Douro (Duas Igrejas)	242				0	242
AE Transmontana Compreende a autoestrada A4/IP4, entre os distritos de Vila Real e Bragança, mais precisamente entre Parada de Cunhos e Quintanilha Com a conclusão da concessão Túnel do Marão ficará completa a A4 entre Matosinhos e a fronteira espanhola, a qual constitui o itinerário europeu E82	152	42			0	194
Baixo Alentejo lanço da A26 (IP8) entre Grândola Sul e Sta. Margarida do Sado, aos acessos a Sines, designadamente, o IP8/IC33 até Grândola e a ER261-5 até V.N. Sto. André, bem como ao IC1 entre Marateca e Grândola Sul. O IP2 será construído (A6-Mte. Pinheiros) ou requalificado (S. Manços-C. Verde) pela Subconcessionária e transferido para a EP	40	19	132	83	69	342
Baixo Tejo Conclusão do IC32, entre Casas Velhas e Coima, permitiu a ligação entre o IC20, a Via Rápida da Costa de Caparica e o Anel Regional de Coima, no Nó de Penalva, na zona de interligação entre o IC32, o IC21 e a A2	60	Concluída			14	74
Algarve Litoral Requalificação da EN/ER125, que interliga as zonas urbanas do Litoral Algarvio, desde Vila do Bispo a Vila Real de Santo António	0	10	246		26	282
Litoral Oeste IC9 entre a Nazaré e Tomar, permitindo a ligação ao IC3, o IC36 desenvolvido a sul da cidade de Leiria, que constitui uma importante ligação da A8 à A1, o IC2 – Variante da Batalha, a Circular Oriente de Leiria, a Via de Penetração em Leiria e a EN242-Variante da Nazaré.	112	Concluída				112
Pinhal Interior Vasta extensão de estradas e autoestradas na zona centro do país, destacando-se o IC3, com características de autoestrada, entre a A23 e o IP3/IC2 em Coimbra, bem como a EN 342 – Condeixa / Nó de Condeixa (IC 3)	114	46	134	204	22	520
Total	720	116	512	287	131	1.766

Notas: Construção nova inclui alargamentos (duplicação).
 Extensões sujeitas a atualização



Em agosto, setembro e outubro foram celebrados os Memorandos de Entendimento, nos quais a EP e as subconcessionárias acordaram os termos da redução do âmbito das subconcessões Autoestrada Transmontana, Baixo Tejo, Baixo Alentejo, Litoral Oeste, Pinhal Interior e Algarve Litoral.

Tendo presente as análises técnicas efetuadas, estima-se uma poupança global superior a 1.300 M€ (a preços correntes), cuja desagregação se indica no Relatório de Parcerias Público-Privadas, onde se encontra informação mais detalhada sobre este assunto.

8 PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO

ENQUADRAMENTO LEGAL

Entrou em vigor no ano de 2012 nova legislação e orientações do governo relativas à contratação pública, tendo como principal objetivo assegurar o cumprimento de compromissos assumidos pelo Estado Português no memorando de entendimento sobre as condicionalidades de política económica celebrado entre Portugal e a “Troika”.

Salientam-se os seguintes diplomas e despachos:

- i) Lei nº 61/2011 de 7 de dezembro e Lei nº 2/2012 de 6 de janeiro: Sétima e Oitava alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas;
- ii) Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro: Lei dos compromissos;
- iii) Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de julho: Procede à 7.ª alteração do Código dos Contratos Públicos;
- iv) Despacho nº 10346/2012, de 17 de julho, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças e do Senhor Ministro da Economia e Emprego: Delega competência no órgão de gestão da EP, entre outras empresas do setor público, para assunção de compromissos plurianuais;

Este conjunto de novas leis e regras aplicáveis à contratação pública, sempre numa perspetiva de grande exigência e controlo apertado de processos, levou a que o ano de 2012 tenha sido um ano muito complexo no que respeita à contratação pública, e que implicou o desenvolvimento de novos procedimentos internos, de atuação e de controlo, envolvendo além da área de contratação, as áreas financeira e de sistemas de informação da empresa.

POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO DA EP

A política de contratação da EP tem por base os seguintes princípios:

- i) O recurso ao concurso público (nacional ou internacional) como procedimento de contratação preferencial, limitando-se os ajustes diretos para procedimentos de contratação específicos, quer em termos do objeto a contratar, quer em termos do enquadramento em que os mesmos se verificam;
- ii) O recurso, por regra, à contratação eletrónica;
- iii) A existência de normas e procedimentos comuns, aplicáveis a qualquer processo de contratação;

Pretende-se desta forma garantir o rigor e transparência dos procedimentos de contratação, assim como garantir as melhores condições de aquisição.

PRINCIPAIS NÚMEROS

Apresenta-se de seguida os principais números relativos à contratação pública da EP no ano de 2012, tendo como referências os anos de 2010 e 2011.

Procedimentos de Contratação lançados em 2012

Tipo de Procedimento	Concursos Lançados 2010 (Valores Base)		Concursos Lançados 2011 (Valores Base)		Concursos Lançados 2012 (Valores Base)	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
Concursos Públicos	184	347,0 M€	144	105,17 M€	90	51,77 M€
Ajustes Directos (com convite a 1 empresa)	105	9,6 M€	69	4,41 M€	88	6,2 M€
Ajustes Directos (com convite a várias empresas)	58	16,4 M€	19	2,27 M€	19	1,3 M€
Concursos Limitados	-	-	2	0,42 M€	1	0,19 M€
TOTAL	347	373,0 M€	234	112,27 M€	198	59,46 M€

Tipo de Aquisição	Quantidade	Valor
Concursos Públicos		
Empreitada	58	47,21 M€
Aquisição de Bens e Serviços	13	2,75 M€
Projectos	19	1,81 M€
Ajustes Directos (convite a 1 empresa)		
Empreitada	9	1,32 M€
Aquisição de Bens e Serviços	75	4,74 M€
Projectos	4	0,14 M€
Ajustes Directos (com convite a várias empresas)		
Empreitada	5	0,79 M€
Aquisição de Bens e Serviços	10	0,42 M€
Projectos	4	0,09 M€
Concursos Limitados com Prévia Qualificação	1	0,19 M€
TOTAL	198	59,46 M€

Da análise destes quadros salientam-se os seguintes aspetos:

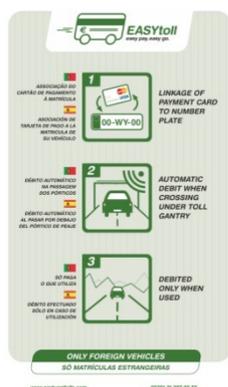
- i) O valor associado aos procedimentos de contratação lançados em 2012 através de concurso público, ou limitados por prévia qualificação, representa 87% do valor da totalidade dos procedimentos promovidos pela empresa. Este valor sobe para 90% considerando também os ajustes diretos com convite a mais do que uma empresa;
- ii) A redução do número de procedimentos de contratação lançados em 2012 comparativamente ao ano anterior (menos 15% do que em 2011 e menos 43% do que em 2010);

iii) Nos procedimentos de contratação de empreitadas, que representam, em valor, 83% do valor total de procedimentos de contratação, a percentagem de concursos públicos é de 96%.

Ainda relativamente aos 198 procedimentos de contratação lançados em 2012 verifica-se que 188 foram desenvolvidos através da plataforma eletrónica de contratação, o que representa 95% dos procedimentos lançados. Em termos de valor esta percentagem sobe para 98,8%.

9 INICIATIVAS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Em 2012, no que se refere a gastos com publicidade e propaganda, tendo presentes as obrigações decorrentes do DL nº 231/2004, de 13 de dezembro, da Resolução de Conselho de Ministros nº 47/2010, de 25 de junho e da Portaria N.º 1297/2010, de 21 de dezembro, verificou-se uma despesa total de 127.758,79€.



Na sequência da introdução de significativas melhorias na cobrança de portagens nas antigas concessões para clientes com veículos de matrícula estrangeira com o objetivo de tornar mais fácil e cómoda a cobrança para o cliente, a EP lançou o Easy Toll que se juntou ao produto já existente - Toll Card.

Para tornar mais eficaz a sua divulgação procedemos a uma campanha de divulgação – que absorveu 75% do orçamento total de 127.000 € da rubrica ‘publicidade institucional’.

Esta campanha, que teve um custo de 92.000€, divulgou de forma ampla toda a informação relevante relacionada com este novo meio de pagamento de portagens incluindo informação gráfica das autoestradas em causa, a localização dos pórticos de cobrança, outros meios alternativos de pagamento, e outros esclarecimentos direcionados desta vez para os veículos de matrícula estrangeira.

Esta campanha baseou-se na distribuição maciça de folhetos informativos dedicado aos condutores de veículos de matrícula estrangeira, em três línguas, distribuído com o apoio dos postos de turismo.

O valor remanescente, cerca de 34.000€ foi utilizado em patrocínios a revistas de especialidade, temas ambientais e inscrições em congressos de temas relevantes para a EP, onde destacamos o XIX Congresso Nacional da Ordem dos Engenheiros, o Projeto Delfim – pintura das sapatas da Ponte 25 de Abril e o 7º encontro ‘Transportes em Revista’.

10 SUSTENTABILIDADE

Assegurar a ligação de pessoas e destinos de forma segura e sustentável.

A par da sustentabilidade económica analisada ao longo deste relatório, a EP desenvolve na parte II **Relatório de Sustentabilidade** o relacionamento com parceiros e as iniciativas desenvolvidas nas matérias que estes indicaram como relevantes, em consulta realizada em 2010: a gestão ambiental (*reporting ambiental*), a segurança rodoviária e o desenvolvimento do capital humano.

Neste capítulo, daremos conta, de forma resumida, de cada uma dessas iniciativas, bem como de ações promovidas pela empresa com vista à introdução de sistemas e métodos inovadores e à melhoria da qualidade dos produtos e serviços que oferece.

10.1 SEGURANÇA RODVIÁRIA

Em 2012, tal como nos últimos anos, o investimento da EP na segurança rodoviária incidiu prioritariamente nas atividades de eliminação de pontos negros, marcação rodoviária, reformulação da sinalização vertical, na implementação de equipamentos dirigidos aos utilizadores mais vulneráveis e colocação de guardas de segurança e dispositivos de proteção para motociclistas (DPM).

Além das intervenções previstas no Plano de Segurança Rodoviária, pretendendo-se a prazo minimizar as medidas reativas e maximizar as medidas preventivas, em 2012 foram realizadas ações de inspeção de segurança à rede da EP tendo como objetivo aferir, de forma sistemática, as condições de segurança e programar as intervenções necessárias.

A EP, no âmbito da segurança rodoviária, manteve contactos regulares com diversas entidades do Ministério da Administração Interna (MAI), relevando a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e entidades relacionadas e, ainda, com as Forças de Segurança.

Relativamente à colaboração com a ANSR refere-se a existência de um protocolo que tem como objeto a partilha de informação e a participação conjunta nas inspeções aos Pontos Negros identificados no ano anterior.

Importa ainda referir que a EP tem interlocutores designados com o Centro de Coordenação Operacional Nacional, responsável pela coordenação institucional de todas as entidades que partilham responsabilidades na proteção civil e na gestão da participação operacional.

PLANO DE SEGURANÇA RODVIÁRIA

Tendo como base os indicadores de sinistralidade rodoviária, os objetivos estabelecidos no contrato de concessão, as deficiências detetadas na rede rodoviária ao nível da segurança quer no âmbito das inspeções realizadas quer as denunciadas pelos clientes e, principalmente, pelas autarquias e outras entidades, a EP prepara anualmente o plano de segurança que, a par das outras intervenções na rede tem como principal objetivo a melhoria da segurança rodoviária.



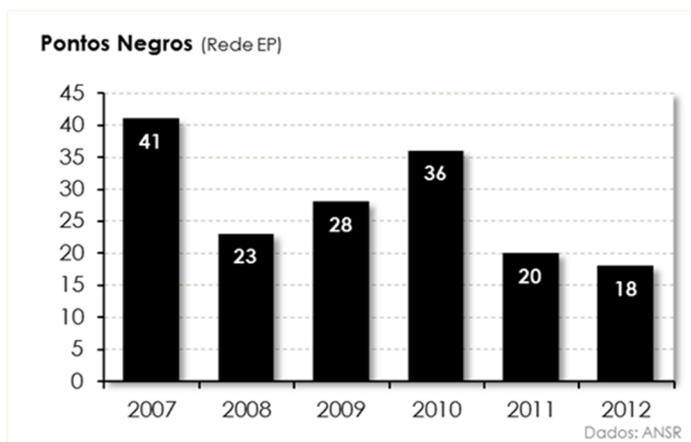
O Plano de Segurança Rodoviária de 2012 contemplou as seguintes principais áreas de intervenção:

	Nº Intervenções lançadas e em curso em 2012	Investimento previsto (M€)
Eliminação de Pontos Negros	7	2,4
Sinalização Vertical	“Renovação e Adequação de Equipamentos” a nível Nacional	6
Marcação Rodoviária	“Marcação Rodoviária” em 3.000 km”	5,4
Reformulação Geométrica de interseções	7	1,3
Modernização e manutenção dos Equipamentos Semafóricos	“Uniformização, Reparação e Manutenção de Equipamentos semafóricos”	1,2
Guardas de segurança e dispositivos de proteção para motociclistas	“Colocação de sistemas de Retenção Rodoviários”	1.6

INSPEÇÕES DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA

a) Pontos Negros registados pela ANSR em 2012

Tem sido feito um enorme esforço por parte a EP para reduzir o número de pontos negros existentes nas estradas sob a sua responsabilidade, verificando-se em 2011 um resultado muito positivo com um decréscimo superior a 40% relativamente a 2010 e de 10% de 2011 para 2012.



Pontos negros inspecionados

C.O.	Distrito	Código Via	Nº PN	Nº Acid c/ Vítimas	VM	FG	FL	IG
NORTE	BRAGA	EN13	3	15	0	0	24	72
		EN206	2	13	0	1	21	73
GRANDE PORTO	AVEIRO	EN1	1	5	0	0	7	21
		EN13	1	6	0	0	8	24
	PORTO	EN15	2	10	1	0	14	142
		EN106	1	5	0	0	7	21
		EN209	1	5	0	1	4	22
CENTRO NORTE	UISEU	EN234	1	5	0	1	9	37
CENTRO SUL	SANTARÉM	EN3	2	12	1	1	12	146
		EN6	1	5	0	1	5	25
GRANDE LISBOA	LISBOA	IP7	1	5	0	0	7	21
		SETÚBAL	IC20	1	5	0	1	10
SUL	FARO	EN2	1	6	0	1	8	34
	FARO	EN125	2	11	0	0	26	78
TOTAL			20	108	2	7	162	756

b) Zonas de Acumulação de Acidentes

Foram inspecionados 42 locais, com base nos seguintes critérios:

- Existência de 3 ou mais atropelamentos numa extensão de 200m do período jan.2009 out.2011;
- Existência de 3 ou mais colisões frontais numa extensão de 300m do período jan.2009 out.2011;

- Existência de 8 ou mais acidentes com vítimas numa extensão de 300m do período jan.2009 out.2011;
- Outros locais resultantes de solicitações externas.

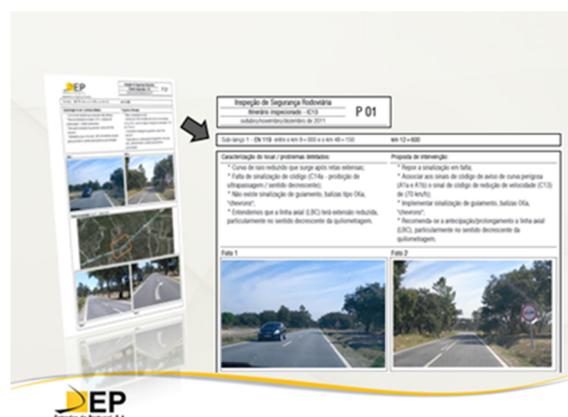
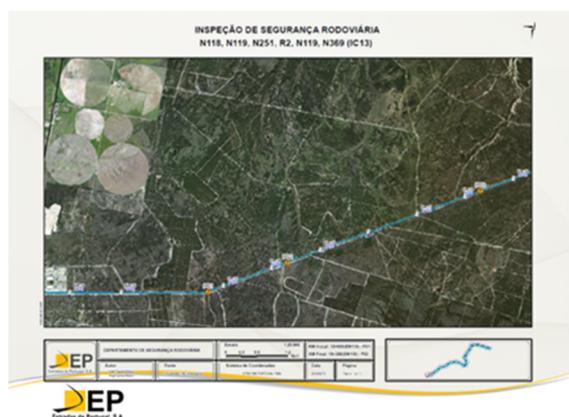
Algumas das medidas de intervenção foram imediatamente realizadas através dos contratos de conservação corrente e outras serão integradas nas empreitadas já programadas.

c) Inspeções à rede

Em 2012 o plano de inspeções, dando continuidade aos planos anteriores, incidiu fundamentalmente nas estradas que suportam os itinerários complementares ainda não construídos, o IC4 entre Sines e Lagos (A22) e o IC27 entre Albernoa e Alcoutim, e em outras estradas onde foram denunciados problemas específicos de segurança rodoviária, numa extensão total de cerca de **240 km**:

- IC4 entre Sines e Lagos – 117 km;
- IC27 entre Albernoa e Alcoutim – 65 km;
- ER 253 entre Alcácer do Sal – Comporta – 27 km;
- EN 13 entre Póvoa do Varzim e Fão – 17 km;
- EN 354 entre Idanha e o Ladoeiro – 10 km.

De referir que estas ações de natureza inspetiva estão enquadradas pelo Decreto-Lei nº 138/2010 que transpõe a diretiva 2008/96/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à gestão da segurança em infraestruturas rodoviárias.



Informação sobre indicadores de sinistralidade e outras iniciativas encontram-se no Anexo II – Relatório de Sustentabilidade, Capítulo 3.

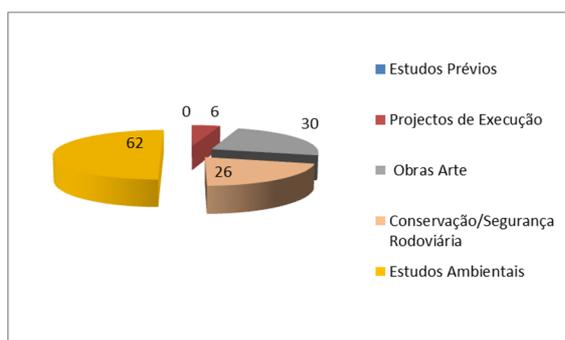
10.2 AMBIENTE

A atuação da EP S.A. tem vindo a assegurar a conformidade das suas práticas com as obrigações sociais e ambientais, estando identificados um conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de gestão que permitem manter os níveis de desempenho, mas, particularmente, incrementá-los, implementando uma política ativa de inovação.

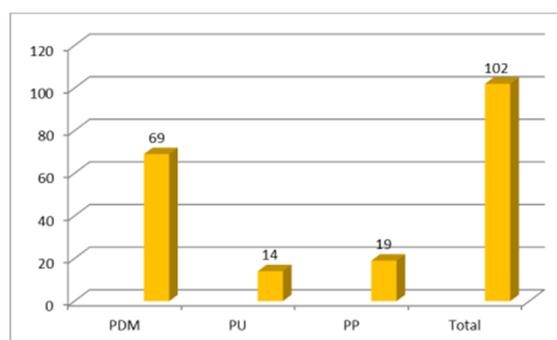
As práticas instituídas na empresa, visando cumprir com o quadro legal, nacional e comunitário, integrando a vertente ambiental em todas as fases do ciclo de vida das infraestruturas rodoviárias, demonstram, inequivocamente, o compromisso a favor do desenvolvimento sustentável.

Reflexo destas práticas é a constatação que em 2012 todos os projetos desenvolvidos pela empresa integraram a componente ambiental tendo esta empresa participado, no âmbito da revisão dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em várias tipologias de planos.

Atividade de Estudos e projetos em 2012

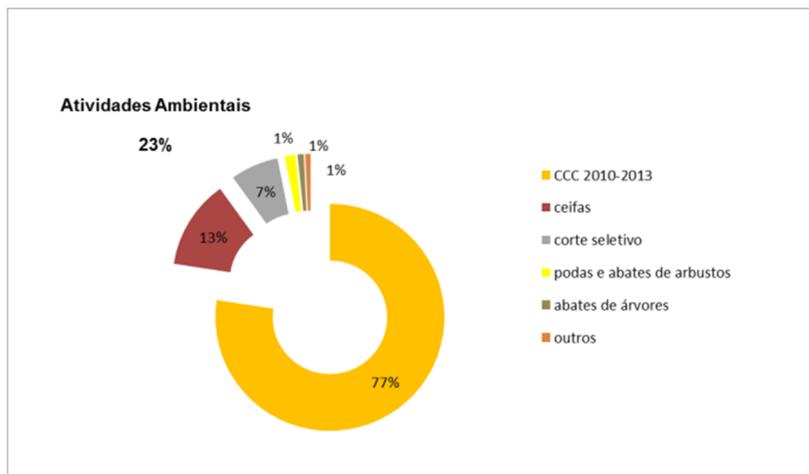


Participação da Empresa em IGT em 2012



Perseguido o desafio da sustentabilidade, com o propósito de criação de valor para todas as partes interessadas, numa estratégia focalizada nas dimensões social e ambiental, sem negligenciar a dimensão económica, e num quadro de maturidade da rede rodoviária identificou-se como prioritária a gestão ambiental na operação e manutenção da rede.

Neste quadro no âmbito dos Contratos de Conservação Plurianual 2010-2013, em 2012 foi dado seguimento à prossecução das diferentes atividades ambientais, tendo em vista a preservação do enquadramento paisagístico das vias, cuja execução representa cerca de 23% do total do investimento em conservação.



No âmbito da exploração das vias manteve-se o plano de monitorização para as águas, emissões gasosas, ruído e fauna que permite dar cumprimento aos Objetivos de Sustentabilidade Ambiental constantes do Contrato de Concessão da EP, bem como habilitar a Empresa a responder a eventuais reclamações e implementar medidas corretivas quando tal é necessário.

Os resultados de toda esta atividade ambiental têm vindo a ser introduzidos no SIG Empresarial de modo a possibilitarem uma disponibilização dos dados em contínuo sempre numa perspetiva de melhoria do serviço prestado.

Informação sobre impactes e consumos encontra-se detalhada no Anexo II - Relatório de Sustentabilidade- Capítulo 4.

10.3 QUALIDADE DOS SERVIÇOS

A qualidade dos produtos e serviços disponibilizados pela EP é uma constante nas operações desenvolvidas pela empresa.

A par da avaliação contínua dos níveis de conservação da rede de infraestruturas a cargo da empresa durante todo o Ciclo de Vida da Estrada (ver capítulo 5.3 do Anexo II), que serve de base à definição da estratégia de intervenção em vias e obras de arte, a EP procura incessantemente novos meios de realizar estas intervenções de forma mais eficaz, com maior durabilidade e segurança e minimizando a interferência das intervenções na vida quotidiana do cliente.

Investe-se na qualidade da recolha de informação por forma a possibilitar a correta tomada de decisão e a escolha das melhores soluções.

Estes objetivos de qualidade de serviço pressupõem uma constante busca de novos métodos e serviços inovadores, que se aplicam quer nas infraestruturas quer nos sistemas de controlo interno e de apoio ao cliente e restantes parceiros, na perspetiva de criação de valor.

O ano 2012 foi fortemente marcado pela implementação de sistemas e serviços que possibilitam uma maior proximidade com o cliente, de forma cómoda e acessível.

De entre estes destacam-se:

SOLUÇÕES DE COBRANÇA DE PORTAGENS

- O sistema EASYToll é uma nova solução de pagamento automático de portagens eletrónicas, destinado a turistas e emigrantes, com a associação de um cartão bancário (Mastercard e Visa) à matrícula da viatura.
- Soluções de pagamento de portagens com base em pré-pagos para veículos de matrícula estrangeira.

PLATAFORMA DE SISTEMA DE EMERGÊNCIA RODOVIÁRIA

O Centro de Controlo de Tráfego da EP está cada vez mais próximo do cliente, fazendo o atendimento a cerca de 170 postos SOS, distribuídos pela Grande Lisboa, A22, A23, A24 e A21, sendo que 28 estão inseridos no Túnel de Benfica e Venda Nova. Adicionalmente, a presença diária da PSP e da GNR no CCT, são fundamentais na prestação do socorro, bem como a estreita ligação que temos com o CODU/INEM, permitindo assim que a assistência a sinistrados seja mais célere.

DISPONIBILIZAÇÃO AUTOMÁTICA DE CONTEÚDOS DE TRÂNSITO WEB2.0

Através da plataforma de serviços de informação de trânsito nacional (Boletins de trânsito vídeo, escrito, voz) em vários canais Portal Estradas.pt, soluções móveis, rádios, parceiros, entre outros.

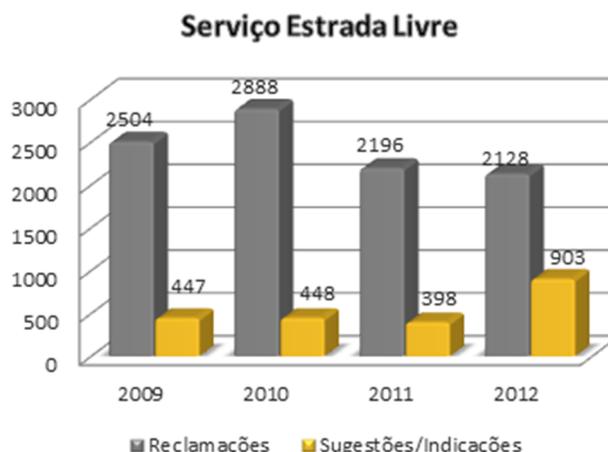
SITE WWW.PORTUGALTOLLS.COM

No sentido de melhorar os processos de comunicação, a EP disponibilizou o novo Portal de Conteúdos dedicado exclusivamente a informações sobre Portagens, sendo nesta 1ª fase dedicado exclusivamente aos produtos para veículos de matrícula estrangeira. (www.portugaltolls.com)

SERVIÇO ESTRADA LIVRE

O sistema de reclamações da EP é suportado pela plataforma interface (Internet) com o cliente “Estrada Livre” para onde são ainda direcionadas todas as reclamações apresentadas nos Centros de Atendimento ao Cliente existentes nas delegações regionais. O interface internet tem vindo a ser melhorado desde 2010, com vista a aumentar a facilidade de utilização.

A tendência do nível de reclamações tem vindo a decrescer desde 2010, verificando-se um aumento significativo das sugestões/informações, com origem essencialmente no processo de introdução de portagens.



Informação mais detalhada encontra-se no Anexo II – Relatório de Sustentabilidade, Capítulo 5.

10.4 RECURSOS HUMANOS

O ano de 2012 foi marcado ao nível da gestão de recursos humanos pela política restritiva comum ao setor empresarial do Estado, na continuidade das medidas de redução de custos adotadas na pendência do Programa de Assistência Económica e Financeira.

A empresa garantiu o integral cumprimento das medidas legislativas com impacto na gestão das pessoas, de que se destaca a Lei do Orçamento do Estado de 2012, da qual resultou a diminuição dos rendimentos do trabalho, tanto por via da redução remuneratória, como da suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal, e ainda de outras alterações legais com semelhante pendor, como a tributação do subsídio de refeição e a depreciação do valor do trabalho suplementar.

A par desta execução, a empresa prosseguiu o esforço de racionalização de custos e de otimização de meios, o que se traduziu nos seus resultados financeiros que revelam uma diminuição de custos com pessoal da ordem dos 6,8%, diminuição essa apenas anulada pelo registo em 2012 do acréscimo de gastos para o pagamento de subsídios de férias em 2013, num ano em que a EP registou um ligeiro aumento de 0,7% do efetivo – verificando-se a necessidade de reforço da contratação a termo para corresponder a necessidades transitórias de fiscalização e de operação na rede rodoviária.

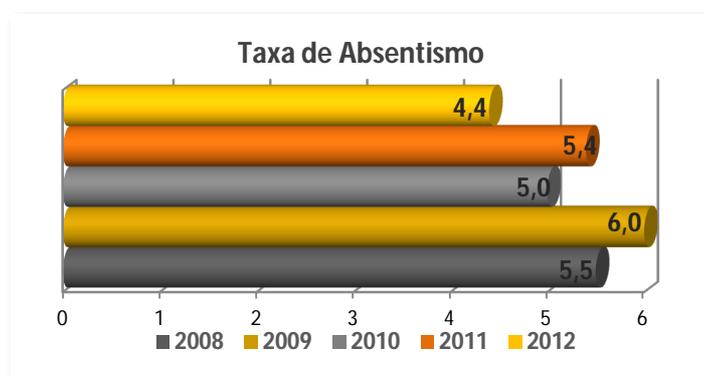
Apesar do crescimento da contratação a termo necessário em 2012, a vigência do PSRQ - ao abrigo do qual se efetivou a saída de 58 colaboradores - permitiu que o efetivo subisse apenas 0,7%, passando de

1162 no final de 2011, para 1170 colaboradores no termo de 2012 (não considerando neste universo os membros dos órgãos sociais da empresa).

Dispondo a EP de um quadro em extinção integrado por funcionários provenientes do quadro da ex-JAE, o ano de 2012 marca a inversão da preponderância deste conjunto de colaboradores em regime de contrato de trabalho em funções públicas no total de colaboradores da EP, representando no final de 2012, 48% do efetivo, valor que em 2007 se situava nos 66%.

Total de efetivos a 31 de dezembro	
Pessoas ao Serviço	1.170
Contrato Permanente	1.063
Contrato a termo certo	77
Contrato a termo incerto	30

Em 2012 regista-se uma significativa diminuição da taxa de absentismo face a 2011, o que se justifica, fundamentalmente, pela redução das licenças de parentalidade e por se terem verificado menos ausências motivadas por acidente de trabalho e por doença – situação em que pesa a saída da empresa ao abrigo do PSRQ de colaboradores que se encontravam em situação de baixa prolongada.



Não obstante a adversidade da envolvente externa da empresa que impacta na gestão dos recursos humanos, continua a registar-se uma progressão nos Índices de Satisfação Geral medidos na empresa desde 2008.



Informação mais detalhada sobre Recursos Humanos consta do relatório de Sustentabilidade no Capítulo 2.7.

10.5 INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

No âmbito da inovação e do desenvolvimento a empresa estabelece parcerias com universidades e outras entidades da comunidade científica para o desenvolvimento de projetos de investigação em várias áreas da sua atividade.

Internamente, desenvolvem-se também vários projetos críticos e transversais à organização, orientados para os sistemas de controlo interno, destacando-se em 2012:

CRIAÇÃO DE PLATAFORMA SICOP – SISTEMA DE COBRANÇA DE PORTAGENS

Sistema de cobrança de portagens, que suporta todos os processos de negócio definidos de acordo com o enquadramento legal aplicável ao sector das infraestruturas rodoviárias existentes, garantindo a flexibilidade necessária para a evolução dos mesmos.

PLANEAMENTO GLOBAL INTEGRADO

Atendendo à crescente necessidade de tratamento de informação relativa às atividades da empresa, encontra-se em implementação o projeto designado PGI – Planeamento Global Integrado, que constitui uma plataforma estratégica de controlo de gestão, e que permitirá uma visão integrada (física e financeira) das diferentes atividades de investimento da empresa, com a qual se pretende que a organização adote uma metodologia de gestão de projetos, por forma a permitir uma melhor previsibilidade na gestão e um maior rigor orçamental, indo ao encontro de uma visão organizacional única e substituindo as ferramentas hoje em utilização, que apesar de responderem à generalidade das

solicitações, o fazem com um elevado dispêndio de recursos, associada a uma probabilidade de erro superior à desejável.

CONSOLIDAÇÃO DE PLATAFORMA DE GESTÃO DE TRÁFEGO

Na aplicação Drive disponível para os operadores do Centro de Controlo de Tráfego da EP foi realizada toda a integração das operações da Grande Lisboa, vias estratégicas que ocupam cerca de 25% do tráfego nacional. Esta aplicação é também utilizada na gestão de incidentes e gestão alarmística de equipamentos.

PLATAFORMA SIG EMPRESARIAL

No sentido de maximizar a integração e a interoperabilidade dos diversos sistemas que alimentam o universo da informação relacionada com o Processo Global de Gestão da Rede Rodoviária Nacional sob jurisdição da EP, a empresa tem vindo a desenvolver um esforço muito significativo na implementação de um Sistema de Informação Geográfica Empresarial (SIGe), o qual constitui uma solução de elevada robustez técnica, dirigida à potenciação quer da flexibilidade e da capacidade de resposta à introdução de novas exigências, quer ao incremento dos graus de rigor e robustez de toda a informação envolvida, no sentido da garantia simultânea da racionalização dos custos de operação e do controlo muito apertado dos riscos de enviesamento dos dados aos níveis da recolha e do tratamento.

Considerando que o objeto de gestão da EP se distribui, numa escala nacional, no tempo e no espaço considera-se, concetualmente, que a única plataforma possível de interligação de sistemas e de comunicação de dados de monitorização e apoio à gestão só poderá ser constituída por uma base de dados geográfica única partilhada, em tempo real, por todos os serviços da empresa, possuindo um sistema hierarquizado de permissões de edição, consulta e tratamento de dados diferenciado. Nesse sentido, a plataforma SIG Empresarial já é utilizada diariamente por mais de 40% dos colaboradores da EP, traduzindo-se este enorme crescimento de utilizadores numa maior partilha e colaboração de informação em toda a organização.

No sistema aqui descrito foi desenvolvido e implementado um Modelo Geográfico da Rede Rodoviária Nacional constituído pelos vetores georreferenciados relativos aos eixos rodoviários das faixas de rodagem da globalidade das suas vias, lanços e rampas de acesso, por forma a permitir que todas as ações de gestão da EP sejam facilmente representadas em ambos os formatos (alfanumérico e geográfico), o que vem permitir partilha, consulta e divulgação de toda a informação atempada e relevante para o quadro de *stakeholders* da organização.

CONTADORES DE TRÁFEGO

A principal finalidade das estações de contagem e classificação de veículos, é fornecer dados referentes ao tráfego de um determinado local, de acordo com o Contrato de Concessão da EP, bem como para a implementação do modelo de planeamento da rede.

No âmbito da inovação e desenvolvimento dos processos operacionais, a empresa aposta na difusão do conhecimento adquirido. Nesta área, realiza ações de formação com formadores internos e investe no arquivo e organização da informação, onde as tecnologias de informação têm um papel crucial como meio de acesso e divulgação, procurando fazer chegar a cada posto de trabalho o conhecimento necessário ao desempenho das funções e a informação relevante para potenciar a contínua criatividade e inovação de processos.

Informação mais detalhada encontra-se Relatório de Sustentabilidade.

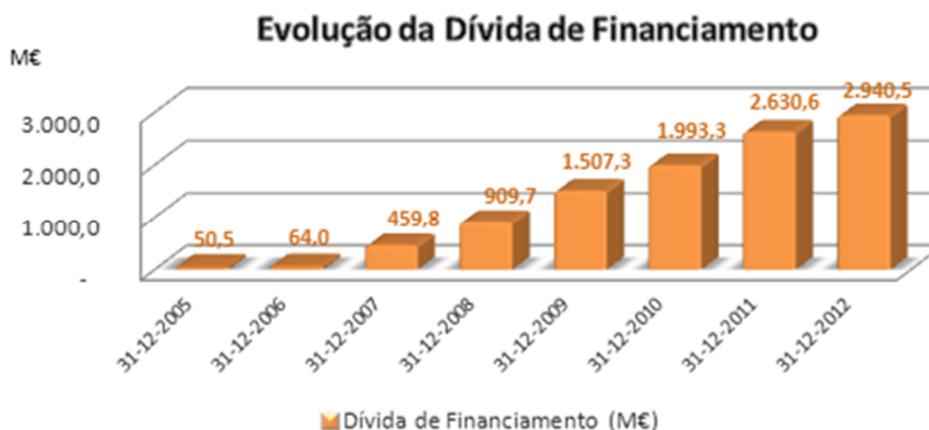
11 POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO

11.1 RISCO FINANCEIRO

A atividade da EP está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, risco de liquidez e riscos de fluxos de caixa associados à taxa de juro, entre outros.

A gestão do risco financeiro é controlada pelo departamento financeiro de acordo com as diretrizes recebidas da Tutela e as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

A EP iniciou o seu endividamento bancário, junto da banca comercial, em meados de 2005, tendo o seu financiamento evoluído da seguinte forma:



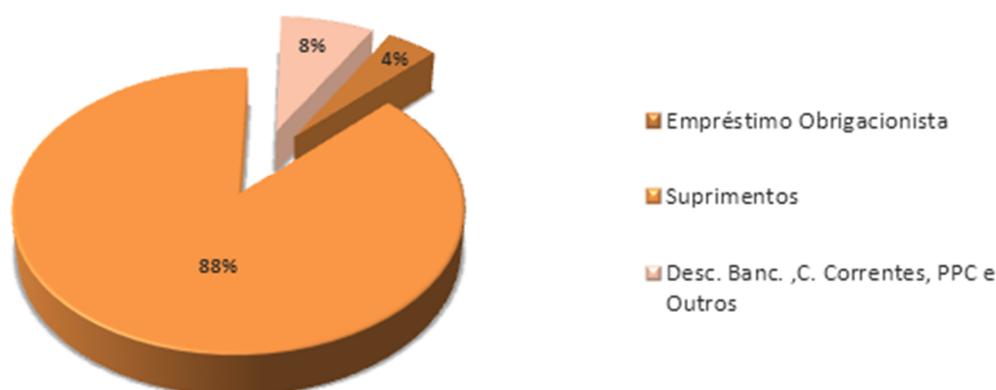
A EP não tem ativos ou passivos em moedas que não o Euro, pelo que não tem riscos de câmbio associados à sua atividade.

11.1.1 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas e procurar adequar a maturidade dos passivos aos ativos da empresa.

Durante o período compreendido entre 2005 e 2007, a dívida bancária da EP era constituída por linhas de crédito de curto prazo, nomeadamente por descobertos bancários e contas correntes. A partir de 2008, converteram-se algumas destas linhas em Programas de Papel Comercial e negociaram-se novas linhas de crédito. Desde final de 2011, a EP passou a receber suprimentos a médio longo prazo do acionista, apresentando a dívida da empresa passou a ter, no final de 2012, a seguinte decomposição:

Dívida por Natureza



No final de 2009, a EP integrou, na sua dívida, a componente de médio/longo prazo, através da contratação junto do Banco Europeu de Investimento de um financiamento a 20 anos. Em meados de julho de 2010, a EP reforçou esta componente, ao emitir um empréstimo obrigacionista de 125M€, também pelo período de 20 anos, diversificando tanto as entidades financiadoras como os instrumentos de financiamento. Durante o ano de 2011, a empresa celebrou um contrato de suprimentos de médio longo prazo junto do acionista no valor de 1.705M€. Durante o ano de 2012, a EP contratou quatro contratos de suprimentos de médio longo prazo junto do acionista no valor de 880,6M€.

Em 31 de dezembro de 2012, a dívida da empresa na componente de empréstimos não correntes passou a ter um peso muito significativo face ao ano anterior. Assim, a repartição da dívida da empresa, por maturidade, é a seguinte:

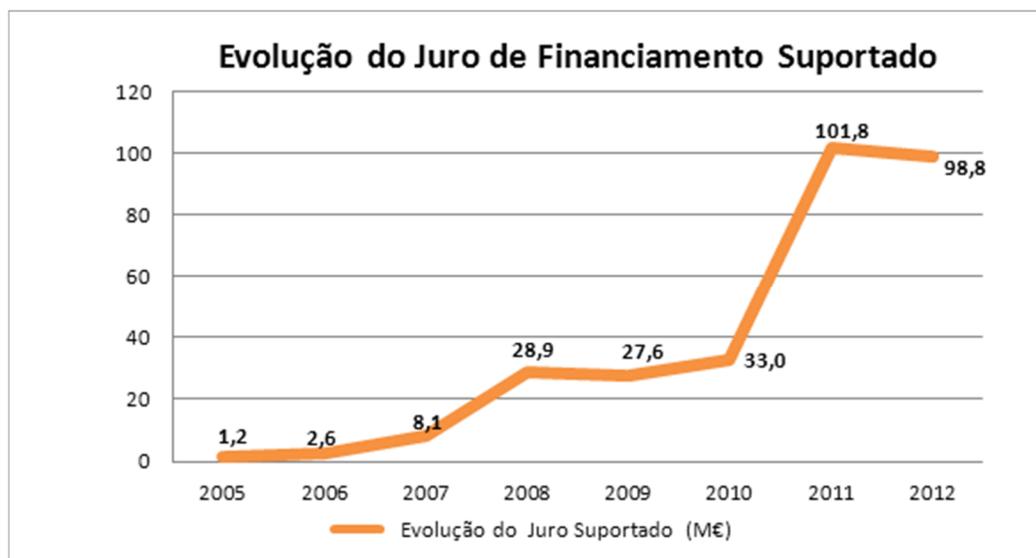
	Corrente		Não corrente		Total
	Até um ano	Entre 2 e 5 anos	Superior a 5 anos		
Empréstimos	29.293	40.132	285.527		354.952
Suprimentos	426.250	2.159.350	0		2.585.600
	455.543	2.199.482	285.527		2.940.552

Durante o ano de 2012, o endividamento aumentou 310M€, resultante dos pagamentos referentes a concessões do Estado.

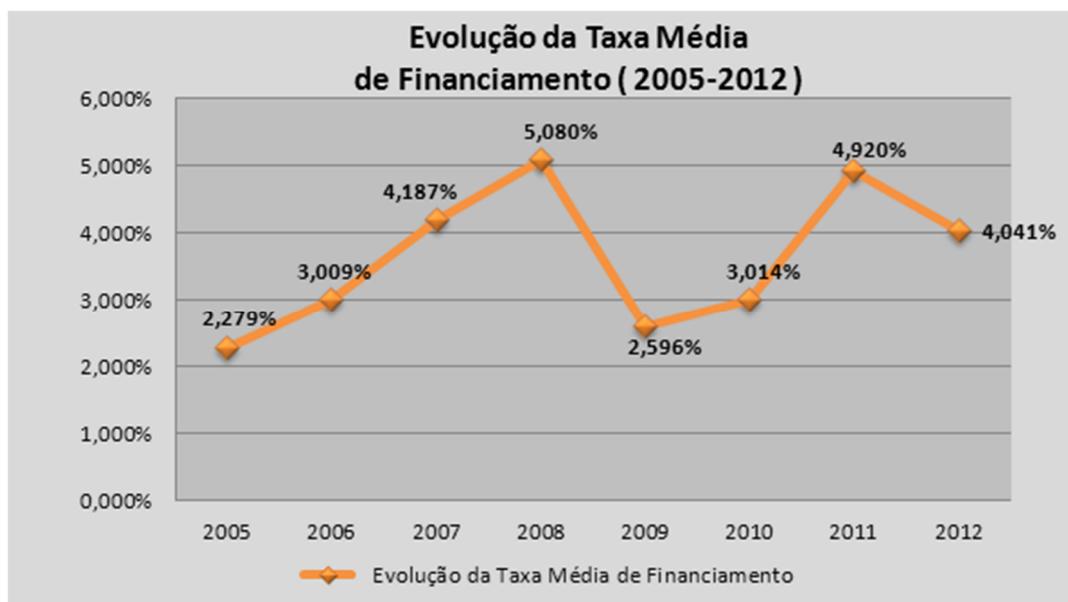
11.1.2 Risco de taxa de juro

Juros suportados e instrumentos de cobertura de risco

No gráfico seguinte indicam-se os montantes de juros de financiamento pagos entre os anos de 2005 e de 2012:



A redução do valor de juros pagos durante o ano de 2012 está relacionada com o menor custo dos suprimentos face aos financiamentos comerciais vencidos, apesar do aumento do endividamento provocada pela fase de investimento em que se encontra a EP.



Durante o ano de 2010, a EP contratou um instrumento financeiro derivado, SWAP taxa de juro com maturidade de 15 de julho de 2030 e que tem como montante subjacente 125M€, que se destinou a

minimizar o risco de exposição a variação de taxa de juro. Este SWAP encontra-se mensurado pelo seu justo valor.

	Taxa Variável	Taxa Fixa	Total
Empréstimos	29.293	325.659	354.952
Suprimentos	0	2.585.600	2.585.600
	29.293	2.911.259	2.940.552

Dada a natureza dos ativos a financiar e à modalidade de financiamento que tem estado disponível à EP, a quase totalidade dos seus financiamentos apresenta a 31 de dezembro de 2012 taxas de remuneração fixas, pelo que a exposição da EP ao risco de taxa de juro é atualmente muito limitado.

11.1.3 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar as suas obrigações contratuais. As receitas da EP resultam principalmente da Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) que é cobrada e entregue à EP pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e das portagens que apresentam uma base de cliente diversificada e composta por operações de reduzido valor pelo que a EP não tem riscos de crédito significativos.

Durante o ano de 2012, a EP cumpriu o previsto no artigo 17º da Lei nº12-A/2010, de 30 de junho, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, segundo o qual "... as entidades que integram o Sector Empresarial do Estado, ..., devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, I.P. ..." pelo que considera que os seus depósitos não têm um risco de crédito associado significativo.

11.2 GESTÃO DO CAPITAL

O objetivo da EP em relação à gestão de capital é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da posição financeira. Nesta fase de investimento do contrato de concessão da EP, em que anualmente se tem registado um aumento do endividamento, este tem sido e deverá continuar a ser acompanhado com periódicos aumentos de capital.

12 EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de dezembro de 2012 existiram, até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, os seguintes eventos subsequentes:

- i) Em janeiro de 2013 foram consideradas improcedentes as impugnações judiciais apresentadas pela EP referentes ao processo com a AT em sede de IVA, tendo a EP, não concordando com a decisão, apresentado recurso das mesmas em março de 2013, conforme descrito na nota 12.
- ii) A decisão do Tribunal Constitucional sobre as normas do Orçamento de Estado para 2013 resultam na obrigação da EP do pagamento aos seus colaboradores dos subsídios de férias por inteiro, tendo a mesma obrigação sido registada nestas demonstrações financeiras conforme descrito na nota 22.
- iii) A Subconcessionária do Pinhal Interior e a Subconcessionária do Douro Interior apresentaram um pedido de REF, estando os mesmos em análise pela EP.
- iv) A Comissão de Negociações nomeada e constituída pelo despacho n.º 16198-F/2012, do coordenador da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos celebrou durante o mês de maio uma série de pré-acordos com vista à redução dos encargos financeiros no âmbito das seguintes Concessões e Subconcessões:
 - a) No dia 9 de maio, com a Concessionária do Interior Norte;
 - b) No dia 10 de maio:
 - i) Com o Grupo Ascendi, SGPS, S.A, integrando as Concessões da Costa da Prata, Grande Porto, Beiras Litoral e Alta, Norte e Grande Lisboa.
 - ii) Com a Concessionária da Beira Interior.

Estes pré-acordos foram imediatamente comunicados à EP. A Comissão de negociação terá de submeter os referidos pré-acordos ao procedimento de aprovação previsto no Decreto-Lei nº 111/2012, de 23 de maio.

13 APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para o Resultado Líquido apurado no exercício no valor de 36.687.762,21€, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

Resultado líquido do período	36.687.762,21
Reserva Legal	1.834.388,11
Reserva Geral	3.668.776,22
Reserva para investimentos	31.184.597,88

Foi constituída a Reserva Legal nos termos da lei, bem como a Reserva Geral e a Reserva para Investimentos, de acordo com o Artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 374/2007 de 7 de novembro.

14 AGRADECIMENTOS

Cumpre-nos apresentar os nossos agradecimentos a todos quantos se empenharam no processo que conduziu em 2012 ao reforço da situação de sustentabilidade desta instituição, que, continuando fiel à história, se adaptou às novas exigências empresariais que resultaram, em especial, das alterações legislativas dos últimos anos. Assim evidenciamos:

- Os Senhores Ministros e Secretários de Estado dos Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego, pelo apoio dispensado, sem o qual, todas as medidas estruturantes realizadas na empresa não seriam possíveis;
- As demais Entidades Institucionais e de Regulação, pela disponibilidade manifestada à EP, sempre que lhes foi pedido;
- Os fornecedores pela colaboração prestada, que resultou numa melhoria substancial de todo o relacionamento;
- Os clientes que são a nossa razão de existência;
- Todos os operadores e participantes na atividade rodoviária, pelas excelentes relações e entajuda dispensada.

E, finalmente,

- Uma especial palavra aos trabalhadores da empresa que, apesar do reforço das medidas de austeridade aplicadas, continuaram a corresponder positivamente aos desafios que lhes foram colocados, com o seu profissionalismo e empenho.
- Aos membros do Conselho de Administração que durante este exercício cessaram funções, pelo profissionalismo demonstrado. Este exercício também a eles se deve.

Almada, 29 de maio de 2013

O Conselho de Administração,

António Manuel Palma Ramalho, Presidente

José Serrano Gordo, Vice-Presidente

Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira, Vogal

João Albino Correia Grade, Vogal

15 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

milhares de euros (m€)

	Nota	31 de Dezembro 2012	31 de Dezembro 2011
ativo			
Não corrente			
ativos fixos tangíveis	8	26.308	27.032
Propriedades de investimento		131	137
ativos intangíveis	9	18.153.110	16.926.639
ativos por impostos diferidos	10	77.009	52.876
		18.256.558	17.006.684
Corrente			
Clientes	11	24.523	22.586
Adiantamentos a fornecedores	24	16.151	1.650
Estado e outros entes públicos	12	592.443	479.479
Outras contas a receber	11	83.086	84.167
Diferimentos	13	504	1.004
ativos não correntes detidos para venda		3	3
Caixa e equivalentes de caixa	14	36.122	397
		752.832	589.285
Total do ativo		19.009.390	17.595.968
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	15	464.000	330.000
Reservas legais	16	63.454	56.265
Outras reservas	16	243.566	186.497
Resultados transitados		141.476	61.961
		912.495	634.723
Resultado líquido do período		36.688	143.772
Total do capital próprio		949.183	778.495
Passivo			
Não corrente			
Provisões	18	824.370	830.046
Financiamentos obtidos	20	325.659	325.659
Suprimentos	21	2.159.350	1.705.000
Passivos por impostos diferidos	10	7.599	11.555
Outras contas a pagar	22	3.375.616	2.463.655
Outros passivos não correntes	23	14.195	11.892
Diferimentos	13	10.697.781	10.721.138
		17.404.570	16.068.945
Corrente			
Fornecedores	24	11.991	14.438
Adiantamentos de clientes		4.014	662
Passivos para imposto corrente	12	3.929	16.960
Estado e outros entes públicos	12	1.827	1.381
Financiamentos obtidos	20	52.446	605.131
Suprimentos	21	426.250	-
Outras contas a pagar	22	144.852	100.505
Diferimentos	13	10.329	9.452
		655.638	748.528
Total do passivo		18.060.207	16.817.473
Total do capital próprio e do passivo		19.009.390	17.595.968

As notas das páginas 73 a 135 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

milhares de euros (m€)

	Nota	31 de Dezembro 2012	31 de Dezembro 2011
Vendas e serviços prestados	25	1.673.070	2.045.736
Subsídios à exploração		5	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26	(902.097)	(1.264.941)
Fornecimentos e serviços externos	27	(187.816)	(177.804)
Conservação, Reparação e Segurança	27	(134.514)	(136.969)
Outros FSE correntes	27	(53.302)	(40.835)
Gastos com o pessoal	28	(33.498)	(33.543)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	11	(3.256)	-
Provisões (aumentos/ reduções)	18	(26.393)	(25.316)
Outros rendimentos e ganhos	29	61.742	52.727
Outros gastos e perdas	30	(4.404)	(4.107)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		577.353	592.752
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	8, 9	(211.755)	(160.002)
		(211.755)	(160.002)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		365.599	432.750
Juros e rendimentos similares obtidos	31	272	138
Juros e gastos similares suportados	31	(311.437)	(229.928)
Resultados antes de impostos		54.434	202.960
Imposto sobre o rendimento do período	32	(17.746)	(59.188)
Resultado líquido do exercício		36.688	143.772
Outros rendimentos do período		-	-
Resultado integral		36.688	143.772

As notas das páginas 73 a 135 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

milhares de euros (m€)

	Nota	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2011		330.000	51.140	134.518	26.810	102.506	644.974
Alterações no período							
Aplicação do Resultado ano anterior		-	5.125	51.980	45.401	(102.506)	-
Resultado integral do período		-	-	-	-	143.772	143.772
		-	5.125	51.980	45.401	41.266	143.772
Operações com detentores de capital no período							
Dividendos relativos a 2010		-	-	-	(10.251)	-	(10.251)
A 31 de Dezembro de 2011		330.000	56.265	186.497	61.961	143.772	778.495
Alterações no período							
Aplicação do Resultado ano anterior		-	7.189	57.069	79.514	(143.772)	-
Resultado integral do período		-	-	-	-	36.688	36.688
		-	7.189	57.069	79.514	(107.084)	36.688
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital	15	134.000	-	-	-	-	134.000
Dividendos relativos a 2011		-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2012		464.000	63.454	243.566	141.476	36.688	949.183

As notas das páginas 73 a 135 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

milhares de euros (m€)

	Nota	31 de Dezembro 2012	31 de Dezembro 2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		729.643	680.304
Pagamentos a fornecedores		(113.220)	(127.247)
Pagamentos ao pessoal		(35.163)	(37.632)
Caixa gerada pelas operações		581.260	515.425
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(59.332)	(120.576)
Outros recebimentos/ pagamentos		(119.901)	(131.329)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		402.027	263.520
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
ativos fixos tangíveis		(1.100)	(1.191)
ativos intangíveis		(742.129)	(810.572)
Recebimentos provenientes de:			
ativos fixos tangíveis		4.229	2.919
ativos intangíveis		-	-
Subsídios ao investimento		30.786	6.735
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(708.215)	(802.109)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		880.779	2.147.851
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		134.000	-
Outras operações de financiamento		194	206
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(548.715)	(1.489.503)
Juros e gastos e similares		(103.603)	(108.913)
Dividendos		-	(10.251)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		362.655	539.390
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	(25.490)	(26.291)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	30.978	(25.490)
Variação de caixa e seus equivalentes		56.468	801

As notas das páginas 73 a 135 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho de Administração

16 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Os valores estão expressos em milhares de euros (m€) exceto quando expressamente indicado o contrário.

1 Introdução

A EP — Estradas de Portugal, S. A. (de agora em diante “EP” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima de capitais públicos, resultante da transformação societária da EP — Estradas de Portugal, E. P. E., ocorrida com base no Decreto-Lei n.º 374/2007 de 7 de novembro.

A EP tem por objeto a conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento da rede rodoviária nacional, nos termos do contrato de concessão que com ela é celebrado pelo Estado.

A EP é uma sociedade anónima de capitais públicos. Rege-se pelo Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de novembro, pelos seus estatutos, publicados em anexo àquele diploma e que dele fazem parte, pelo regime jurídico do sector empresarial do Estado e das empresas públicas consagrado no Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, pelos princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, pelo Código das Sociedades Comerciais, pelos regulamentos internos bem como pelas normas especiais que lhe sejam aplicáveis.

A EP está sujeita ao poder de tutela conjunta dos Ministros de Estado e das Finanças e da Economia e do Emprego, nos termos e para os efeitos previstos nos referidos Decretos-Lei n.º 558/99 e Decreto-Lei n.º 300/2007.

A EP encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o Número de Identificação Fiscal 504 598 686 com sede em Praça da Portagem, Almada.

Foi celebrado com a EP um Contrato de Concessão (de agora em diante “Contrato”) conforme o previsto no Decreto-Lei n.º 380/2007 de 13 de novembro, Contrato esse alterado pela Lei n.º 13/2008 de 29 fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 110/2009 de 18 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 44-A/2010 de 5 de maio.

Este Contrato tem como objeto a concessão pelo Estado Português à EP da:

- conceção, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional;
- conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional Futura; bem como;
- financiamento, exploração, conservação, requalificação e alargamento das vias que compõem a Rede Rodoviária Nacional ou a Rede Rodoviária Nacional Futura mas que

integrem, igualmente, a Rede Concessionada, ficando no entanto estas responsabilidades sujeitas ao termo inicial dos contratos de concessão atualmente em vigor entre o Estado e terceiros. O termo inicial marca também o fim da assunção pela Empresa de todos os pagamentos a efetuar pelo Estado e os recebimentos a arrecadar por este, no âmbito dos referidos contratos;

sendo que esta concessão termina às 24h do dia 31 de dezembro de 2082.

Pelo Contrato de Concessão, celebrado para vigorar desde 2008, durante 75 anos, são receitas próprias da EP, entre outras, as seguintes:

- as taxas de portagem nas Vias Portajadas;
- o produto da Contribuição de Serviço Rodoviário;
- os rendimentos da exploração do Estabelecimento da Concessão;
- os rendimentos da exploração do Empreendimento Concessionado.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 29 de maio de 2013. É da opinião o Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da EP, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (de agora em diante “IFRS”) emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 31 de dezembro de 2012.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas segundo o custo histórico, exceto no que respeita aos instrumentos financeiros derivados, valorizados ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa.

2.2. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Foram publicadas novas normas e alterações às normas anteriormente em vigor, como segue:

i) Normas e Interpretações que se tornaram de aplicação efetiva a 1 de janeiro de 2012:

- **IFRS 7** (alteração), 'Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de ativos financeiros. Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efetuar relativamente a ativos financeiros transferidos para terceiros mas não desreconhecidos da Demonstração da posição financeira por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

ii) Novas normas e alterações a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de julho de 2012 ou em data posterior:

Normas

- **IAS 1** (alteração), 'Apresentação de demonstrações financeiras" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2012). Esta alteração requer que as Entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados como Outros rendimentos integrais, consoante estes possam ser reciclados ou não no futuro por resultados do exercício e o respetivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos. A empresa aplicará esta alteração no exercício em que a mesma se tornar efetiva
- **IAS 12** (alteração), 'Impostos sobre o rendimento' (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta alteração requer que uma Entidade mensure os impostos diferidos relacionados com ativos dependendo se a Entidade estima recuperar o valor líquido do ativo através do uso ou da venda, exceto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21, a qual é revogada. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Empresa
- **IAS 19** (revisão 2011), 'Benefícios aos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta revisão introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efetuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios atuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos "Outros rendimentos integrais (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da

responsabilidade não fundeada. Os Benefícios de cessação de emprego apenas qualificam como tal se não existir qualquer obrigação do empregado prestar serviço futuro. A empresa aplicará esta alteração no exercício em que a mesma se tornar efetiva

- **Melhoria anual das normas 2009-2011**, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013. Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. O processo de melhoria anual de 2011 afeta as normas: IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32 e IAS 34. A Empresa aplicará estas alterações no exercício em que as mesmas se tornarem efetivas, exceto quanto à alteração à IFRS 1 por a Empresa já adotar as IFRS.
- **IFRS 1** (alteração), 'Adoção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta alteração visa incluir uma isenção específica para as entidades que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias, e adotam pela primeira vez as IFRS. A isenção permite a uma Entidade optar por mensurar determinados ativos e passivos ao justo valor e utilizar o justo valor como "custo considerado" na demonstração da posição financeira de abertura para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à substituição das referências a datas específicas por "data da transição para as IFRS" nas exceções à aplicação retrospectiva da IFRS. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, por já adotar as IFRS
- **IFRS 1** (alteração) 'Adoção pela primeira vez das IFRS – Empréstimos do governo' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração visa esclarecer como é que as entidades que adotam as IFRS pela primeira vez devem contabilizar um empréstimo do governo com uma taxa de juro inferior à taxa de mercado. Também introduz uma isenção à aplicação retrospectiva, semelhante à atribuída às entidades que já reportavam em IFRS, em 2009. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, por já adotar as IFRS
- **IFRS 10** (novo), 'Demonstrações financeiras consolidadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado. A adoção desta nova norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.
- **IFRS 11** (novo), 'Acordos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em vez da

forma legal. Acordos conjuntos podem ser Operações conjuntas (direitos sobre ativos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o ativo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida na mensuração de Entidades conjuntamente controladas. A adoção desta nova norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

- **IFRS 12 (novo)** – ‘Divulgação de interesses em outras entidades’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade. Uma Entidade pode efetuar algumas ou todas as divulgações antecipadamente sem que tenha de aplicar a IFRS 12 na sua totalidade ou as IFRS 10 e 11 e as IAS 27 e 28. A adoção desta nova norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.
- **Alteração à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27** – “Entidades gestoras de participações financeiras’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção da União Europeia. Esta alteração inclui a definição de Entidade gestora de participações financeiras e introduz o regime de exceção à obrigação de consolidar, para as Entidades gestoras de participações financeiras que qualifiquem como tal, uma vez que todos os investimentos serão mensurados ao justo valor. Divulgações específicas são exigidas pela IFRS 12.
- **Alteração à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12** – “Regime de transição’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração clarifica que, quando da aplicação das IFRS 10 resulte um tratamento contabilístico de um investimento diferente do seguido anteriormente, de acordo com a IAS 27/SIC 12, os comparativos têm de ser reexpressos mas apenas para o período comparativo anterior, e as diferenças apuradas, à data de início de período comparativo, são reconhecidas no capital próprio. Divulgações específicas são exigidas pela IFRS 12. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.
- **IFRS 13 (novo)** – ‘Justo valor: mensuração e divulgação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 13 tem como objetivo aumentar a consistência, ao estabelecer uma definição de justo valor e constituir a única base dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal por todas as IFRSs. A empresa aplicará esta alteração no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

- **IAS 27** (revisão 2011) ‘Demonstrações financeiras separadas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.
- **IAS 28** (revisão 2011) ‘Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 passando a incluir no seu âmbito o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, e estabelecendo os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.
- **IFRS 7** (alteração), ‘Divulgações – compensação de ativos e passivos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração é parte do projeto de “compensação de ativos e passivos” do IASB e introduz novos requisitos de divulgação sobre os direitos de compensação (de ativos e passivos) não contabilizados, os ativos e passivos compensados e o efeito destas compensações na exposição ao risco de crédito. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.
- **IAS 32** (alteração) ‘Compensação de ativos e passivos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração é parte do projeto de “compensação de ativos e passivos” do IASB a qual clarifica a expressão “deter atualmente o direito legal de compensação” e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.
- **IFRS 9** (novo), ‘Instrumentos financeiros – classificação e mensuração’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2015). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 9 refere-se à primeira parte da nova norma sobre instrumentos financeiros e prevê duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos financeiros, são valorizados ao justo valor por via de resultados. Esta norma será aplicada no exercício em que se tornar efetiva.

Interpretações

- **IFRIC 20** (nova), 'Custos de remoção na fase de produção de uma mina de superfície' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta interpretação está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta interpretação refere-se ao registo dos custos de remoção de resíduos na fase inicial de uma mina de superfície, como um ativo, considerando que a remoção dos resíduos gera dois benefícios potenciais: a extração imediata de recursos minerais e a abertura de acesso a quantidade adicionais de recursos minerais a extrair no futuro. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Empresa

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

(i) Moeda funcional

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo são apresentadas em milhares de euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional da Empresa.

ii) Cotações utilizadas

Não ocorreram no exercício quaisquer operações em moeda diferente do Euro.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e

quando o custo poder ser fiavelmente mensurado; a quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida da Demonstração da posição financeira.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com a desmontagem, desmantelamento ou remoção de ativos, quando se traduzam em montantes significativos, serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 5 e 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas	Entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 8 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 1 e 10 anos

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico líquido de depreciações do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram inicialmente valorizadas ao custo, sendo valorizadas subsequentemente de acordo com o modelo de custo depreciado, o qual é aplicado a todos os ativos classificados como propriedades de investimento.

3.4. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados consoante as transações que lhe deram origem, conforme os parágrafos abaixo:

Reconhecimento inicial

A EP, através da aplicação da IFRIC 12 considera que o ativo resultante do Direito de Exploração que lhe foi atribuído pelo Contrato de Concessão com o Estado classifica com um ativo intangível.

O Direito de Concessão foi reconhecido por efeito de uma Concentração de Atividades Empresariais, aquando da alteração do objeto social da Empresa conforme explicado na Nota

1. O registo inicial foi mensurado ao montante atribuído ao Direito de Concessão no Contrato de Concessão da EP e posteriores alterações indicadas na Nota 1.

O reconhecimento do Direito de Concessão originou o registo de uma diferença de integração negativa pelo desconhecimento das diferentes componentes da Rede Rodoviária Nacional, constantes na Demonstração da posição financeira de Abertura da Empresa. Esta diferença de integração foi deduzida ao Direito de Concessão.

Os restantes ativos intangíveis resultam de transações de aquisição separadas e o seu custo reflete:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Reconhecimento subsequente

A Empresa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela IAS 38 – Ativos Intangíveis.

O Direito de Concessão é acrescido pelo desenvolvimento da atividade de gestão da rede de infraestrutura rodoviária nacional que inclui, nomeadamente, a construção, financiamento e exploração da Rede Rodoviária Nacional (que inclui a Rede Concessionada) bem como da Rede Rodoviária Nacional Futura, o que pode acontecer mediante a:

(i) Prestação de serviços de construção

É acrescido aquando da conclusão de cada componente significativa da Rede Rodoviária Nacional Futura, pelo seu valor de execução. A construção pode ocorrer mediante construção direta da Empresa ou mediante subconcessão.

Até à conclusão de cada componente, é reconhecido como ativo intangível em curso a proporção do valor da execução esperada da obra, mediante a aplicação do método da percentagem de acabamento que é apurado com base na evolução física real de cada obra.

Dispêndios efetuados pela Empresa relativos ao lançamento de concursos de subconcessão são reconhecidos como ativos intangíveis, até ao momento em que a natureza do dispêndio efetuado seja faturada ao subconcessionário.

Os gastos com financiamentos associados à construção têm o tratamento definido na Nota 3.5.

(ii) Aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada

É acrescido pelos pagamentos, líquidos de recebimentos, relativos às Concessões acumulados efetuados até ao momento do termo inicial de cada concessão, data a partir da qual a Empresa tem direito aos benefícios económicos subjacentes ao respetivo troço.

Até ao termo inicial, são registados em ativo intangível em curso quando despendidos.

Os custos com financiamentos associados a esta aquisição têm o tratamento definido na Nota 3.5.

O Contrato de Concessão da EP apresenta as seguintes definições para os 3 componentes fundamentais do Empreendimento da Concessão:

“Rede Concessionada — Designa as vias que integram a Rede Rodoviária Nacional e que se encontram, na data de assinatura do Contrato de Concessão, sujeitas a um Contrato de Concessão do Estado ou aquelas que o Estado incluiu em concurso público ainda pendente, na mesma data, com vista ao respetivo concessionamento;”

“Rede Rodoviária Nacional — Designa aqueles Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais, previstos no PRN 2000, que se encontram em serviço ou cuja construção teve já início à data da assinatura do Contrato de Concessão. Considera-se iniciada a construção dos Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais previstos no PRN 2000 a partir do momento em que se encontrar outorgado pelo Estado, ou pela EP — Estradas de Portugal, S. A., o contrato tendente à sua construção;”

“Rede Rodoviária Nacional Futura — Designa aqueles Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais, previstos no PRN 2000 ou nos diplomas que o venham a modificar ou substituir e que entrem em vigor até 5 (cinco) anos antes do termo de vigência do Contrato de Concessão, que não se encontram construídos à data da assinatura do Contrato de Concessão. Considera-se que não estão construídos os Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais previstos no PRN 2000 para cuja construção não foi outorgado, pelo Estado ou pela EP — Estradas de Portugal, S. A., à data de assinatura do Contrato de Concessão, o respetivo contrato;”

Amortização

A EP amortiza o Direito de Concessão com base na sua melhor estimativa sobre o padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, o qual assenta no método de unidade de produção, como definido pela IFRIC 12.

A unidade de produção corresponde à melhor estimativa de proveitos inerentes aos réditos diretamente associados aos direitos já adquiridos pela Empresa, o que exclui as receitas

relativas à atividade de cobrança de portagens antes dos termos iniciais das concessões subjacentes.

Eventuais alterações de estimativas são corrigidas prospetivamente, afetando o valor das amortizações de exercícios futuros.

O valor amortizável do Direito de Concessão, revisto anualmente de acordo com as melhores expectativas da Empresa, corresponde ao montante total global dos custos incorridos e responsabilidades assumidas no âmbito da concessão geral da infraestrutura rodoviária nacional.

Os restantes ativos intangíveis são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

3.5. Capitalização de custos de financiamentos obtidos

A Empresa capitaliza os encargos financeiros associados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis.

A EP considera como ativo qualificável todos aqueles que demorem um período superior a 12 meses a ficarem concluídos para o seu uso pretendido, sendo o ativo qualificável mais significativo o Direito de Concessão sobre a rede de infraestrutura viária. Qualquer componente da Rede Rodoviária Nacional ou da Rede Rodoviária Nacional Futura é considerado um componente desse mesmo ativo qualificável, desde que a duração estimada da sua construção seja superior a seis meses.

Os componentes do Direito de Concessão que qualificam para a capitalização de gastos de empréstimos são essencialmente os resultantes da:

(i) Prestação de serviços de construção

A prestação de serviços de construção dura habitualmente mais de 1 ano pelo que os encargos associados aos financiamentos obtidos para a sua concretização são considerados elegíveis, independentemente de os serviços serem prestados diretamente pela EP ou mediante subconcessão.

(ii) Aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada

Os pagamentos efetuados por conta da aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada até ao termo inicial de cada troço da atual Rede Concessionada.

Os encargos financeiros diretos são considerados como custo do componente especificamente financiado. Sempre que não existam financiamentos diretamente atribuíveis a cada componente da rede em curso, é utilizada uma taxa média ponderada dos financiamentos ativos durante o período a qual é aplicada aos dispêndios ocorridos com o desenvolvimento da referida rede.

Não são considerados para efeitos do cálculo da base para a capitalização dos gastos de financiamento obtidos os componentes que foram construídos com recurso a subsídios ou que estão em condições de entrar em funcionamento, independentemente da conclusão da empreitada em que se inserem.

3.6. Imparidade de ativos

A Empresa realiza os testes de imparidade anualmente e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

3.7. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados – incluem os ativos financeiros, não derivados, detidos para negociação respeitantes a investimentos de curto prazo, e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial. São reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subseqüentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de “Variações de justo valor”.
- ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. São classificados na demonstração da posição financeira como “Clientes” e “Outras contas a receber” (Nota 11), e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a EP não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração do rendimento integral em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subseqüentemente revertidas por resultados caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.
- iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.8. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja muito provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos de venda, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como disponíveis para venda.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

3.10. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11. Passivos financeiros

A IAS 39 prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- ii) Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os “Financiamentos obtidos” (Nota 20), “Suprimentos” (Nota 21), “Outras contas a pagar” (Nota 22) e “Fornecedores” (Nota 24).

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração do rendimento integral ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos classificados como “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são classificados como passivo corrente, exceto se existir direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

3.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração do rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na Demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data da Demonstração da posição financeira, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

3.13. Benefícios aos empregados

A EP concedeu pensões de reforma antecipada temporária e complementos de pensões de reforma e sobrevivência (doravante designado de plano de pensões).

➤ Plano de Pensões

Os complementos de reforma e sobrevivência atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos atribuídos a um universo restrito e fechado de colaboradores.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são revistas anualmente. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado utilizando o método das rendas vitalícias imediatas, pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de “rating” elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido na Demonstração da posição financeira relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data da Demonstração da posição financeira, uma vez que não existe fundo constituído.

Os desvios atuariais apurados são reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado Integral.

3.14. Provisões

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da responsabilidade em causa.

3.15. Subsídios e apoios do Governo

Os subsídios recebidos do Estado português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições para o recebimento do subsídio serão cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos como um proveito diferido.

Os subsídios são subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral numa base pro-rata da depreciação/amortização dos ativos a que estão associados, sendo registados na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”.

Subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração do rendimento integral no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

3.16. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a EP detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração do rendimento integral numa base linear, durante o período da locação.

3.17. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.18. Rédito

O rédito da Empresa no âmbito da Concessão acordada com o Estado está definido no respetivo contrato de concessão e contempla essencialmente:

(i) Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR)

Um dos principais réditos é a Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) criada pela Lei nº 55/2007, de 31 de agosto.

(ii) Outros Réditos decorrentes do Contrato de Concessão

Para o desenvolvimento do seu objeto social a Empresa tem de proceder à prestação de serviços de construção no âmbito do desenvolvimento da rede de infraestrutura rodoviária nacional.

O resultado da construção de cada nova componente da Rede de Infraestrutura Rodoviária Nacional é registado, de acordo com o método da percentagem de acabamento.

O montante de rédito a reconhecer resulta do produto entre a percentagem de acabamento e o valor total da obra. O valor total da obra é o montante acordado com o Concedente (Estado) ou, não estando acordado, é o resultado do somatório das componentes de gastos específicos à obra em causa quer internos ou externos.

O valor a receber resultante da prestação de serviços de construção, no âmbito da Concessão, é permutado pelo Direito de Concessão conforme referido na Nota 25.

No caso em que o valor total da obra esteja acordado com o Concedente, sempre que o somatório dos gastos específicos incorridos e a incorrer excederem o rédito acordado, é imediatamente reconhecida em resultados a perda estimada.

(iii) O valor das taxas de portagem – Estradas em administração própria ou Subconcessionada

A atividade de cobrança de portagens sobre as vias da Rede sob administração própria ou subconcessionada é reconhecida nos resultados do ano de acordo com as portagens reais do período, dado que se tratam de portagens em vias onde o Direito de exploração da Concessão pela EP já é pleno.

(iv) O valor das taxas de portagem – Estradas em administração concessionada

A atividade de cobrança de portagens sobre as vias da Rede Concessionada é reconhecida de acordo com as portagens reais do período sendo que o valor resultante desta atividade é deduzido ao investimento da EP na aquisição dos direitos sobre essa mesma rede Concessionada de acordo com o estipulado no contrato de Concessão da EP com o Estado Português.

3.19. Instrumentos financeiros derivados

A EP utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os gastos de financiamento.

Os critérios utilizados pela EP para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

A EP utiliza instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de juro de financiamentos obtidos que, contudo, não configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, não receberam tratamento de contabilização de cobertura, mas que permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações de taxa de juro dos financiamentos a pagar em relação aos quais a EP pretende cobrir o risco de taxa de juro. Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos em relação aos quais a empresa não aplicou contabilidade de cobertura são registados ao justo valor, sendo as variações subsequentes registadas diretamente nas rubricas de Resultados financeiros da demonstração do rendimento integral.

3.20. Política contabilística para Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 – Instrumentos financeiros.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

A EP aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para ativos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam informação de mercado como as curvas de taxa de juro.

Para alguns tipos de instrumentos financeiros mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente

observáveis em mercado, para os quais a EP utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

3.21. Entidades relacionadas

A revisão do IAS 24 – Divulgações de entidades relacionadas veio estabelecer a obrigatoriedade de divulgar as transações existentes com o Estado, e com entidades que sejam consideradas relacionadas, pelo facto de serem igualmente detidas pelo Estado. Consideram-se partes relacionadas, as entidades em relação às quais a EP, direta ou indiretamente através de um ou mais intermediários, controle, seja controlada ou estiver sob o controlo comum. São também partes relacionadas as entidades nas quais a EP tenha um interesse que lhe confira influência significativa.

A EP adotou a exceção permitida pela norma de divulgar apenas as transações mais significativas (ver nota 36).

3.22. Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- i) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelas quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo Concelho de Administração para efeitos de tomada de decisão sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho;

O Concelho de Administração analisa na sua tomada de decisão não apenas os elementos dos resultados operacionais mas também o investimento a realizar na constituição dos ativos de cada segmento.

A Empresa apresenta como segmentos operacionais, a “Operação e Manutenção”, “Construção Própria”, “Concessões” e “Subconcessões”.

O contrato de Concessão é refletido nas contas da EP como um direito de exploração único e indivisível que representa a rede rodoviária nacional e não um conjunto de vias individualizadas.

Em termos de informação de gestão, podemos considerar que as áreas de negócio da EP são as seguintes:

- **Operação e manutenção:** atividade relacionada com a gestão e conservação das vias e obras de arte e melhoria da segurança da rede rodoviária sob gestão direta da EP
- **Construção própria:** atividade relacionada com obras de construção e requalificação de vias e obras de arte sob gestão direta da EP
- **Concessões:** atividade relacionada com a gestão dos contratos de concessão do Estado Português

- **Subconcessões:** atividade relacionada com a gestão dos contratos de subconcessão da EP.

4 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1. Estimativas contabilísticas relevantes

i) Ativos intangíveis

A EP amortiza o seu Direito de Concessão pelo método das unidades equivalentes conforme descrito na nota 3.4, sendo essa amortização portanto baseada na estimativa da totalidade dos rendimentos a gerar pela Concessão até ao seu termo e na valorização da totalidade dos investimentos a efetuar pela EP.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

ii) Padrão estimado das receitas

O montante e o momento da ocorrência das receitas futuras são essenciais para determinar o método das unidades equivalentes, no qual assenta o cálculo da amortização do Direito de Concessão.

Este padrão é estimado com base no histórico recente e nas melhores perspetivas da Administração da EP para o futuro.

Procedeu-se, igualmente, a uma análise de sensibilidade à evolução das receitas da EP ao longo da vida do Contrato e seu impacto nas amortizações do exercício. As análises realizadas foram:

- a) Considerou-se que o crescimento real das receitas de portagem após o termo inicial dos contratos de concessão e da CSR após 2014 seria de 0,5%, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC.
- b) Considerou-se que o crescimento real das receitas de portagem após o termo inicial dos contratos de concessão e da CSR após 2014 seria de 1%, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC.

O resultado das diferentes análises no exercício de 2012 é apresentado no seguinte quadro:

M€			
Análise sensibilidade Crescimento CSR e Portagens			
<i>em milhões de Euros</i>	Crescimento de 0% para Rec.Port.+ CSR (após 2014)	Crescimento de 0,5% para Rec.Port.+ CSR (após 2014)	Crescimento de 1% para Rec.Port.+ CSR (após 2014)
Amortizações do Exerc.	209,2	172,4	138,5
Amortizações de Subsídios	(44,1)	(38,6)	(33,6)
	165,1	133,8	105,0
Diferença		(31,3)	(60,1)

Por questão de prudência e dado que ainda não existem dados históricos significativos sobre a evolução da Contribuição do Serviço Rodoviário e a introdução de portagens ainda não está concluída, considerou-se um crescimento real de 0% das receitas de portagem após o termo inicial dos contratos de concessão e da CSR após 2014, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC.

i) Conservação periódica de estradas e obras de arte

Com base em levantamentos técnicos de necessidades de reparação e do controlo de um índice de qualidade médio das vias e obras de arte é apurado um custo anualizado necessário para a manutenção programada a desenvolver que permita, de acordo com o estipulado no Contrato de Concessão da EP, a manutenção do índice de qualidade médio da rede nos valores em que a mesma foi recebida.

ii) Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

iii) Construção por via de Subconcessões

A construção por via de contratos de subconcessão é registada refletindo a evolução física da obra com base em informação da percentagem de acabamento da obra obtida junto das subconcessionárias e validada pela EP.

4.2. Principais julgamentos na aplicação de políticas contabilísticas relevantes

i) Valor amortizável do Direito de Concessão

O montante a considerar como valor amortizável do Direito de Concessão, implica a assunção de montantes de execução de obras e manutenção programada até ao termo da concessão.

As alterações entre os valores planeados, contratados e executados podem variar por diversos fatores exógenos à Empresa com impacto no montante de amortização a registar no futuro.

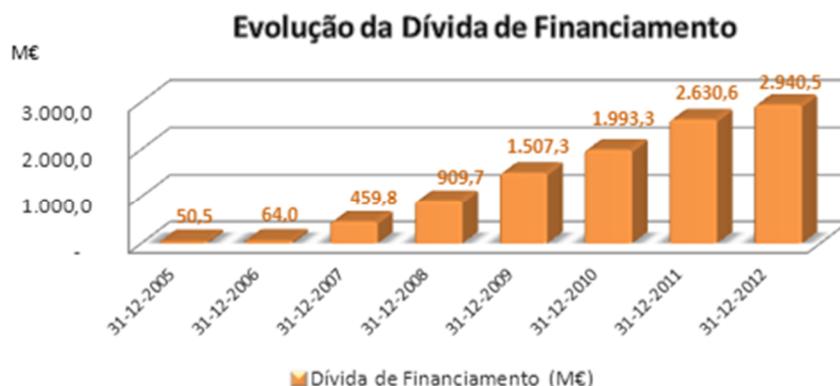
5 Política de gestão do risco

5.1. Risco Financeiro

A atividade da EP está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, risco de liquidez e riscos de fluxos de caixa associados à taxa de juro, entre outros.

A gestão do risco financeiro é controlada pelo departamento financeiro de acordo com as diretrizes recebidas da Tutela e as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

A EP iniciou o seu endividamento bancário, junto da banca comercial, em meados de 2005, tendo o seu financiamento evoluído da seguinte forma:

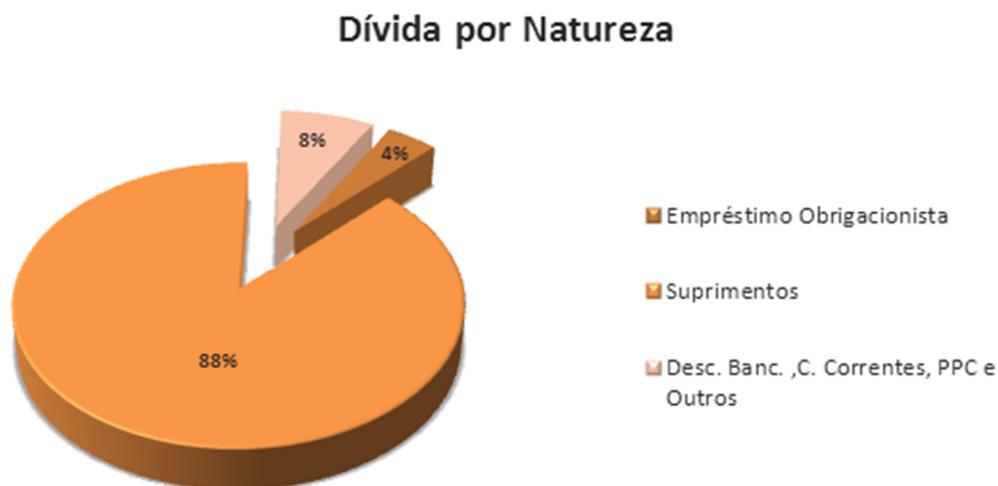


A EP não tem ativos ou passivos em moedas que não o Euro, pelo que não tem riscos de câmbio associados à sua atividade.

5.2. Risco de liquidez

A gestão risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas e procurar adequar a maturidade dos passivos aos ativos da empresa.

Durante o período compreendido entre 2005 e 2007, a dívida bancária da EP era constituída por linhas de crédito de curto prazo, nomeadamente por descobertos bancários e contas correntes. A partir de 2008, converteram-se algumas destas linhas em Programas de Papel Comercial e negociaram-se novas linhas de crédito. Desde final de 2011, a EP passou a receber suprimentos a médio longo prazo do acionista, apresentando a dívida da empresa, no final de 2012, a seguinte decomposição:



No final de 2009, a EP integrou, na sua dívida, a componente de médio/longo prazo, através da contratação junto do Banco Europeu de Investimento de um financiamento a 20 anos. Em meados de julho de 2010, a EP reforçou esta componente, ao emitir um empréstimo obrigacionista de 125M€, também pelo período de 20 anos, diversificando tanto as entidades financiadoras como os instrumentos de financiamento. Durante o ano de 2011, a empresa celebrou um contrato de suprimentos de médio longo prazo junto do acionista no valor de 1.705M€. Durante o ano de 2012, a EP contratou quatro contratos de suprimentos de médio longo prazo junto do acionista no valor de 880,6M€.

Em 31 de dezembro de 2012, a dívida da empresa na componente de empréstimos não correntes passou a ter um peso muito significativo face ao ano anterior. Assim, a repartição da dívida da empresa, por maturidade, é a seguinte:

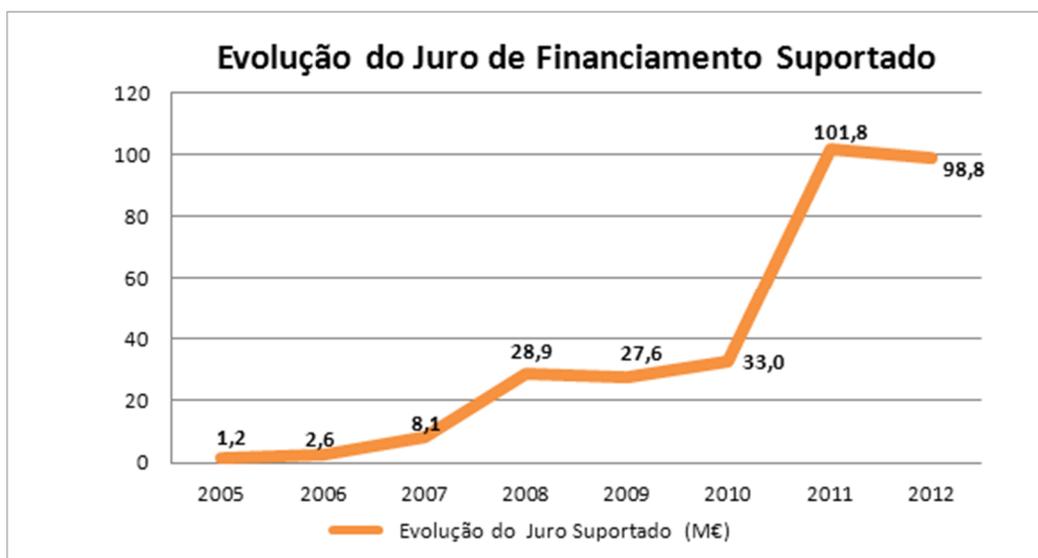
	Corrente		Não corrente	Total
	Até um ano	Entre 2 e 5 anos	Superior a 5 anos	
Empréstimos	29.293	40.132	285.527	354.952
Suprimentos	426.250	2.159.350	0	2.585.600
	455.543	2.199.482	285.527	2.940.552

Durante o ano de 2012, o endividamento aumentou 310M€, resultante dos pagamentos referentes a concessões do Estado.

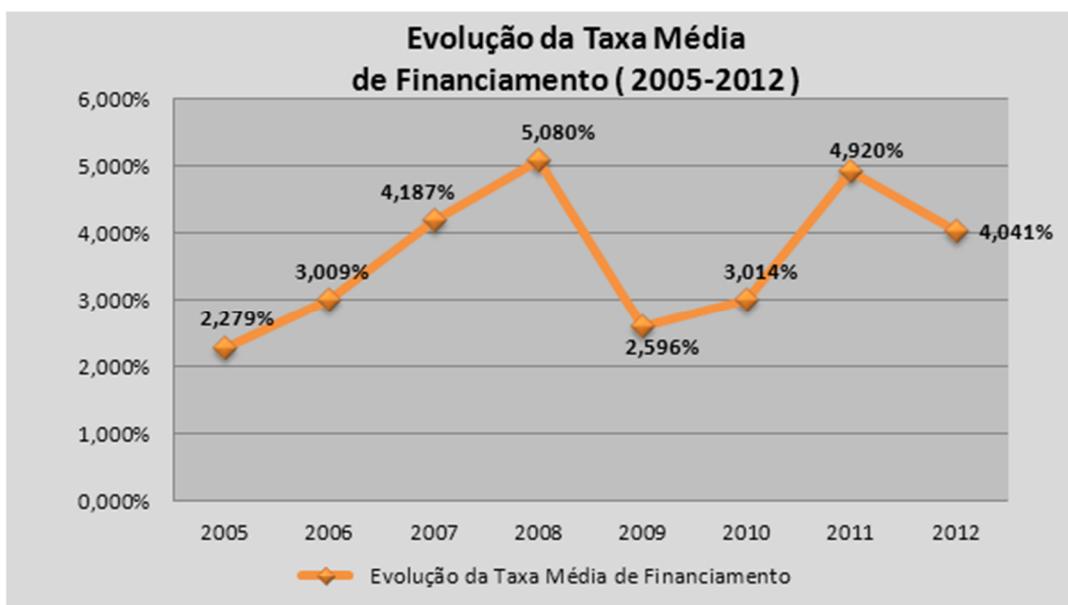
5.3. Risco de taxa de juro

Juros suportados e instrumentos de cobertura de risco

No gráfico seguinte indicam-se os montantes de juros de financiamento pagos entre os anos de 2005 e de 2012:



A redução do valor de juros pagos durante o ano de 2012 está relacionada com o menor custo dos suprimentos face aos financiamentos comerciais vencidos, apesar do aumento do endividamento provocada pela fase de investimento em que se encontra a EP.



Durante o ano de 2010, a EP contratou um instrumento financeiro derivado, SWAP taxa de juro com maturidade de 15 de julho de 2030 e que tem como montante subjacente 125M€, que se destinou a minimizar o risco de exposição a variação de taxa de juro. Este SWAP encontra-se mensurado pelo seu justo valor.

	Taxa Variável	Taxa Fixa	Total
Empréstimos	29.293	325.659	354.952
Suprimentos	0	2.585.600	2.585.600
	29.293	2.911.259	2.940.552

Dada a natureza dos ativos a financiar e à modalidade de financiamento que tem estado disponível à EP, a quase totalidade dos seus financiamentos apresenta a 31 de dezembro de 2012 taxas de remuneração fixas, pelo que a exposição da EP ao risco de taxa de juro é atualmente muito limitado.

5.4. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar as suas obrigações contratuais. As receitas da EP resultam principalmente da Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) que é cobrada e entregue à EP pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e das portagens que apresentam uma base de cliente diversificada e composta por operações de reduzido valor pelo que a EP não tem riscos de crédito significativos.

Durante o ano de 2012, a EP cumpriu o previsto no artigo 17º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, segundo o qual “... as entidades que integram o Sector Empresarial do Estado, ..., devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, I.P. ...” pelo que considera que os seus depósitos não têm um risco de crédito associado significativo.

5.5. Cumprimentos Despacho nº101/09-SEF, de 30-01

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Precedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	X			
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			
Diversificação de entidades credoras	X			
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado	X			
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis	X			
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	X			
Minimização da prestação de garantias reais	X			
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	X			
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	X			
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	X			
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			
Reflexão nas DF 2012 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira				
	X			

Legenda:

FC - Fundos comunitários

CP - Capital próprio

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável

5.6. Gestão do capital

O objetivo da EP em relação à gestão de capital é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da posição financeira. Nesta fase de investimento do contrato de concessão da EP, em que anualmente se tem registado um aumento do endividamento, este tem sido e deverá continuar a ser acompanhado com periódicos aumentos de capital.

6 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

A Empresa não procedeu i) a alterações das políticas contabilísticas para os períodos apresentados, ii) alterações de estimativas contabilísticas que se espere que produzam efeitos em períodos futuros, iii) correção de erros de períodos anteriores.

7 Relato por segmentos

A Empresa apresenta como segmentos operacionais, a “Operação e Manutenção”, “Construção Própria”, “Concessões” e “Subconcessões”.

O contrato de Concessão é refletido nas contas da EP como um direito de exploração único e indivisível que representa a rede rodoviária nacional e não um conjunto de vias individualizadas.

Em termos de informação de gestão, podemos considerar que os diferentes segmentos operacionais comportam as seguintes atividades:

- **Operação e manutenção:** atividade relacionada com a gestão e conservação das vias e obras de arte e melhoria da segurança da rede rodoviária sob gestão direta da EP
- **Construção própria:** atividade relacionada com obras de construção e requalificação de vias e obras de arte sob gestão direta da EP
- **Concessões:** atividade relacionada com a gestão dos contratos de concessão do Estado Português
- **Subconcessões:** atividade relacionada com a gestão dos contratos de subconcessão da EP.

Resultados

Apresentam-se de seguida os Resultados para os exercícios de 2012 e 2011 por segmento operacional:

(M€)

Segmento Operacional	2012		2011		2012		2011	
	Ganhos e Rend. Operacionais		EBITDA	Margem EBITDA	EBITDA	Margem EBITDA	EBITDA	Margem EBITDA
Operação e Manutenção	522	557	318	61%	347	62%		
Construção Própria	19	73	0	0%	0	0%		
Concessões	311	240	118	38%	114	47%		
Subconcessões	839	1.186	108	13%	97	8%		
Não alocado	8	16	-10	-135%	-4	-26%		
Total	1.700	2.071	533	31,4%	554	26,7%		
Amortizações Líq. Subsídios			(168)		(121)			
EBIT			366		433			
Resultados Financeiros			(311)		(230)			
RAI			54		203			
Impostos sobre o Rendimento			(18)		(59)			
Resultado Líquido do Período			37		144			

Em 2012 verificou-se uma redução dos rendimentos da EP principalmente devido à redução dos ganhos obtidos com a construção de subconcessões que ascendeu a 839M€ em 2012 face aos 1.186M€ em 2011. Esta redução traduz a fase de conclusão da construção destas subconcessões.

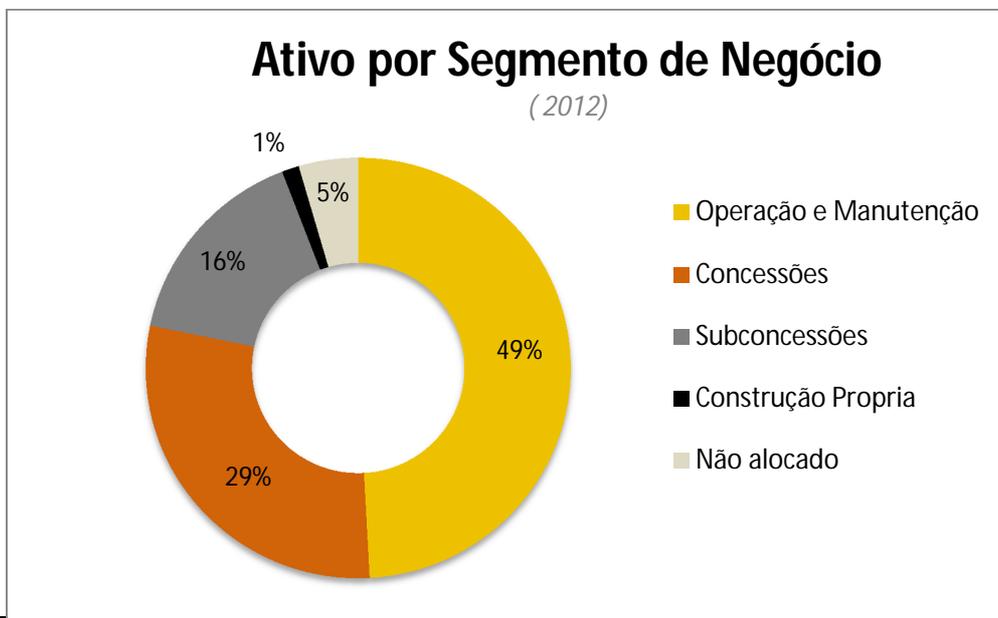
- **Operação e Manutenção:** Os Gastos relacionados com a operação e manutenção de vias e obras de arte, tanto em 2012 como em 2011, são financiados pela receita da Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR), apresentando uma margem EBITDA superior a 60%. Apesar da redução de receita da CSR, não se verificou uma variação significativa do EBITDA deste segmento, por a descida de receitas verificada ter sido parcialmente compensada por um esforço adicional de redução de despesa.
- **Construção Própria:** Durante o ano de 2012 verificou-se uma forte redução de atividade deste segmento de negócio. A sua margem é reduzida dado que apenas reflete a alocação dos custos internos.
- **Concessões:** O EBITDA deste segmento é constituído fundamentalmente pelos proveitos resultantes da capitalização de encargos financeiros, uma vez que o resultado da atividade de cobrança de portagem das Concessões é deduzido ao valor do ativo, conforme nota 3.4.
- **Subconcessões:** Em 2012 verificou-se um aumento do EBITDA em resultado do início da cobrança de portagens em novos troços, tendo a receita de portagem nas subconcessões passado de cerca de 7M€ em 2011 para cerca de 19M€ em 2012.

	(M€)			
	2012	2011	% 2012	% 2011
Activo	19.016	17.594	100,0%	100,0%
Operação e Manutenção	9.344	9.322	49,1%	53,0%
Concessões	5.533	4.925	29,1%	28,0%
Subconcessões	3.029	2.221	15,9%	12,6%
Construção Própria	249	442	1,3%	2,5%
Não alocado	860	684	4,5%	3,9%
Passivo	18.066	16.816	100,0%	100,0%
Operação e Manutenção	9.061	9.017	50,2%	53,6%
Concessões	5.376	5.066	29,8%	30,1%
Subconcessões	3.382	2.464	18,7%	14,7%
Construção Própria	137	177	0,8%	1,1%
Não alocado	109	93	0,6%	0,6%

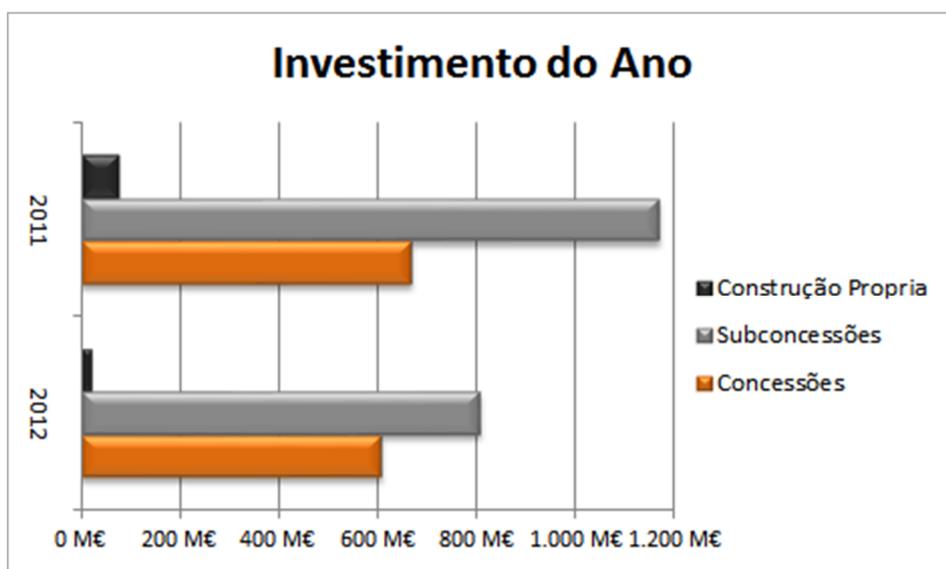
Ativo

A 31 de dezembro de 2012, o ativo líquido total da EP ascendeu a 19.009M€. Numa análise ao Ativo por segmento de negócio da empresa verifica-se que os ativos do segmento Operação e

Manutenção de vias e obras de arte representam cerca de 49% dos Ativos da EP. O principal ativo deste segmento, como nos restantes, é a sua parcela no Direito de Exploração que foi atribuído à EP aquando da assinatura do Contrato de Concessão com o Estado, que na sua globalidade representa 95% do total dos ativos da EP.



Do volume de investimento anual registado no ativo destacam-se as concessões e subconcessões que representam a maior fatia do investimento da EP. Comparativamente com o período homólogo as subconcessões apresentam uma redução significativa na sequência da fase da respetiva construção.

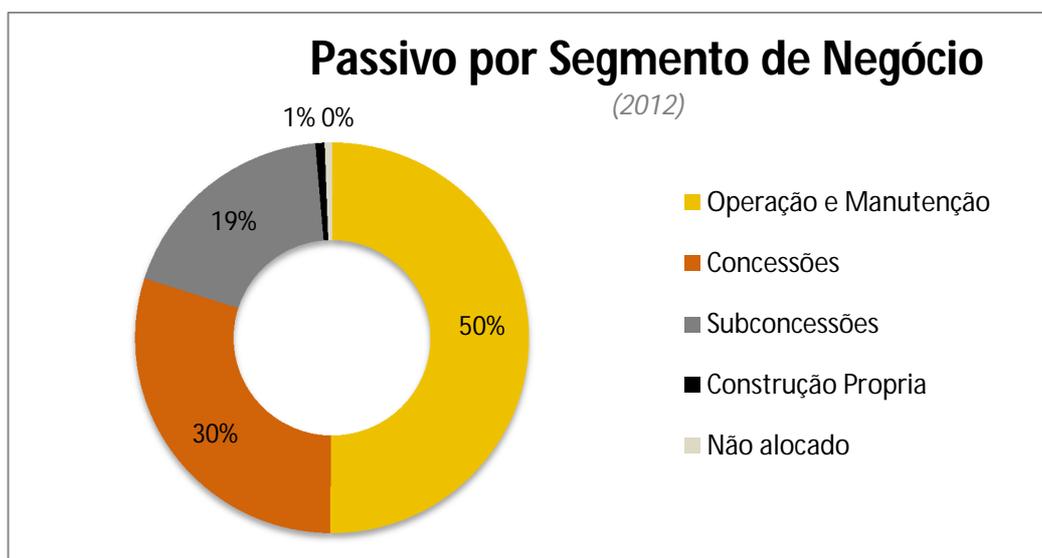


Passivo

Na distribuição do Passivo por segmento, a Operação e Manutenção apresenta um peso semelhante ao do Ativo que é explicado pela alocação a este segmento dos subsídios ao investimento contabilizados em passivo não corrente.

O endividamento financeiro da EP foi contraído para financiamento do investimento realizado em concessões, uma vez que o investimento neste segmento foi superior ao acréscimo de endividamento anual.

O passivo alocado às subconcessões representa as responsabilidades assumidas pela EP decorrentes da execução da construção das diferentes subconcessões, tendo presente que estes contratos têm um período de carência de cinco anos para o início dos pagamentos, o que resulta num aumento gradual do peso desta área de negócio no total dos passivos nesta fase inicial dos contratos.



8 Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos apresentados os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e outros	Equipamento administrativo	Ativos em curso	Total
1 de Janeiro de 2011								
Custo de aquisição	1.115	36.904	3.619	6.118	10.899	23.763	1.161	83.578
Depreciações acumuladas	-	(15.566)	(619)	(6.017)	(10.813)	(23.215)	-	(56.229)
Valor líquido	1.115	21.338	3.000	100	86	548	1.161	27.349
31 de Dezembro de 2011								
Adições	-	38	11	-	8	135	1.040	1.233
Alienações	-	(91)	-	-	-	-	-	(91)
Transferências e abates	-	-	-	(497)	(13)	-	-	(510)
Depreciação - exercício	-	(705)	(480)	(82)	(41)	(238)	-	(1.546)
Depreciação - alienações	-	87	-	496	13	-	-	597
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	1.115	20.668	2.532	17	53	445	2.201	27.031
31 de Dezembro de 2011								
Custo de aquisição	1.115	36.851	3.631	5.620	10.894	23.898	2.201	84.210
Depreciações acumuladas	-	(16.183)	(1.099)	(5.603)	(10.841)	(23.453)	-	(57.179)
Valor líquido	1.115	20.668	2.532	17	53	445	2.201	27.032

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e outros	Equipamento administrativo	Ativos em curso	Total
1 de Janeiro de 2012								
Custo de aquisição	1.115	36.851	3.631	5.620	10.894	23.898	2.201	84.210
Depreciações acumuladas	-	(16.183)	(1.099)	(5.603)	(10.841)	(23.453)	-	(57.179)
Valor líquido	1.115	20.668	2.532	17	53	445	2.201	27.032
31 de Dezembro de 2012								
Adições	-	98	361	131	15	105	2.035	2.745
Alienações	-	(19)	-	(16)	-	-	-	(36)
Transferências e abates	(123)	892	216	-	-	-	(2.847)	(1.862)
Depreciação - exercício	-	(753)	(586)	(42)	(32)	(189)	-	(1.602)
Depreciação - alienações	-	14	-	16	-	-	-	31
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	992	20.899	2.522	107	36	361	1.390	26.308
31 de Dezembro de 2012								
Custo de aquisição	992	37.821	4.207	5.735	10.908	24.003	1.390	85.057
Depreciações acumuladas	-	(16.923)	(1.685)	(5.628)	(10.873)	(23.642)	-	(58.750)
Valor líquido	992	20.899	2.522	107	36	361	1.390	26.308

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/(reversões) de Depreciações e amortizações do exercício” da Demonstração do rendimento integral pela sua totalidade.

A EP detém diversas parcelas sobrantes resultantes dos seus processos de expropriação decorrentes da atividade de construção da RRN. Uma vez que a possibilidade de utilização ou comercialização das mesmas está dependente de diversas contingências legais e/ou comerciais, a EP considera que estas parcelas sobrantes representam ativos contingentes e não os regista ou divulga até que seja provável que venham a gerar um influxo de benefícios económicos para a empresa, momento em que são registadas como Ativos Detidos para Venda ou Propriedades de Investimento, consoante o destino dado às mesmas.

9 Ativos Intangíveis

	Direito de Concessão	Software	Outros	Total
A 1 de Janeiro de 2011				
Custo de aquisição	15.927.594	6.422	50	15.934.066
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(773.661)	(5.311)	(17)	(778.989)
Valor líquido	15.153.933	1.111	33	15.155.072
Adições	1.929.953	39	20	1.930.012
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-
Amortização - exercício	(157.773)	(661)	(17)	(158.450)
Amortização - alienações	-	-	-	-
Valor líquido	16.926.113	489	37	16.926.639
31 de Dezembro de 2011				
Custo de aquisição	17.857.547	6.461	70	17.864.078
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(931.434)	(5.972)	(33)	(937.439)
Valor líquido	16.926.113	489	37	16.926.639

	Direito de Concessão	Software	Outros	Total
A 1 de Janeiro de 2012				
Custo de aquisição	17.857.547	6.461	70	17.864.078
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(931.434)	(5.972)	(33)	(937.439)
Valor líquido	16.926.113	489	37	16.926.639
Adições	1.434.930	1.678	10	1.436.618
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-
Amortização - exercício	(209.165)	(966)	(17)	(210.147)
Amortização - alienações	-	-	-	-
Valor líquido	18.151.879	1.201	30	18.153.109
31 de Dezembro de 2012				
Custo de aquisição	19.292.477	8.138	80	19.300.696
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(1.140.599)	(6.938)	(50)	(1.147.586)
Valor líquido	18.151.879	1.201	30	18.153.109

O valor dos intangíveis refere-se essencialmente ao direito resultante do Contrato de Concessão, o qual foi inicialmente reconhecido pelo valor acordado entre a EP e o Estado. O valor deste direito é incrementado mediante a transferência de Ativos Intangíveis em curso de investimentos realizados no âmbito do Contrato.

O ativo é constituído mediante a percentagem de acabamento de cada obra, independentemente de essa construção ser efetuada diretamente pela EP ou em regime de Parcerias Público-Privadas (PPP).

Dos 1.435M€ de investimentos no período, cerca de 802M€ correspondem a construção de subconcessões, 609M€ a pagamentos líquidos de recebimentos de concessões do Estado e 24M€ a obra própria da EP.

Nestes valores estão incluídos encargos financeiros capitalizados no valor de 210M€ em 2012 (203M€ em 2011). Ver nota 25.

As amortizações do exercício são calculadas ao abrigo da IFRIC 12 pelo método das unidades equivalentes e incidem sobre o valor do investimento total, já realizado ou a realizar no futuro, no âmbito da Concessão entre a EP e o Estado, com base nos fluxos económico-financeiros para o período da Concessão. Estes valores foram revistos e aprovados pelo Conselho de Administração em abril de 2012.

A estimativa do investimento total da Concessão teve por base os seguintes principais pressupostos:

- Os encargos anuais com as concessões SCUT têm efeito até 2032;
- Os encargos com a construção presente nos contratos de subconcessão, valorizada ao custo de cada caso base;
- Investimento direto da EP na modernização da rede viária, o qual se divide em investimento de requalificação e construção de variantes (3 variantes por ano entre 2013 e 2017, 2 variantes por ano entre 2018 e 2022 e 1 variante por ano entre 2023 e 2032);
- Os restantes investimentos da EP consistem em instalação e melhoria de equipamentos e estudos, projetos, fiscalização, assistência técnica e introdução de portagens nas concessões SCUT;
- O Plano Rodoviário Nacional 2000 é realizado em 98% até 2041;

O valor do investimento total é amortizado em função da melhor estimativa das receitas a gerar no período da concessão.

A estimativa das receitas anuais teve por base os seguintes principais pressupostos:

- Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR), até 2013, assume o expresso no orçamento 2012 da EP. A partir de 2014, a CSR evolui com base num pressuposto de crescimento anual dos consumos de gasolina e gasóleo rodoviário de 0% e de evolução dos valores unitários por litro consumido, de acordo com o IPC (2%/ano). Adicionalmente, não foram consideradas as isenções sobre os consumos de biogolina e biogasóleo a partir de 2014;
- Receitas de portagens das subconcessões baseiam-se nos casos base, ou em estudos de tráfego efetuados por consultores especializados mais recentes, disponíveis à data da revisão e aprovação dos fluxos económico-financeiros para o período da Concessão.

Após a reversão das subconcessões para a EP, considera-se um crescimento de acordo com o IPC, com base no último ano destes estudos e casos base;

- Introdução com início em 2010, de portagens reais em SCUT's. Após a reversão das SCUT's para a EP, considera-se um crescimento de acordo com o IPC, com base em estudos de tráfego efetuados por consultores especializados mais recentes disponíveis à data;
- Concessões do Estado em regime de portagem real: após a reversão das concessões para a EP, considera-se um crescimento de acordo com o IPC, com base no último ano dos respetivos casos base ou em estudos de tráfego efetuados por consultores especializados mais recentes disponíveis à data;
- Em geral, as restantes receitas operacionais (receitas de áreas de serviço, telemática e outras) foram estimadas em 2012 para os próximos 3 anos, assumindo-se após esse período um crescimento nominal em linha com o IPC.

Com base nestes pressupostos, a amortização estimada para exercício de 2012 ascendeu a 209,2M€.

10 Ativos e passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados na Demonstração da posição financeira pelo seu valor bruto.

É convicção do Conselho de Administração que os resultados fiscais gerados no futuro permitirão a reversão da totalidade dos ativos por impostos diferidos registados.

Os ativos e passivos por impostos diferidos foram valorizados à taxa nominal de IRC que é exetável que sejam revertidos, sendo que foi utilizada uma taxa nominal de 31.5% nos impostos a reverter em 2013 e uma taxa nominal de 29% para os que se estima que revertam nos anos 2014 e seguintes.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

Impacto dos movimentos nas rubricas de Impostos diferidos

	31.12.2012	31.12.2011
Impacto na demonstração dos resultados		
Activos por impostos diferidos	24.133	14.388
Passivos por impostos diferidos	3.956	3.014
	<u>28.090</u>	<u>17.403</u>
Impactos no capital próprio		
Activos por impostos diferidos	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Impacto líquido dos impostos diferidos	<u>28.090</u>	<u>17.403</u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Provisões Plano Social	Provisão Estradas Desclassificadas	Provisão IVA	Conservação Periódica	Pensões	Ajustamento clientes	Outros	Total
A 1 de Janeiro de 2011	971	-	23.835	8.206	673	-	4.804	38.487
Alterações no período								
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão por resultados	(352)	-	-	(4.700)	-	-	(3.069)	(8.121)
Constituição por resultados	1.408	349	10.506	10.097	148	-	-	22.509
Movimento do período	1.056	349	10.506	5.397	148	-	(3.069)	14.388
A 31 de Dezembro de 2011	<u>2.027</u>	<u>349</u>	<u>34.341</u>	<u>13.604</u>	<u>821</u>	<u>-</u>	<u>1.735</u>	<u>52.876</u>

	Provisões Plano Social	Provisão Estradas Desclassificadas	Provisão IVA	Conservação Periódica	Pensões	Ajustamento clientes	Outros	Total
A 1 de Janeiro de 2012	2.027	349	34.341	13.604	821	-	1.735	52.876
Alterações no período								
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão por resultados	(841)	-	-	-	-	-	-	(841)
Constituição por resultados	772	1.618	6.511	15.944	-	129	-	24.974
Movimento do período	(68)	1.618	6.511	15.944	-	129	-	24.133
A 31 de Dezembro de 2012	<u>1.959</u>	<u>1.967</u>	<u>40.852</u>	<u>29.547</u>	<u>821</u>	<u>129</u>	<u>1.735</u>	<u>77.009</u>

Passivos por impostos diferidos – Movimentos do ano

	Transição de normativo	Total
A 1 de Janeiro de 2011	14.570	14.570
Alterações no período		
Constituição/reversão por capital	-	-
Constituição por resultados	628	628
Reversão por resultados	(3.642)	(3.642)
Movimentos do período	(3.014)	(3.014)
A 31 de Dezembro de 2011	11.555	11.555
	Transição de normativo	Total
A 1 de Janeiro de 2012	11.555	11.555
Alterações no período		
Constituição/reversão por capital	-	-
Constituição por resultados	-	-
Reversão por resultados	(3.956)	(3.956)
Movimentos do período	(3.956)	(3.956)
A 31 de Dezembro de 2012	7.599	7.599

11 Clientes e Outras contas a receber

No período findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a decomposição das rubricas de Clientes e Outras contas a receber, é como segue:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes	24.523	-	24.523	22.586	-	22.586
Clientes Cobrança Duvidosa	3.256	-	3.256	-	-	-
	27.779	-	27.779	22.586	-	22.586
Ajustamento clientes	(3.256)	-	(3.256)	-	-	-
Total Clientes	24.523	-	24.523	22.586	-	22.586
Acrescimo Rendimentos CSR	81.518	-	81.518	83.850	-	83.850
Fundos Comunitários	215	-	215	1.431	-	1.431
Outros	7.336	-	7.336	4.868	-	4.868
	89.069	-	89.069	90.149	-	90.149
Ajustamento de outras contas a receber	(5.982)	-	(5.982)	(5.982)	-	(5.982)
Total Outras contas a Receber	83.086	-	83.086	84.167	-	84.167

Acréscimo de Rendimentos CSR corresponde ao reconhecimento do proveito dos dois últimos meses do período contabilístico uma vez que a CSR é faturada e cobrada com esse mesmo desfasamento de tempo.

O valor de Fundos Comunitários corresponde aos valores de fundos comunitários de subsídios ao investimento a receber, considerando a despesa já incorrida e os pedidos de reembolso correspondentes efetuados.

Dos 24.523m€ de clientes a 31 de dezembro de 2012, 10.754m€ são referentes a valores a receber de portagens, apenas recebidas em janeiro de 2013 pela EP.

Antiguidade de saldos a receber de clientes

	Total em dívida	até 30 dias	de 30 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 361 dias
Cientes	24.523	17.437	2.756	1.322	3.008
Cientes Cobrança Duvidosa	3.256	-	5	98	3.153
Total	27.779	17.437	2.761	1.420	6.161

Os saldos com antiguidade elevada e não considerados de cobrança duvidosa resultam principalmente de saldos referentes a entidades públicas resultantes da execução de obras na RRN.

Ajustamento de Clientes

	31.12.2012	31.12.2011
Início Período	-	-
Aumentos	3.256	-
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
Fecho Período	3.256	-

O ajustamento de clientes resulta de valores de clientes, que, com base na análise efetuada às contas correntes foram considerados como de recuperabilidade duvidosa.

Ajustamento de Outras contas a receber

	31.12.2012	31.12.2011
Início Período	5.982	5.982
Aumentos	-	-
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
Fecho Período	5.982	5.982

A EP analisa periodicamente a qualidade dos seus saldos a receber, não tendo considerado necessário qualquer ajustamento adicional no período aos já registados, e não existiu adicionalmente qualquer alteração à situação dos saldos ajustados em períodos anteriores. Todos os saldos ajustados resultam da execução de obras na RRN.

12 Estado e outros entes públicos

No período findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos devedores e credores com o Estado são:

	31.12.2012		31.12.2011	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento	i) -	3.929	-	16.960
Total Passivos para imposto corrente	-	3.929	-	16.960
Retenção Imposto s/ Rendimento	-	367	-	388
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	ii) 592.443	-	479.479	-
Contribuições p/ SS, CGA e ADSE	-	1.458	-	991
Outros impostos	-	2	-	2
Total Estado e outros entes públicos	592.443	1.827	479.479	1.381

i) Para os períodos apresentados o saldo credor de IRC tem a seguinte decomposição:

	31.12.2012	31.12.2011
Pagamentos por conta	42.305	64.720
Retenções na fonte	67	33
Estimativa de IRC	(46.301)	(81.713)
Total	(3.929)	(16.960)

ii) Como referido nesta nota, na rubrica de Estado e outros entes públicos consta um saldo a receber de IVA no montante de 592.443m€, dos quais já foram efetuados pedidos de reembolso no valor de 227.562m€. Este saldo a recuperar resulta fundamentalmente do IVA deduzido pela EP na sua atividade, considerando que a EP tem direito a esta dedução devido ao facto do Estado ter arrecadado IVA sobre uma receita própria da EP - Contribuição de Serviço Rodoviário - o qual, segundo os mecanismos legalmente estabelecidos para a sua liquidação e cobrança, lhe foi entregue pelas distribuidoras de combustível.

A EP tem dois processos a correr, sendo o primeiro relativo ao pedido de reembolso de IVA até junho de 2009 e o segundo relativo ao pedido de reembolso de IVA de julho a setembro e dedução de outubro de 2009.

O primeiro processo, relativo ao pedido de reembolso de IVA até junho de 2009, veio a ser indeferido pela Autoridade Tributária e Aduaneira que emitiu notificações de liquidações adicionais de IVA e juros no montante de 277.124m€ e 11.697m€, respetivamente.

Não concordando com aquelas liquidações por as considerar indevidas, em 30 de novembro de 2010 a EP apresentou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada impugnação judicial do indeferimento ao Recurso Hierárquico, tendo o pedido da EP sido considerado improcedente em primeira instância já em janeiro de 2013. A EP, não concordando com a decisão, apresentou recurso da mesma em 6 de março de 2013.

O segundo processo, referente ao pedido de reembolso de IVA de julho a setembro e dedução de outubro de 2009, que também veio a ser indeferido pela AT, foram emitidas notificações de liquidações adicionais de IVA e juros no montante de 64.506m€ e 763m€ respetivamente. Em 29 de julho de 2011, a EP apresentou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada impugnação judicial do indeferimento ao Recurso Hierárquico, tendo o pedido da EP sido considerado improcedente em primeira instância já em janeiro de 2013. A EP, não concordando com a decisão, apresentou recurso da mesma em 11 de março de 2013.

Em resultado da evolução descrita do processo do IVA, a EP reforçou em 2012 a provisão no valor de 25.307m€, ascendendo o seu valor acumulado a 31 de dezembro de 2012 a 259.260m€, o que corresponde ao IVA que a EP estima que deixaria de receber da AT caso fosse considerado que a CSR não é uma receita sujeita a IVA. Ver Nota 18.

13 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2012 a Empresa tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	31.12.2012	31.12.2011
Seguros	1	24
Trabalhos especializados	115	562
Outros serviços	388	418
Gastos a reconhecer	504	1.004
Subsídios ao Investimento	10.357.212	10.371.714
Fee Assinatura Concessão Grande Lisboa	26.833	28.000
Fee Assinatura Concessão Douro Litoral	161.436	169.124
Venda Prazo Concessão Brisa	152.300	152.300
Rendimentos não correntes a reconhecer	10.697.781	10.721.138
Fee Assinatura Concessão Grande Lisboa	1.167	1.167
Fee Assinatura Concessão Douro Litoral	7.687	7.687
Contratos Promessa Compra e Venda - Imóveis	140	434
Outros rendimentos	1.334	164
Rendimentos correntes a reconhecer	10.329	9.452

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não prestados.

Os rendimentos a reconhecer resultam essencialmente de subsídios ao investimento no valor de 10.357M€, de recebimentos antecipados de rendimentos de concessões no valor de 340.6M€ e de valores de vendas de imóveis já faturados aquando do contrato de promessa de compra e venda que apenas serão reconhecidos como rendimentos no momento da escritura.

14 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2012, o detalhe de caixa e depósitos bancários apresentam os seguintes valores:

Detalhe da Caixa e depósitos bancários	31.12.2012	31.12.2011
Caixa	509	62
Depósitos bancários	35.613	335
Descobertos bancários	(5.144)	(25.887)
	30.977	(25.490)

De referir que estes não existem quaisquer restrições à movimentação destes valores.

Os descobertos bancários na Posição da Demonstração Financeira são apresentados no Passivo Corrente na rubrica de Financiamentos Obtidos conforme explicitado na Nota 20.

15 Capital

Em agosto de 2012 ocorreu um aumento de capital no valor de 134M€ através da emissão de 26.800 novas ações nominativas, de 5.000€ cada, subscritas ao par pelo acionista Estado Português, integralmente realizadas pela conversão de créditos detidos pelo Estado, resultantes da concessão pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) à EP de dois empréstimos que totalizavam 130M€, acrescidos de 4M€ de juros.

O capital social da EP — Estradas de Portugal, S. A., à data de 31 de dezembro de 2012 é composto por 92.800 ações nominativas escriturais de 5m€ cada representativas do capital social no valor de 464M€ e encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Estado, sendo detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças através do qual são exercidos os direitos do Estado como acionista.

16 Reservas

As rubricas “Reservas” registaram os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

	Reserva Estatutária - Geral	Reserva Estatutária - Investimento	Reserva de Transição	Total Outras Reservas	Reserva Legal	Total
1 de Janeiro de 2011	12.775	73.512	48.232	134.518	51.140	185.658
Adições	10.251	38.714	-	48.965	5.125	54.090
Regularização por resultados	-	-	3.014	3.014	-	3.014
Alienações	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2011	23.025	112.226	51.246	186.497	56.265	242.762
Adições	14.377	38.735	-	53.112	7.189	60.301
Regularização por resultados	-	-	3.957	3.957	-	3.957
Alienações	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2012	37.403	150.961	55.203	243.566	63.454	307.020

De acordo com o art.º 22º do Decreto-Lei nº 374/2007 de 7 de novembro a EP deve constituir anualmente as seguintes reservas:

- a) Reserva geral - Uma percentagem não inferior a 10% dos resultados de cada exercício, apurados de acordo com as normas contabilísticas vigentes, é destinada à constituição da reserva geral.
- b) Reserva para investimentos:
 - i) A parte dos resultados apurados em cada exercício que lhe seja anualmente destinada;

- ii) As receitas provenientes de participações, subsídios, subvenções ou quaisquer compensações financeiras de que a empresa seja beneficiária e destinadas a esse fim;
- iii) Os rendimentos especialmente afetos a investimentos

17 Subsídios ao Investimento

A rubrica do Passivo Não Corrente “Diferimentos” incorpora os subsídios ao investimento recebidos pela EP e ainda não reconhecidos por via de resultados e regista os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de dezembro de 2012:

Subsídios ao Investimento	
A 31 de Dezembro de 2010	10.405.046
Aumentos	7.909
Abates	(2.505)
Depreciações	(38.735)
31 de Dezembro de 2011	10.371.714

Subsídios ao Investimento	
A 31 de Dezembro de 2011	10.371.714
Aumentos	29.591
Abates	-
Depreciações	(44.094)
31 de Dezembro de 2012	10.357.212

18 Provisões para outros riscos e encargos

A evolução das provisões para Outros riscos e encargos é como segue:

	Riscos Gerais	Expropri.	Empreitadas	Pensões	Estradas Desclas.	Plano Social	Emp. Fase Negocial	Processo IVA	Total
A 1 de Janeiro de 2011	26.943	101.929	60.828	4.163	413.014	3.348	22.057	189.537	821.819
Dotação	4.696	5.359	15.732	285	1.107	4.216	794	44.416	76.606
Redução	(12.807)	(22.395)	(6.727)	(1.054)	(2.815)	(1.129)	(21.453)	-	(68.379)
A 31 de Dezembro de 2011	18.832	84.893	69.834	3.394	411.306	6.435	1.398	233.953	830.045
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	18.832	84.893	69.834	3.394	411.306	6.435	1.398	233.953	830.046
	18.832	84.893	69.834	3.394	411.306	6.435	1.398	233.953	830.046

	Riscos Gerais	Expropri.	Empreitadas	Pensões	Estradas Desclas.	Plano Social	Emp. Fase Negocial	Processo IVA	Total
A 1 de Janeiro de 2012	18.832	84.893	69.834	3.394	411.306	6.435	1.398	233.953	830.046
Dotação	858	1.516	16.501	-	5.137	2.452	352	25.307	52.123
Redução	(3.562)	(12.420)	(33.123)	(772)	(4.088)	(2.669)	(1.164)	-	(57.799)
A 31 de Dezembro de 2012	16.128	73.989	53.211	2.622	412.354	6.218	587	259.260	824.370
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	16.128	73.989	53.211	2.622	412.354	6.218	587	259.260	824.370
	16.128	73.989	53.211	2.622	412.354	6.218	587	259.260	824.370

Provisões para Processos judiciais em curso

- Riscos gerais:

Da análise realizada pelo Gabinete Jurídico foi admitido um risco de 16.128m€ reportado a 31 de dezembro 2012 inerente a responsabilidades potenciais de processos de contencioso geral sem conexão com empreitadas.

- Expropriações

Esta provisão foi constituída para fazer face ao risco da EP vir a efetuar pagamentos adicionais relativos aos processos de expropriação que se encontram em litígio. Esta resulta da consulta realizada pelo Gabinete Jurídico aos advogados externos e internos dos processos.

Do total de 12.420m€ reduzidos a esta provisão, 8.269m€ são respeitantes a pagamentos de processos findos no exercício, dos quais 7.780m€ são correspondentes a processos expropriativos de concessões do Estado e apenas 489m€ a obra própria da EP.

É de referir que pela sua natureza a totalidade dos reforços e reduções desta provisão tem como contrapartida ativos intangíveis em curso.

- Empreitadas:

No caso dos Processos de Contencioso Geral Com Conexão com Empreitada, da análise efetuada pelos advogados externos e internos aos processos, foi estimado um risco de 53.211m€. Este valor é influenciado pelo aumento desta provisão no período em cerca de 16.501m€ dos quais 16.425m€ correspondem a processos novos. É de referir que pela sua natureza a totalidade dos reforços e reduções desta provisão tem como contrapartida ativos intangíveis em curso.

- **Processo IVA:**

Foi decidido em 2010, por uma questão de prudência e em resultado da evolução do processo do IVA descrito na nota 12, a constituição de uma provisão para o processo do IVA que se estima ser o impacto de uma decisão desfavorável à EP.

Uma vez que a questão que originou o diferendo entre a EP e a AT foi a aceitação ou não da CSR como uma receita sujeita a IVA, foi constituída uma provisão que equivale à totalidade do IVA deduzido pela EP em atividades financiadas pela CSR. De referir ainda que a contrapartida desta provisão foi efetuada com base na classificação contabilística da despesa que originou o IVA dedutível, ou seja, IVA deduzido relativo a gastos do exercício foi provisionado por contrapartida de gastos (20.670m€) e o IVA deduzido relativo à aquisição ou construção de ativos foi provisionado por contrapartida de ativo (4.637m€).

Provisões para outras situações não Contenciosas

- **Provisão para Estradas Desclassificadas**

A provisão registada reflete a melhor estimativa para cumprir com as obrigações de requalificação das estradas desclassificadas, ainda a cargo da Empresa e o respetivo custo de requalificação expectável. A concretização dos Protocolos de Transferência para a tutela das Autarquias originou a utilização desta provisão no valor de 4.088m€, tendo a mesma sido ainda reforçada em 5.137m€, reforço esse originado principalmente pela desclassificação de estradas nacionais resultantes da construção de novas vias através de subconcessões.

- **Provisão para Plano Social**

Esta provisão destina-se a fazer face aos compromissos com o Plano Social de Racionalização de Quadros já assumidos pela EP a 31 de dezembro de 2012.

- **Provisão para Empreitadas em fase negocial**

De acordo com a informação recebida dos serviços competentes, a melhor estimativa de risco associada a estes processos ascende a 587m€.

19 Obrigações de benefícios de reforma e outros

A EP tem atribuídos benefícios de pensões de reforma antecipada temporária e complementos de pensões de reforma e sobrevivência (doravante designado de plano de pensões), que a 31 de dezembro de 2012 apresenta o valor de 2.622m€

➤ Plano de Pensões

Os complementos de reforma e sobrevivência atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos, em que a EP efetua pagamentos de reforma antecipada a um grupo fechado de colaboradores que foram abrangidos por este programa até ao momento da sua reforma pela Caixa Geral de Aposentações.

O plano de pensões não tem fundo constituído, sendo a respetiva responsabilidade coberta por uma provisão específica.

Foi contratada a realização de um estudo atuarial a uma empresa especializada, com referência a 31 de dezembro de 2011 para avaliar esta responsabilidade, que teve por base os seguintes pressupostos principais:

Principais Pressupostos	
Taxa de desconto	4,0%
Taxa de crescimento das pensões	1,0%
Tábua de mortalidade	Tábua francesa TV 88/90

A 31 de dezembro de 2012 existem os seguintes planos de benefícios ativos:

Reformas Antecipadas Temporárias	
Legislação	Art. 12º do Decreto-Lei nº 237/99 de 25 de Junho, art. 10º do Decreto-Lei nº 227/2002 de 30 de Outubro e art. 16º do Decreto-Lei nº 239/2004, de 21 de Dezembro
Elegibilidade	Trabalhadores da Ex-JAE, que em 31 de Dezembro de 2000, tivessem 30 ou mais anos de serviço ou 50 ou mais anos de idade e pelo menos 20 anos de serviço
Data fim do pagamento	Data em que o aposentado atinja os 60 anos de idade com 36 anos de serviço, na presunção que se tivesse mantido ao serviço da empresa, ou complete 70 anos de idade
Atualização	De acordo com a portaria dos aumentos para a função pública
Numero de pagamentos anuais	As pensões são pagas 14 vezes por ano, com exceção dos anos 2012 e 2013 onde o pagamento dos subsídios de férias e de Natal é o seguinte: abaixo de 600€ são pagos ambos; entre 600 e 1.100€ apenas 1 e acima dos 1.100 € não há lugar a pagamento de subsídios.

Acidentes de trabalho - Pensões de Invalidez	
Legislação	Lei nº2127, de 3 de Agosto de 1965
Data fim do pagamento	Vitalício
Atualização	Por decisão do tribunal e a pedido do Ministério Público
Numero de pagamentos anuais	As pensões são pagas 13 vezes por ano

Acidentes de trabalho - Pensões de Sobrevivência	
Legislação	Decreto-Lei nº 38523, de 23 de Novembro de 1951
Elegibilidade	Cônjuges, enquanto mantiverem o estado civil de viúvos e filhos até aos 18 anos ou 21 se frequentarem o ensino secundário ou equiparado e, independentemente da idade, se sofrerem de incapacidade absoluta e permanente para o trabalho
Data fim do pagamento	Vitalício
Atualização	De acordo com a portaria dos aumentos para a função pública
Numero de pagamentos anuais	As pensões são pagas 14 vezes por ano

A movimentação desta responsabilidade no decorrer dos anos de 2011 e 2012 foram os seguintes:

01 de Janeiro de 2011	4.163
Benefícios Pagos	(1.054)
(Ganhos) / Perdas actuariais	285
31 de Dezembro de 2011	3.394
Benefícios Pagos	(772)
(Ganhos) / Perdas actuariais	-
31 de Dezembro de 2012	2.622

Dado que estamos perante uma provisão referente a responsabilidades sobre benefícios atribuídos a um grupo já reduzido de beneficiários, cerca de 42, por um período de tempo limitado e que o valor da provisão foi considerado como pouco significativo, foi opinião do Conselho de Administração que não era necessária a avaliação anual sobre estas responsabilidades por empresa especializada. Esta responsabilidade foi avaliada assim por meios internos, tendo a mesma sido considerada como adequada.

20 Financiamentos Obtidos

O detalhe dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel Comercial	24.149	-	24.149	319.078	-	319.078
Empréstimos Obrigacionistas	-	125.000	125.000	-	125.000	125.000
Empr. Banc. em Conta Corrente	-	200.659	200.659	125.000	200.659	325.659
Descobertos Bancários	5.144	-	5.144	25.887	-	25.887
Outros Empréstimos	-	-	-	130.000	-	130.000
	29.293	325.659	354.952	599.965	325.659	925.624
Gastos com financiamento - especialização	(4.833)	-	(4.833)	11.393	-	11.393
Gastos com financiamento (antecipação)	27.986	-	27.986	(6.227)	-	(6.227)
	52.446	325.659	378.105	605.131	325.659	930.790

Os "Outros empréstimos" existentes a 31 de dezembro de 2011 são outros financiamentos do Estado Português à EP, que foram em 2012 convertidos em capital para realização do aumento de capital ocorrido em Agosto de 2012, conforme descrito na nota 15. Considerando a atual conjuntura dos mercados financeiros, o acionista deverá manter o seu apoio à empresa, dotando-a dos meios necessários para suprir as necessidades de financiamento, nomeadamente no curto prazo. Ver adicionalmente nota 21.

A exposição dos empréstimos da EP às alterações das taxas de juro nos períodos contratuais em curso é a seguinte:

	31.12.2012	31.12.2011
Taxas de juro variáveis		
correntes	29.293	599.961
não correntes	-	-
	29.293	599.961

No que respeita à maturidade dos empréstimos não correntes, esta decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2012	31.12.2011
Entre 2 e 5 anos	40.132	-
Superior a 5 anos	285.527	325.659
	325.659	325.659

Estes financiamentos têm uma taxa média de financiamento de 4.17%

A 31 de dezembro de 2012, a EP possuía ainda linhas de crédito contratadas e não utilizadas no valor de cerca de 100M€

21 Suprimentos

Em 31 de dezembro de 2012, o detalhe da rubrica de Suprimentos é como segue:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Contrato de Suprimentos	426.250	2.159.350	2.585.600	-	1.705.000	1.705.000
	426.250	2.159.350	2.585.600	-	1.705.000	1.705.000

Estes contratos de suprimentos tiveram como objetivo permitir à EP reembolsar algumas linhas de crédito e satisfazer necessidade de financiamento da empresa no ano de 2012.

Estes financiamentos são remunerados a diferentes taxas fixas nominais anuais, acordadas com a DGTF, em função dos valores e datas dos respetivos desembolsos financeiros.

No que respeita à maturidade dos suprimentos, esta decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2012	31.12.2011
Entre 2 e 5 anos	2.159.350	1.705.000
Superior a 5 anos	-	-
	2.159.350	1.705.000

Estes suprimentos têm uma taxa média de financiamento de 4.01%.

22 Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2012, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos						
Fornecedores gerais i)	9.564	-	9.564	20.165	-	20.165
Outros credores						
Credores diversos	1.385	-	1.385	1.165	-	1.165
Acréscimos de gastos						
Construção de Subconcessões ii)	-	3.375.616	3.375.616	-	2.463.655	2.463.655
Conservação Periódica de Estradas iii)	101.887	-	101.887	46.909	-	46.909
Férias e sub. férias iv)	3.856	-	3.856	2.087	-	2.087
Outros v)	28.159	-	28.159	30.179	-	30.179
Outras contas a pagar	144.852	3.375.616	3.520.468	100.505	2.463.655	2.564.160

- i) Fornecedor de investimentos – esta rubrica refere-se maioritariamente aos valores faturados pela execução de empreitadas em obras próprias.
- ii) Nesta conta está registada a responsabilidade da EP para com as subconcessionárias pelos serviços de construção e operação e manutenção já efetuados por estas no valor de 3.137.235m€ e as responsabilidades resultantes da transferência da A21 para a EP ocorrida em 2010 que a 31 de dezembro de 2012 ascende a 238.381m€
- iii) Esta conta representa a responsabilidade da EP de manter ou repor a infraestrutura em determinados níveis de serviço e é constituída ao longo do período que decorre até à data prevista de execução dos trabalhos.
- iv) O valor do acréscimo de gastos com férias e subsídios de férias encontra-se apurado conforme decisão do Tribunal Constitucional sobre a Lei do Orçamento de Estado de 2013, ou seja, os subsídios de férias em 2013 serão pagos na totalidade e portanto significativamente superiores aos pagos em 2012.
- v) Os outros incluem fundamentalmente valores a pagar pela EP referentes ao seu contrato de concessão com o Estado no valor de 24.037m€

23 Outros passivos não correntes

	31.12.2012		31.12.2011	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Sw ap de Taxa de Juro	-	14.195	-	11.892
Total	-	14.195	-	11.892

	Nocional	Data Maturidade	Periodicidade	Taxas trocadas	Justo Valor
Sw ap de Taxa de Juro	125.000	15-07-2030	Anual	EP recebe: 6.45% EP Paga: Anos 1-3 6.20%; Anos 4-5 8.20% - [35% x CIP]; Anos 6-7 8.20% - [30% x CIP]; Anos 8-20 8.20% - [25% x CIP]; Cap= 7.20%; Floor=0.00%;	14.195

CIP : Performance cumulativa do Index = [Cupão Index (t) / Index Inicial] - 1; Index : DB USD PULSE Index [Bloomberg DBPPULSU Index]

O saldo desta rubrica refere-se ao instrumento financeiro de cobertura negociado pela EP em vigor a 31 de dezembro de 2012 que respeita a um "swap" contraído no segundo semestre de 2010 com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimo obrigacionista de 125.000m€

Este instrumento de cobertura de taxa de juro encontra-se contabilizado como para negociação, avaliado pelo seu justo valor, à data da Demonstração da posição financeira, determinado por avaliação efetuada por empresa especializada independente e corresponde ao valor "mark-to-market" determinado com base nas condições acordadas e a curva de taxas de juro de mercado estimadas, à data da Demonstração da posição financeira, e em que as alterações de justo valor são registadas por resultados.

24 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2012, os saldos de fornecedores correspondem a:

	31.12.2012	31.12.2011
Fornecedores conta corrente	11.991	14.438
Total saldo fornecedores - correntes	11.991	14.438
Adiantamentos a fornecedores (saldo devedor)	16.151	1.650
Total saldo adiantamentos fornecedores	16.151	1.650

A variação significativa registada na conta de adiantamentos a fornecedores é resultado da aplicação do regime transitório dos contratos de cobrança de portagens nas Concessões Algarve, Beira Litoral e Alta, Beira Interior e Interior Norte, em que os operadores se encontram a reter receitas de portagens da EP como acordado para o desenvolvimento da atividade de cobrança de portagens até à finalização do respetivo contrato de prestação de serviços.

25 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e serviços prestados reconhecido na Demonstração do rendimento integral, é detalhado como segue:

		31.12.2012	31.12.2011
Prestações de Serviços			
Contratos de Construção	i)	939.486	1.356.658
Contribuição de Serviço Rodoviário	ii)	511.745	546.042
Portagens	iii)	211.885	132.533
Licenciamentos		6.342	7.555
Outros		3.613	2.948
Vendas e prestações de serviços		1.673.070	2.045.736

i) Contratos de construção

Esta conta representa os rendimentos da EP com a sua atividade de construção da RRN de acordo com o definido no seu Contrato de Concessão. Esta inclui a totalidade das atividades de construção da EP por via direta ou subconcessão.

O detalhe de contratos de construção, nos períodos relatados, é como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Construção de Novas Infra-estruturas	19.403	72.790
Rede Subconcessionada - Construção	709.889	1.080.655
Encargos Financeiros Capitalizados	210.194	203.214
	939.486	1.356.658

Os valores correspondentes à construção de Novas Infraestruturas são atividades de construção de gestão direta da EP e são apurados com base nos autos de acompanhamento das obras mensais pelo que refletem a evolução física das obras em curso acrescidos dos gastos diretamente atribuíveis à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A construção da Rede Subconcessionada é apurada tendo por base os valores de construção contratados para cada subconcessão e a percentagem de acabamento reportada à EP por cada subconcessionário, pelo que reflete a evolução física da obra e é assim independente do fluxo de faturação.

Os encargos financeiros capitalizados correspondem aos encargos financeiros da EP no decorrer da fase de construção e são compostos quer por encargos financeiros bancários utilizados para o financiamento da aquisição da Rede Concessionada do Estado e que correspondem à totalidade dos encargos com este tipo de financiamento uma vez que o investimento efetuado nesta rede foi superior ao incremento do endividamento anual, quer pela remuneração contabilística da dívida das subconcessionárias correspondente aos troços ainda

em construção à qual é aplicada a taxa implícita no caso base de cada contrato, resultante de os fluxos financeiros não acompanharem a evolução física das obras, sendo que estas taxas teóricas variam entre os 5% e os 9%.

ii) Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR)

Um dos principais réditos é a Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) criada pela Lei nº 55/2007, de 31 de agosto. Este rédito constitui a contraprestação paga pelos utilizadores pelo uso da rede rodoviária nacional e incide sobre a gasolina e o gasóleo rodoviário sujeitos ao imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) e dele não isento. O valor da contribuição de serviço rodoviário para 2012 é de 65,47€/1.000 litros para a gasolina e de 87,98€/1.000 litros para o gasóleo rodoviário. O encaixe financeiro é realizado com um desfazamento de cerca de dois meses relativamente à data de cobrança, pelo que se procede à especialização do rédito do exercício.

iii) Portagens

A EP iniciou a sua atividade de cobrança de portagens em concessões do Estado em julho de 2010 com a transferência para a EP das concessões Grande Lisboa e Concessão Norte. Em outubro de 2010 iniciou-se o processo de cobrança de portagens em regime de *Multi-Lane Free Flow* (MLFF) nas anteriores SCUT Costa de Prata, Grande Porto e Norte Litoral e a dezembro de 2011 na Via do Infante - Concessão do Algarve, na A23 - Concessão da Beira Interior, A24 - Concessão do Interior Norte e A25 - Concessão das Beira Litoral e Alta.

Ainda em setembro de 2010 foi ainda transferido para a EP a exploração da A21, via que é também portajada.

Em setembro de 2011, iniciou-se a cobrança de portagens da subconcessão Transmontana e em novembro de 2011 iniciou-se a cobrança de portagens nas Subconcessões Pinhal Interior e Litoral Oeste, nos troços portajados já finalizados.

Em maio de 2012 iniciou-se igualmente a cobrança de portagens na subconcessão Baixo Tejo.

26 Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Esta conta representa os gastos da EP com a sua atividade de construção da RRN de acordo com o definido no seu Contrato de Concessão. Esta inclui a totalidade das atividades de construção da EP por via direta ou subconcessão.

		31.12.2012	31.12.2011
Construção de Novas Infra-estruturas	i)	18.136	71.281
Rede Subconcessionada - Construção	ii)	708.674	1.079.751
Capitalização Portagens Concessões	iii)	175.286	113.909
		902.097	1.264.941

- i) Os valores correspondentes à construção de Novas Infraestruturas são atividades de construção de gestão direta da EP e são apurados com base nos autos de acompanhamento das obras mensais pelo que refletem a evolução física das obras em curso.
- ii) A construção da Rede Subconcessionada é apurada tendo por base os valores de construção contratados para cada subconcessão e a percentagem de acabamento reportada à EP por cada subconcessionário, pelo que reflete a evolução física da obra e é assim independente do fluxo de faturação.
- iii) Assim como definido na nota 3.18 (iv) os valores recebidos pela EP relativos a portagens em concessões do Estado (líquidos dos gastos de cobrança) são deduzidos ao investimento da EP na aquisição dos direitos sobre esta mesma rede Concessionada. A contrapartida dessa dedução é registada nesta rubrica.

27 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		31.12.2012	31.12.2011
Conservação Periódica de Estradas	i)	82.700	82.700
Conservação Corrente e Segurança	ii)	51.814	54.269
Encargos Cobrança Portagens		18.343	13.527
Encargos Cobrança CSR	iii)	10.235	10.921
Operação e Manutenção Subconcessões	iv)	14.185	6.251
Rendas e Alugueres		2.501	2.657
Outros		8.039	7.480
Fornecimentos e serviços externos		187.816	177.804

- i) Conservação Periódica de Estradas – Este custo corresponde ao reconhecimento do acréscimo de responsabilidade da EP dos gastos necessários à manutenção do nível de serviço das vias e obras de arte que lhe é imposto pelo seu Contrato de Concessão. Este valor não corresponde a uma necessidade de investimento em conservação no próprio período mas sim ao valor correspondente ao período do registo da responsabilidade de efetuar a intervenção conforme descrito na nota 22 iii).
- ii) Conservação Corrente e Segurança – Nesta conta estão contabilizados os gastos do exercício com intervenções de conservação corrente de vias e obras de arte e com segurança rodoviária.
- iii) Os encargos de cobrança da CSR correspondem a 2% da CSR retido pela AT pela prestação do serviço de apuramento e cobrança da CSR.
- iv) Os encargos com operação e manutenção de subconcessões resultam do reconhecimento contabilístico da operação e manutenção efetuada pelas

subconcessionárias no âmbito dos contratos de subconcessão em vigor. O pagamento destes valores terá início em 2014, conforme contratado.

28 Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal, incorridos durante 2012, foram como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Remunerações		
Orgãos sociais	379	532
Pessoal	27.474	27.440
	27.853	27.972
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	5.035	4.640
Custos de acção social	462	680
Outros	148	250
Sub-total	5.645	5.570
Custos com o pessoal	33.498	33.543

Em 2012 o efetivo médio acrescido dos membros do órgão de gestão da empresa situou-se em 1.176 (sendo que no ano anterior se apurava em 1.169).

29 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Amortização de subsídios ao investimento i)	44.094	38.735
Proveitos com Fees Assinatura Concessões ii)	8.854	8.854
Ganhos na venda activos tangíveis iii)	4.229	2.919
Outros (inferiores a 1.000 m€)	4.566	2.219
	61.742	52.727

- i) Rendimento reconhecido pela amortização dos subsídios ao investimento não reembolsáveis reconhecidos no Passivo.
- ii) Este proveito resulta do reconhecimento no ano da parcela correspondente do valor recebido aquando da assinatura das Concessões Grande Lisboa e Douro Litoral.
- iii) Mais-valias resultantes das vendas de imóveis e parcelas sobrantas.

30 Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de Outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

	31.12.2012	31.12.2011
Taxa de Regulação das Infra -Estruturas Rodoviárias (TRIR)	2.921	2.809
Impostos	290	275
Correcções relativas a anos anteriores	27	371
Indemnizações a Terceiros	1.017	204
Outros	150	447
	4.404	4.107

31 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros nos exercícios de 2012 e 2011 é como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Gastos financeiros		
Gastos Financiamento	115.938	104.474
Gastos financeiros Contratos Subconcessão i)	177.773	101.736
Serviços Bancários	2.013	9.364
Gastos financeiros outras dividas Médio Longo Prazo ii)	11.360	11.524
Variação justo valor sw aps iii)	2.109	1.105
Outros gastos Financeiros	2.245	1.724
	311.437	229.928
Rendimentos financeiros		
Variação justo valor do sw ap iii)	-	-
Juros obtidos	272	138
	272	138

- i) Os gastos financeiros Contratos Subconcessão englobam os gastos com a atualização financeira da dívida às subconcessionárias pela obra / serviços prestados que apenas serão faturados no futuro de acordo com os termos estipulados nos contratos de subconcessão.
- ii) Os gastos financeiros de outras dívidas de médio e longo prazo correspondem aos encargos do presente exercício com as responsabilidades assumidas relativas à transferência da A21. Ver nota 22 ii).
- iii) Nesta linha encontra-se registado o gasto com a variação do justo valor de um instrumento financeiro derivado, SWAP taxa de juro com maturidade de 15 de julho de 2030 e que tem como montante subjacente 125M€, que se destinou a minimizar o risco de exposição a variação de taxa de juro.

Do total de 311.447m€ de gastos financeiros, 93.914m€ resultam dos financiamentos obtidos junto do acionista.

O incremento significativo dos gastos com financiamento resulta essencialmente do aumento significativo do valor do passivo relativo às Subconcessões, conforme descrito na nota 22.

32 Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Imposto s/ rendimento corrente	45.836	76.591
Imposto s/ rendimento diferido	(28.090)	(17.403)
Imposto sobre o rendimento	17.746	59.188

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama Estadual	⁽¹⁾ 5,00%	⁽²⁾ 2,50%
Imposto sobre o rendimento	31,50%	29,00%

(1) 3% sobre os resultados entre 1.5M€ e 10M€ e 5% na parcela que excede os 10M€

(2) 2,5% sobre a parcela de resultados que ultrapassa os 2M€

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Resultado antes de imposto	54.434	202.960
Taxa nominal de imposto	26,5%	26,5%
	14.425	53.784
Gastos contabilísticos não dedutíveis fiscalmente	22.173	17.944
Gastos fiscais não contabilísticos	(912)	(525)
Proveitos contabilísticos não fiscalmente relevantes	(465)	(5.122)
Imputação variações patrimoniais de transição	3.328	3.328
Efeito correcção imposto diferido	(28.090)	(17.403)
Derrama Estadual	7.116	6.981
Tributação autónoma	170	200
	17.746	59.188
Taxa efectiva de imposto	32,6%	29,2%

33 Ativos e passivos financeiros por categoria

A decomposição de ativos e passivos financeiros por categoria é a seguinte:

31-12-2011	Créditos e valores a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Activos/Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Activos/passivos não financeiros	Total
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	397	-	-	-	-	397
Clientes e outras contas a receber	22.586	-	-	-	-	22.586
Outras contas a receber	84.167	-	-	-	-	84.167
Total activos financeiros	107.150	-	-	-	-	107.150
Passivos						
Financiamentos obtidos	-	-	-	930.790	-	930.790
Suprimentos	-	-	-	1.705.000	-	1.705.000
Outros passivos não correntes	-	-	11.892	-	-	11.892
Fornecedores	-	-	-	14.438	-	14.438
Outras contas a pagar	-	-	-	2.562.101	2.059	2.564.160
Total passivos financeiros	-	-	11.892	5.212.328	2.059	5.226.280

31-12-2012	Créditos e valores a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Activos/Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Activos/passivos não financeiros	Total
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	36.122	-	-	-	-	36.122
Clientes e outras contas a receber	24.523	-	-	-	-	24.523
Outras contas a receber	83.086	-	-	-	-	83.086
Total activos financeiros	143.732	-	-	-	-	143.732
Passivos						
Financiamentos obtidos	-	-	-	378.105	-	378.105
Suprimentos	-	-	-	2.585.600	-	2.585.600
Outros passivos não correntes	-	-	14.195	-	-	14.195
Fornecedores	-	-	-	11.991	-	11.991
Outras contas a pagar	-	-	-	3.516.632	3.836	3.520.468
Total passivos financeiros	-	-	14.195	6.492.329	3.836	6.510.360

A hierarquia do justo valor utilizado na mensuração de ativos e passivos financeiros é a seguinte:

31-12-2011	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Activos financeiros ao justo valor por via de resultados	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros				
Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	-	11.892	-	11.892
	<u>-</u>	<u>11.892</u>	<u>-</u>	<u>11.892</u>

31-12-2012	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Activos financeiros ao justo valor por via de resultados	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros				
Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	-	14.195	-	14.195
	<u>-</u>	<u>14.195</u>	<u>-</u>	<u>14.195</u>

34 Contingências

A Empresa tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Banco	Objecto	31.12.2012	31.12.2011
Barclays	Contrato de Concessão	2.000	2.000
BES	Processo IVA	148.414	148.414
BES	Processo Expropriativo	180	579
BPI	Processo Expropriativo	2.804	2.498
BPI	Processo Judicial	126	447
CGD	Processo Expropriativo	-	11
Totta	Processo Expropriativo	116	147
		<u>153.641</u>	<u>154.096</u>

As garantias relativas ao processo do IVA, prestadas em 2010, resultam da necessidade do cumprimento de uma exigência legal da AT para poder suspender o procedimento executivo do valor considerado por esta em dívida pela EP resultante do processo descrito na nota 12.

35 Compromissos

Os compromissos da EP resultam fundamentalmente da sua obrigação de cumprir com os compromissos assumidos relativos aos contratos de subconcessão e à substituição do Estado nos seus pagamentos e recebimentos da Rede Concessionada.

Os encargos líquidos da EP com Concessões Rodoviárias do Estado e Subconcessões, incluindo as receitas de portagem após o término dos contratos de concessão do Estado com os parceiros privados, que são receitas da EP, de acordo com o seu contrato de concessão, a preços constantes e com IVA, conforme os valores enviados à Direção Geral do Tesouro e Finanças que serviram de base aos valores apresentados no quadro correspondente no Relatório do Orçamento de Estado para 2013, resumem-se aos apresentados no quadro seguinte:

Encargos Concessões (M€)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Encargos Brutos	1.403	1.164	1.258	1.235	1.242	1.221	1.210	1.199	1.182	1.024
Receitas	(271)	(341)	(388)	(408)	(433)	(466)	(495)	(500)	(503)	(514)
Encargos Líquidos	1.132	823	870	827	809	755	715	699	679	510
Encargos Concessões (M€)	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Encargos Brutos	975	1.013	934	871	852	841	754	688	576	508
Receitas	(521)	(729)	(630)	(641)	(637)	(786)	(818)	(924)	(929)	(941)
Encargos Líquidos	454	284	304	230	215	55	(64)	(236)	(353)	(433)
Encargos Concessões (M€)	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043
Encargos Brutos	521	644	666	660	681	412	267	258	258	258
Receitas	(943)	(1.348)	(2.425)	(2.434)	(2.460)	(2.384)	(2.239)	(2.259)	(2.271)	(2.282)
Encargos Líquidos	(421)	(703)	(1.759)	(1.775)	(1.779)	(1.972)	(1.972)	(2.002)	(2.013)	(2.025)
Encargos Concessões (M€)	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050			
Encargos Brutos	258	258	258	258	258	258	258			
Receitas	(2.294)	(2.306)	(2.318)	(2.330)	(2.342)	(2.354)	(2.366)			
Encargos Líquidos	(2.036)	(2.048)	(2.060)	(2.072)	(2.084)	(2.096)	(2.109)			

36 Informações exigidas por diplomas legais

- a) Nos termos do nº 1 do art.º 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Empresa confirma não ser devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social; mais informa não ser devedora de qualquer dívida perante a Fazenda Nacional.
- b) Impacto da atividade da EP nas Contas Nacionais e Contas Públicas (Base 12, número 3, alínea c) do Decreto-Lei nº 110/2009 de 18 maio).

a. Contas Nacionais:

Após consulta ao Instituto Nacional de Estatística (INE) entende-se que todas as rubricas contabilísticas da EP têm impacto direto nas contas nacionais. Os fluxos que a EP estabelece com unidades fora do perímetro das Administrações Públicas terão efeito direto nos agregados das administrações públicas (défice e/ou dívida), impacto cujo efeito e magnitude dependerá das operações em causa. Assim, exemplificando: quando a EP, SA recebe juros de aplicações financeiras, contribui positivamente para o saldo das Administrações Públicas; quando a EP paga serviços prestados por Sociedades está a aumentar a despesa pública e o défice; se a EP se financiar junto do sector financeiro ou do Resto do Mundo, está a aumentar a dívida pública.

Pela própria natureza do sistema de contas nacionais, a estimativa do impacto de uma única unidade deve ser tomada como meramente indicativa. Consistindo num sistema integrado, para evidenciar as relações económicas subjacentes de forma mais explícita, a metodologia das contas nacionais estabelece que as operações de uma unidade ou conjunto de unidades, por vezes, sejam objeto de transformações cujo efeito analítico só faz sentido no conjunto mais alargado do sistema de contas.

b. Contas Públicas:

A prestação de contas numa ótica de contabilidade pública adota a denominada base de caixa, em que se procede ao registo de fluxos financeiros – pagamentos e recebimentos.

Na ótica de contabilidade pública, até final de 2011, a EP não fez parte do perímetro de consolidação das Administrações Públicas. Nesta medida, as contas da EP não eram consideradas para efeitos do apuramento do saldo e das contas das Administrações Públicas.

De referir que em meados de 2011, a EP foi integrada nas Entidades Públicas Reclassificadas passando a ser equiparada a Serviços e Fundos Autónomos, sendo assim integrada no universo do Orçamento de Estado com efeitos a partir da elaboração do Orçamento para 2012 e execução do ano de 2012.

- c) **Informação financeira prospetiva** - compromissos assumidos, informação previsional de carácter plurianual, para o período da concessão, sobre a atividade da concessionária, nomeadamente quanto a resultados, necessidades de financiamento, dividendos a pagar ao acionista e impostos sobre os resultados (Base 12, número 4, alínea b) do Decreto-Lei nº 110/2009 de 18 maio):

Informação Previsional - Compromissos assumidos até 31-12-2012

A tabela I diz respeito à Informação Previsional dos fluxos financeiros futuros para a EP à data de 31 de dezembro de 2012, tendo presente os compromisso já assumidos pela empresa. De referir que serão necessários efetuar investimentos no decorrer do contrato de concessão da EP por forma a cumprir o PRN 2000 cujos fluxos financeiros de despesa e receita não se encontram contemplados nos valores presentes no quadro seguinte. Os valores apurados incluem já a estimativa dos impactos das renegociações dos contratos de concessão e subconcessão em curso. Foram projetados os resultados líquidos anuais, as necessidades de financiamento anuais, os dividendos a pagar e os impostos sobre o rendimento (IRC).

INFORMAÇÃO PREVISIONAL - COMPROMISSOS ASSUMIDOS ATÉ 31.12.2012

Valores a preços correntes

m€	2014	2015	2016	2025	2035	2045	2055	2065	2075	2082
Resultado Líquido	(201.599)	153.339	(17.649)	(50.511)	424.889	2.883.121	5.006.248	7.704.572	12.901.431	19.434.670
Necessidades de Financiamento Anuais	1.045.159	118.057	758.140	750.585	9.688	(1.523.632)	--	--	--	--
Dividendos a pagar	--	--	--	--	--	1.082.513	2.851.702	2.824.752	2.015.638	428.891
Impostos sobre o rendimento (IRC)	--	14.244	(70)	3.934	(141.591)	(1.168.636)	(2.040.547)	(3.133.799)	(5.237.090)	(7.887.857)
Fluxos financeiros com o Estado	496.459	501.327	507.969	540.268	485.199	847.687	1.951.989	1.080.841	(1.526.233)	(5.511.693)

INFORMAÇÃO PREVISIONAL - COMPROMISSOS ASSUMIDOS ATÉ 31.12.2012

Valores a preços constantes

m€	2014	2015	2016	2025	2035	2045	2055	2065	2075	2082
Resultado Líquido	(196.264)	147.075	(16.596)	(39.744)	274.258	1.526.667	2.174.664	2.745.532	3.771.500	4.945.978
Necessidades de Financiamento Anuais	1.017.501	113.235	712.912	590.588	6.253	(806.792)	--	--	--	--
Dividendos a pagar	--	--	--	--	--	573.211	1.238.751	1.006.603	589.235	109.149
Impostos sobre o rendimento (IRC)	--	13.662	(66)	3.095	(91.394)	(618.815)	(886.393)	(1.116.732)	(1.530.969)	(2.007.401)
Fluxos financeiros com o Estado	483.322	480.848	477.666	425.103	313.186	448.866	847.924	385.159	(446.167)	(1.402.685)

(a) Para estas actividades em exclusivo e não tendo sido realizado o exercício de restrição de capital próprio, assume-se que o cash flow disponível, a partir de 2045, possa ser distribuído como dividendo não podendo ser superior ao resultado líquido do exercício.

(b) Para estas actividades em exclusivo e numa óptica de cash-flow.

(c) Na óptica da EP. Inclui outflows: IRC, Imposto do Selo, Renda da Concessão EP e Dividendos e inflows: Redução do ISP (por criação da CSR), numa óptica de cash-flow.

37 Partes relacionadas

Saldos e transações significativas com entidades públicas:

A EP é detida na totalidade pelo Estado Português, sendo a função acionista desempenhada pela Direção Geral de Tesouro e Finanças e tendo tutela conjunta do Ministério da Economia e do Emprego e o Ministério das Finanças. A EP não detém, direta ou indiretamente, qualquer participação nos capitais de qualquer outra entidade pública ou privada.

No quadro seguinte encontram-se os principais saldos e transações entre a EP e o Estado nos anos de 2011 e 2012:

31-Dez-11		Nota	Ativo		Passivo		Rendimentos	Gastos
Natureza	Rubrica Contabilistica		corrente	não corrente	corrente	não corrente		
TRIR	Outros gastos e perdas	30	-	-	-	-	-	62
Custo cobrança CSR	Fornecimento e Serviços Externos	27	-	-	-	-	-	10.921
Acréscimo gastos CSR	Outras contas a pagar	22	-	-	1.677	-	-	-
Financiamento	Financiamentos Obtidos	20	-	-	130.000	-	-	-
Suprimentos	Suprimentos	21	-	-	-	1.705.000	-	-
Gastos financeiros	Gastos e rendimentos financeiros	31	-	-	-	-	-	37.438
			-	-	131.677	1.836.677	-	48.421

31-Dez-12		Nota	Ativo		Passivo		Rendimentos	Gastos
Natureza	Rubrica Contabilistica		corrente	não corrente	corrente	não corrente		
TRIR	Outros gastos e perdas	30	-	-	-	-	-	2.921
Custo cobrança CSR	Fornecimento e Serviços Externos	27	-	-	-	-	-	10.235
Acréscimo gastos CSR	Outras contas a pagar	22	-	-	1.630	-	-	-
Suprimentos	Suprimentos	21	-	-	426.250	2.159.350	-	-
Gastos financeiros	Gastos e rendimentos financeiros	31	-	-	-	-	-	93.914
			-	-	427.880	2.159.350	-	107.070

Adicionalmente a EP teve um aumento de capital no valor de 134.000m€ em agosto de 2012.

Remunerações dos Membros do Conselho de Administração:

Unid: €

Remunerações 2012	Vice		Vogal - Eng. João Grade (b)	Vogal - Eng. Vanda Nogueira (b)	Vogal - Dr. José Castel- Branco (c)	Vogal - Dr. Rui Nelson Dinis (c)	Vogal - Eng. Ana Sofia Tomaz (c)
	Presidente - Dr. António Ramalho (a)	Presidente - Dr. José Serrano Gordo (b)					
Remuneração							
(1) Remuneração	0	0	0	0	69.120	69.120	69.120
(2) Remuneração	41.347	23.787	21.144	21.144	649	649	649
(3) Redução da Lei 12 A	2.067	1.189	1.057	1.057	3.488	3.488	3.488
(4) Redução da Lei Orçamento Estado 2011	3.928	2.260	2.009	2.009	6.628	6.628	6.628
(5) Remuneração ilíquida (=1+2-3-4)	35.352	20.338	18.078	18.078	59.652	59.652	59.652
(2) 40% Despesas de Representação	16.539	9.515	8.457	8.457	259	259	259
(3) Redução da Lei 12 A	827	476	423	423	13	13	13
(6) Férias não gozadas	0	0	0	0	9.410	4.470	5.881
(4) Redução da Lei Orçamento Estado 2011	1.571	904	803	803	966	472	613
(7) Outros abonos	0	0	0	221	0	0	0
(8) Abonos ilíquidos (=2+6-3-4)	14.141	8.135	7.231	7.452	8.691	4.245	5.515
Total	49.492	28.473	25.309	25.529	68.343	63.897	65.167

(a) - Remunerações correspondentes ao período de 16 de abril a 31 de dezembro de 2012.

(b) - Remunerações correspondentes ao período de 18 de julho a 31 de dezembro de 2012.

(c) - Remunerações correspondentes ao período de 1 de janeiro a 17 de julho de 2012.

(1) - Remuneração fixada pela Comissão de Fixação de Remunerações da EP (actas n.º 1/2009 e n.º 6/2010).

(2) - Remuneração fixada pelo Estatuto de Gestor Público.

(3) - Redução fixada pelo art. 12º da Lei n.º 12-A/2010.

(4) - Redução fixada pelo art. 19º da Lei n.º 55-A/2010.

(5) - Remuneração após a aplicação das reduções referidas em (3) e (4).

(6) - Férias não gozadas por efeito de cessação do mandato.

(7) - Despesas referente à participação no Congresso de Sistemas Inteligentes de Transportes em Viena de Áustria.

(8) - Abonos após a aplicação da redução referida em (3) e (4).

38 Outros factos relevantes

i) Compensações, reservas de direitos e pedidos de reposição de equilíbrio financeiro (REF) nas Subconcessões

Nos termos dos contratos das subconcessões ainda antes da apresentação de qualquer pedido de reposição de equilíbrio financeiro (REF) em concreto, a contraparte da EP tem que formular aquilo que se designa como “reserva de direito”, ou seja, tem de informar a EP que entende que um determinado facto é elegível para efeitos de REF. Depois desta reserva, é que são ou podem ser apresentados os pedidos de REF. Cumpre igualmente notar que caso a reserva de direitos não seja formulada no prazo de 30 dias a contar da data da ocorrência do evento, o putativo e eventual direito a REF caduca.

Até 31 de dezembro de 2012 foram apresentados os seguintes pedidos de REF:

- Subconcessionária da Autoestrada Transmontana apresentou um pedido de REF da Subconcessão. Esse pedido foi indeferido pela EP, nos termos do respetivo Contrato de Subconcessão. Na sequência desse indeferimento, a

Subconcessionária ainda não recorreu ao processo jurisdicional de arbitragem previsto no Contrato de Subconcessão. A Autoestrada Transmontana desencadeou ainda um processo de arbitragem em que pede uma REF;

- b) A Subconcessionária do Litoral Oeste apresentou um pedido de REF, a EP refutou. A Subconcessionária recorreu ao processo jurisdicional de arbitragem previsto no Contrato de Subconcessão, estando a decorrer o prazo para a EP contestar.
- c) A Subconcessionária do Baixo Tejo apresentou um pedido de REF, a EP refutou. A Subconcessionária ainda não recorreu ao processo jurisdicional de arbitragem previsto no Contrato de Subconcessão.
- d) A Ascendi O&M (CPS Costa da Prata e do Grande Porto) apresentou dois pedidos de reposição do equilíbrio financeiro com base em diversos fundamentos autónomos, ambos com base na alteração da Lei 25/2006. A EP, salvo num caso relativo ao primeiro pedido, indeferiu mas a Ascendi O&M ainda não recorreu ao processo jurisdicional de arbitragem previsto no Contrato de Subconcessão.

ii) Compensações, reservas de direitos e pedidos de reposição de equilíbrio financeiro (REF) nas Concessões do Estado

Estas concessões são concessões do Estado, e foram negociados pelo Estado, pelo que a EP desconhece quaisquer reservas de direito e/ou pedido de reequilíbrio das Concessões, uma vez que a existir estes não são apresentados à EP, uma vez que esta não é contraparte desses contratos. No âmbito do seu contrato de concessão com o Estado, a EP poderá eventualmente ser chamada a efetuar o pagamento destes REF, se o Concedente assim o entender.

Durante o ano de 2012 a EP pagou cerca de 3,9M€ de participações, compensações e reequilíbrios, dos quais se destacam:

- i) Participações ao Investimento nas concessões Oeste (alargamento CRIL/Loures) e Norte Litoral (projeto de alargamento da A28), no valor de, respetivamente, 2,1M€ e 1M€;
- ii) Compensações devidas por (i) atraso na introdução de portagens nas concessões NL, BI, Algarve e BLA, totalizando 1,9M€ e (ii) pagamento de prémio de sinistralidade, no montante de 0,2M€, na concessão Litoral Centro;
- iii) Na concessão Lusoponte o impacto do reequilíbrio financeiro IX saldou-se, em 2012, num fluxo financeiro positivo para a EP, no valor de 1,3M€

iii) **Contratos ex-SCUT**

Os “contratos SCUT” foram assinados entre o Estado e os diferentes parceiros privados. Nos casos mais recentes de introdução de portagens, concessões do Algarve, Beira Interior e Interior Norte ainda não foram assinados os contratos que regulam a alteração do regime de remuneração de portagens virtuais para o regime de disponibilidade pelo que a EP continua a pagar às respetivas concessionárias sob a forma de renda.

39 Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2012 existiram, até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, os seguintes eventos subsequentes:

- i) Em janeiro de 2013 foram consideradas improcedentes as impugnações judiciais apresentadas pela EP referentes ao processo com a AT em sede de IVA, tendo a EP, não concordando com a decisão, apresentado recurso das mesmas em março de 2013, conforme descrito na nota 12.
- ii) A decisão do Tribunal Constitucional sobre as normas do Orçamento de Estado para 2013 resultam na obrigação da EP do pagamento aos seus colaboradores dos subsídios de férias por inteiro, tendo a mesma obrigação sido registada nestas demonstrações financeiras conforme descrito na nota 22.
- iii) A Subconcessionária do Pinhal Interior e a Subconcessionária do Douro Interior apresentaram um pedido de REF, estando os mesmos em análise pela EP.
- iv) A Comissão de Negociações nomeada e constituída pelo despacho n.º 16198-F/2012, do coordenador da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos celebrou durante o mês de maio uma série de pré-acordos com vista à redução dos encargos financeiros no âmbito das seguintes Concessões e Subconcessões:
 - a) No dia 9 de maio, com a Concessionária do Interior Norte;
 - b) No dia 10 de maio:
 - i) Com o Grupo Ascendi, SGPS, S.A, integrando as Concessões da Costa da Prata, Grande Porto, Beiras Litoral e Alta, Norte e Grande Lisboa.
 - ii) Com a Concessionária da Beira Interior.

Estes pré-acordos foram imediatamente comunicados à EP. A Comissão de negociação terá de submeter os referidos pré-acordos ao procedimento de aprovação previsto no Decreto-Lei nº 111/2012, de 23 de maio.

O Técnico Oficial de contas

O Conselho de Administração,

António Manuel Palma Ramalho, Presidente

José Serrano Gordo, Vice-Presidente

Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira, Vogal

João Albino Correia Grade, Vogal

17 PARECERES

RELATÓRIO E PARECERES DO CONSELHO FISCAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

2012

Nos termos dos Estatutos da Estradas de Portugal, S.A. (EP) e em conformidade com o disposto na alínea g) do número 1 do artº 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Conselho Fiscal (CF) elaborar o relatório anual global da sua acção fiscalizadora e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas do Exercício, apresentados pelo Conselho de Administração (CA), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012. Cumpre também a este órgão, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, sobre os Princípios de Bom Governo das empresas do sector empresarial do Estado, “...emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.”

É neste âmbito que os membros do órgão de fiscalização da EP – Estradas de Portugal, S.A. emitem o presente Relatório.

Acção Fiscalizadora do CF

No âmbito das suas funções de fiscalização, o CF desta sociedade, durante o ano de 2012, acompanhou a actividade da EP através da informação financeira produzida, das actas das reuniões do Conselho de Administração, e de reuniões realizadas com a empresa, o ROC e os Auditores Externos. Das reuniões do Conselho Fiscal realizadas neste ano, num total de 9, foram elaboradas as respectivas Actas, que se encontram registadas junto da Sociedade no respectivo Livro de Actas, tendo este Conselho emitido igualmente parecer relativamente ao “Relatório Financeiro e Demonstrações Financeiras, incluindo Anexos, do Conselho de Administração, reportados ao 1º semestre de 2012” bem como ao Relatório de Auditoria da EP sobre o Relatório do Tribunal de Contas “Auditoria ao modelo de gestão, financiamento e regulação do sector rodoviário”.

Princípios de Bom Governo (PBG)

Avaliação do desempenho dos gestores

O Relatório divulga adequadamente a actividade desenvolvida no exercício, incluindo a abordagem aos Princípios de Bom Governo, estabelecidos para as empresas do sector empresarial do Estado, e as acções promovidas pela empresa com vista à sustentabilidade do seu relacionamento com terceiros, bem como dá resposta às instruções transmitidas pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, relativamente à prestação de contas do exercício de 2012, encontrando-se as análises nele efectuadas coerentes com as demonstrações financeiras do exercício.

A actividade da EP corresponde ao exercício das funções de operação e execução do sector das infraestruturas rodoviárias, envolvendo 15 concessões do Estado, num total de 2.650 km de estrada, uma rede subconcessionada de 1.800km, objecto de 7 contratos de subconcessão, e uma rede sob gestão directa, num total de 13.515 km.

A EP, relativamente às 9 das concessões do Estado, realiza os pagamentos e arrecada os recebimentos, em nome do Estado, decorrentes dos processos de compensação e reequilíbrio financeiro solicitados pelas concessionárias, sendo que em 2 delas paga os encargos com a disponibilidade das infraestruturas e recebe portagens; nas 7 concessões do Estado em regime ex-Scut, a empresa controla e recebe o produto da

cobrança de portagens, ao mesmo tempo que paga disponibilidade por conta e em nome do Estado; relativamente às 7 subconcessões, a sua actividade centra-se na gestão da construção, sublinhando-se o actual redireccionamento no sentido da redução do âmbito do objecto do contrato, a que acresce referir o início do pagamento dos encargos com disponibilidade e serviço em 2014.

Os membros do Conselho de Administração da EP, em exercício a 31 de Dezembro de 2012, constituído por um Presidente, um Vice-Presidente e dois Vogais, foram eleitos por Deliberação Unânime por Escrito de 17 de Julho de 2012, para o mandato de 2012 a 2014, com o propósito de levar a Estradas de Portugal a prosseguir a missão para que foi criada e a atingir os objectivos previamente definidos.

Muito embora não tenham sido celebrados contratos de gestão com cada um dos seus membros, os objetivos prosseguidos pela Administração, no ano de 2012, corresponderam aos fixados no Contrato de Concessão (CC) e foram contemplados no Plano de Segurança Rodoviária preparado pela empresa para 2012. No Relatório e Contas do Conselho de Administração, incluindo as partes II e III relativas ao Governo da Sociedade e à Sustentabilidade, refere-se o grau de cumprimento dos referidos objetivos: Grau de Cumprimento do referido Contrato _ aferido em função da sinistralidade, externalidades ambientais e níveis de serviço/NS_ e o Índice de Gravidade dos Acidentes nas Travessias Urbanas na Rede Rodoviária Nacional.

Relativamente ao objetivo fixado em termos do nível de serviço em toda a rede rodoviária, o qual afere a qualidade do serviço prestado aos utentes das vias, prevê-se uma percentagem de insuficiência de capacidade na rede de cerca de 5% (cumprir o NS em 95% da rede). Em termos de segurança rodoviária, a EP continuou a realizar os necessários investimentos, com incidência particular na eliminação de pontos negros, marcação rodoviária, reformulação da sinalização vertical e na implementação de equipamentos dirigidos a utilizadores mais vulneráveis. Os dados disponíveis sobre sinistralidade, disponibilizados pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, apontam para uma melhoria sensível das vias, com o cumprimento de objetivos que superam as metas fixadas para 2012 e correspondem a reduções relativamente ao ano anterior. Em termos de pontos negros na rede sob responsabilidade da EP, verifica-se uma redução de cerca de 20% relativamente a 2011, correspondente a 18 pontos, contra os 31 fixados como meta em 2012; o indicador de gravidade dos acidentes ultrapassou em 9% o nível fixado para o ano, registando 22.495 acidentes, e o de vítimas mortais, 231 vítimas, superou em 42% o objetivo do ano. Relativamente às externalidades ambientais _em termos de qualidade do ar, recursos hídricos, fauna e ruído_ foram cumpridas 100% das metas fixadas para 2012.

A Administração prosseguiu uma gestão sustentável através do desenvolvimento de acções em todas as áreas e níveis de estrutura da empresa, apresentando no seu Relatório de gestão, indicadores de desempenho económico, financeiro, de actividade, de rede, e de performance ambiental e social.

Durante o exercício de 2012, o Conselho de Administração viu-se confrontado com a necessidade de continuar a reduzir os investimentos da empresa, que passaram de 837 MEUR, em 2011, para 767 MEUR, em 2012, admitindo não terem sido colocadas em risco questões de segurança, ao mesmo tempo que consolidou o esforço de redução dos custos operacionais, traduzido numa diferença, relativamente a 2009, de 68%.

Estrutura e mecanismos de governo

No R&C de 2012 e em conformidade com o disposto nos artigos 278.º e 413.º do CSC, alterados pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, bem como na RCM nº 49/2007, de 28 de Março, encontram-se identificados o modelo de governo da sociedade, as remunerações dos membros dos órgãos sociais e a sua estrutura organizacional. Aquele modelo segue a modalidade de Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), não membro daquele órgão. A empresa contratou, em nome do Conselho Fiscal, uma sociedade de Auditores Externos, a PricewaterhouseCoopers & Associados-

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Lda, e, tendo em conta a dimensão e complexidade da actividade da EP, atribui a função de supervisão ao Gabinete de Auditoria Geral.

Tal como referido no Relatório do Conselho de Administração, confirmou-se o cumprimento, em 2012, das disposições legais fixadas sobre as reduções remuneratórias, designadamente as previstas na Lei n.º 55-

A/2010, de 31 de dezembro, e na Lei n.º 12-A/2010, quer ao nível dos órgãos de gestão e fiscalização, quer ao nível dos trabalhadores.

Ao nível da gestão dos riscos, a empresa tem desenvolvido um sistema de controlo interno e uma metodologia que permite, respectivamente, minimizar os riscos de projecto e acompanhar o risco ambiental da rede rodoviária nacional. No caso dos riscos de taxa de juro, a empresa contratou em 2010 uma cobertura swap com maturidade em 2030, refletindo nas DF 2012 o justo valor do respectivo contrato.

Apreciação do R&C de 2012

Relativamente ao Relatório de Gestão e às Demonstrações Financeiras de 2012, cuja versão assinada foi remetida ao Conselho Fiscal no dia 12 de Junho de 2013, procedeu este Conselho à sua apreciação, tendo também contado, para o efeito, com a Certificação Legal de Contas, emitida pelo ROC, em 11 de Junho de 2013, e com o Relatório dos Auditores Externos, de 21 de Junho de 2013, ambos emitidos, com ênfase, sobre o exercício do ano de 2012.

Em resultado da análise efectuada ao R&C de 2012, da sua discussão com os demais órgãos de fiscalização e dos esclarecimentos que entretanto foram prestados pela empresa sobre a sua actividade naquele ano, destacam-se como aspectos mais relevantes:

- A posição financeira da empresa à data de 31 de Dezembro de 2012 correspondente a 19.009.390 mil EUR;
- A concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com a das demonstrações financeiras;
- A actividade de construção da EP em 2012, por via directa ou por subconcessão, gerou um rendimento, em 31 de dezembro de 2012, da ordem de 939 MEUR, representando uma redução de 20% relativamente ao ano anterior; por sua vez, os encargos resultantes desta actividade ascenderam a cerca de 902 MEUR, inferiores em cerca de 29% dos suportados em 2011, devendo-se estas reduções essencialmente à diminuição do investimento em construção própria e subconcessões;
- As negociações com as subconcessionárias para- com excepção da do Douro Interior cuja construção foi concluída em 2012- acordar os termos da redução do âmbito dos respectivos contratos de subconcessão, permitindo uma poupança global estimada superior a 1.300 M€;
- As receitas com portagens aumentaram de 133 MEUR em 2011 para 212 MEUR em 2012, situando-se, no entanto, muito abaixo dos cerca de 324 MEUR previstos no Plano de Atividades e Orçamento elaborado em janeiro de 2012; é de salientar a introdução de significativas melhorias na cobrança de portagens nas antigas concessões para clientes com veículos de matrícula estrangeira com o objetivo de tornar mais fácil e cómoda a cobrança para o cliente; também se deve sublinhar o elevado custo assumido com a cobrança de portagens que em média absorve 30% da receita de portagens; ainda neste âmbito, realça-se a importância que se atribui ao trabalho que a EP se propôs realizar sobre a caracterização dos modelos de cobrança existentes na EP, a identificação de gaps de melhoria e a análise de alternativas tecnológicas para apresentação de propostas de soluções alternativas com vantagens competitivas para a EP;
- O *stock* da dívida da Sociedade passou de 2.631 MEUR, em 31 de Dezembro de 2011, para 2.940 MEUR, no fim de 2012, representando um aumento do endividamento de cerca de 310 MEUR, reflectindo o

elevado e contínuo esforço de investimento anualmente atribuído à EP para fazer face aos pagamentos com as concessões do Estado;

- O reforço em 2012 da provisão para o processo do IVA, no valor de 25.307 mil Euros, ascendendo o seu valor acumulado, em 31 de Dezembro de 2012, a 259.260 mil Euros, o que corresponde ao IVA que a EP

estima que deixará de receber da AT caso considerem que a CSR não é uma receita sujeita àquele imposto; os Auditores e o Revisor Oficial de Contas aceitaram retirar a reserva às contas da empresa, por considerarem justificado o registo de uma provisão para o efeito, nas demonstrações financeiras da sociedade, pelo facto de em janeiro de 2013 terem sido consideradas improcedentes em primeira instância do Tribunal as impugnações judiciais apresentadas pela EP e pela própria incerteza associada ao desfecho final dos processos;

- A inexistência de pagamentos em atraso a mais de 90 dias, apresentando a empresa, em 2012, um prazo médio de pagamentos que não ultrapassou em nenhum dos 4 trimestres do ano os 29 dias;

- O cumprimento do Plano de Redução de Custos, verificando-se uma diminuição de 68% dos custos operacionais face a 2009, devido principalmente ao esforço de contenção da execução da Obra Própria e dos Custos com Pessoal; estes custos com pessoal, apesar de se manterem ao nível dos de 2011 após a introdução do subsídio de férias, representam uma redução relativamente a 2009 de 33%;

- O montante das amortizações, de cerca de 212 MEUR, calculado com referência à IFRIC 12, em função da melhor estimativa dos investimentos e das receitas a gerar ao longo do período da concessão de aproximadamente 75 Anos, devendo sublinhar-se que estas receitas não só não dependem de decisão da empresa _ como no caso das provenientes da introdução de portagens _ como estão sujeitas a factores de difícil previsibilidade dado o elevado número de anos da concessão;

- O Resultado Líquido do exercício que ascendeu a cerca de 37 milhões de euros, representando uma redução de cerca de 74% face ao ano anterior, em resultado do aumento das amortizações de 160 MEUR para 212 MEUR, e do peso crescente dos encargos financeiros não capitalizáveis, passando de 230 MEUR para 311 MEUR; de sublinhar que os juros suportados pelo financiamento obtido em 2012 foi inferior ao suportado no ano anterior, 99 MEUR contra 102 MEUR, dado o menor custo dos suprimentos face aos financiamentos comerciais vencidos no ano;

- Em termos dos riscos enunciados no Relatório da Administração, destaca-se o risco de tráfego com implicações ao nível da contribuição do serviço rodoviário, que apresentou em 2012 um decréscimo de cerca de 6% face a 2011, em resultado da quebra de tráfego no ano de 2012 e consequente redução dos consumos de combustível, superior a 9% face ao ano anterior, bem como ao nível das portagens com as reduções acima referidas.

Dos aspectos mencionados, o Conselho Fiscal sublinha a necessidade de o acionista Estado continuar a reprogramar os investimentos, em função da conjuntura económica, ao mesmo tempo que deverá suprir as necessidades de financiamento da empresa por forma a responder atempadamente aos compromissos assumidos. O Conselho manifesta também a preocupação de que os resultados futuros da sociedade possam vir a ser alterados pelo facto de as amortizações serem calculadas com base em pressupostos assumidos para um período demasiadamente alargado como o é o dos 75 anos do período da Concessão.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da ênfase expressa pelo Revisor Oficial de Contas e pelos Auditores Externos da sociedade, respectivamente na Certificação Legal das Contas e no Relatório de Auditoria elaborados sobre as contas de 2012, relativamente à questão do IVA, e entende que estas contas foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que reflectem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da EP.

Por sua vez o Relatório de Gestão respeita as exigências de prestação de informação, em conformidade com o disposto no Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na sua actual redacção, nos Princípios de Bom Governo das Empresas do SEE, anexos à RCM n.º

49/2007, de 1 de Fevereiro, e com orientações transmitidas pelo Ministério das Finanças enquanto tutela financeira da sociedade.

Para a emissão do seu parecer, o Conselho Fiscal teve também presente o Relatório de Auditoria dos Auditores Externos, que se anexa, e a Certificação Legal das Contas da SROC.

PARECER

Perante os elementos compulsados, o Conselho Fiscal entende que:

- a) O Relatório e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração para 2012 reúnem condições para aprovação;
- b) A Proposta de Aplicação dos Resultados constante do Relatório do Conselho de Administração reúne igualmente condições para aprovação;

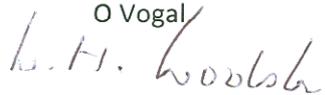
Lisboa, 27 de junho de 2013

A Presidente



Graça Maria Valente Nunes Montalvão Fernandes

O Vogal



William Hall Woolston

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da **EP – Estradas de Portugal, S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 19.009.390 milhares de euros e um total de capital próprio de 949.183 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 36.688 milhares de euros), a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração da Alteração dos Capitais Próprios e a Demonstração de Fluxos de Caixa no exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, a alteração nos capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

EP – Estradas de Portugal, S.A.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante no relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da EP – Estradas de Portugal, S.A., em 31 de Dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, a alteração nos capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre Outros Requisitos Legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

9 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo nº 7 acima, chamamos a atenção para as seguintes situações:

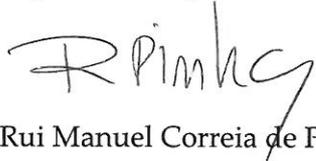
9.1 Na Certificação Legal de Contas relativa às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, incluímos uma reserva por desacordo pelo facto de considerarmos que a provisão constituída pela empresa, por uma questão de prudência, no montante de 233.953 milhares de euros, para os processos de IVA que possui com a Administração Tributária e Aduaneira, não reunia as condições previstas nas normas contabilísticas aplicáveis para a sua constituição. Conforme divulgado na nota 12 do Anexo às demonstrações financeiras, e tendo em atenção os desenvolvimentos ocorridos nos processos até à presente data, nomeadamente as decisões desfavoráveis em primeira instância do Tribunal, e a própria incerteza associada ao desfecho final dos processos, julgamos justificável o registo de uma provisão para este efeito nas demonstrações financeiras, que ascende ao montante de 259.260 milhares de euros, em 31 de Dezembro de 2012. É de referir, que a empresa apresentou recurso destas decisões. Por consequência, a reserva por desacordo incluída na nossa Certificação Legal de Contas do exercício de 2011 deixou de se justificar.

EP – Estradas de Portugal, S.A.

9.2 Conforme referido nas Notas 3.4 e 9 do Anexo às demonstrações financeiras, a Empresa está a amortizar os direitos de concessão em Activos Intangíveis de acordo com a IFRIC nº 12, tendo em atenção, nomeadamente os proveitos e os investimentos futuros estimados para o período da concessão. A estimativa de amortizações para o exercício não considerou o crescimento real da contribuição do serviço rodoviário após 2014 e dos proveitos das portagens após a reversão dos contratos de concessão previstos no Plano para o período da concessão, actualizado no início de 2012. Por questões de obrigatoriedade de divulgação, foi incluída nas Notas 35 e 36 c) do Anexo às demonstrações financeiras uma parte da informação prospectiva associada a esse Plano já actualizada com dados do exercício de 2012. Este Plano vai ser sujeito a revisões anuais, reflexo da evolução da empresa e de determinadas variáveis, bem como do conhecimento de novos factos que poderão alterar significativamente o mesmo.

Lisboa, 11 de Junho de 2013

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda
Representada por:



Rui Manuel Correia de Pinho, ROC



Relatório de Auditoria

Exmo. Conselho de Administração

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da EP – Estradas de Portugal, S.A., as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 19.009.390 milhares de euros e um total de capital próprio de 949.183 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 36.688 milhares de euros), a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração da alteração dos capitais próprios e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077*

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da EP – Estradas de Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

9 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos a atenção para as seguintes situações:

i) No relatório de auditoria que emitimos em 14 de junho de 2012 relativamente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, incluímos uma reserva por desacordo pelo facto de considerarmos que a provisão para fazer face ao montante estimado de uma eventual decisão judicial desfavorável, dos processos relacionados com liquidações adicionais de imposto e juros em sede de IVA efetuados pela administração tributária, no montante de 233.953 milhares de euros, constituída por uma questão de prudência, não reunia as condições previstas nas normas contabilísticas aplicáveis para a sua constituição.

Tal como referido na nota 12 do Anexo, em janeiro de 2013 foi considerado improcedente em primeira instância pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada o pedido de impugnação judicial do indeferimento ao Recurso Hierárquico apresentado pela EP, tendo a empresa apresentado recurso desta decisão em 6 de março de 2013.

Por consequência, os factos atualmente conhecidos vieram trazer uma imagem diferente da situação já existente anteriormente no sentido de ser justificável o registo da provisão nas demonstrações financeiras, pelo que a reserva por desacordo incluída no Relatório de Auditoria do exercício anterior deixou de se justificar.

ii) tal como referido nas notas 3.4 e 9 do Anexo às demonstrações financeiras, as amortizações do exercício dos Ativos intangíveis foram calculadas com referência à IFRIC 12, tendo por base determinados pressupostos, nomeadamente o montante global do investimento e a estimativa de proveitos da concessão, constantes das Projeções Económico Financeiras para o período remanescente da concessão. Dado que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada por efeito de determinadas variáveis macroeconómicas, decisões políticas e/ou sociais, os resultados futuros da Sociedade podem ser influenciados caso aqueles pressupostos sejam significativamente alterados, como demonstrado na análise de sensibilidade incluída na nota 4.1 do Anexo.

21 de junho de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
– Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.